

**Cousas** defesas levarem-se a terras de Mouros , saõ ; armas offensivas , e defensivas , ferro , polvora , navios , madeira , linho canemo , e artelharia , sob pena de perdimento de seus bens , e de degredo para o Brasil , *liv. 5. tit. 109.* (a)

**Cousas** de mantimentos se naõ podem levar a terra de Mouros , nem mercadoria , se naõ for para resgatar algum Captivo , mostrando licença d'El-Rey , *ibid. §. 3.*

**Cousas** descaminhadas de Guiné , e da India , saõ levadas ao Juiz da India , *liv. 5. tit. 106.* §. 2. (b)

**Cousas** , que se naõ podem levar a Cabo Verde , e Ilha do Fogo , saõ , ferros de azagaya , e outras armas , e ferramentas , sob pena de perdimento de toda sua fazenda , *ibid. §. 4.*

**COUTOS** naõ podem fazer os Fidalgos , e Prelados em suas Casas , Quintas , e Cavaes , *liv. 5. tit. 104.* (c)

**Couto** naõ val ao que ferir , ou resistir á Justiça , *liv. 5. tit. 123. §. 9.* (d)

**Couto** naõ val ao culpado em heresia , traiçao , aleive , sodomia , morte de proposito , moeda falsa , ou falsidade , *ibid.*

**Couto** naõ val ao que leva mulher a seu marido , e a tem comigo no couto , *ibid. §. 9.*

**COUTADAS** sendo as armas , se podem pe-

dir até oito dias , e depois naõ , *liv. 5. tit. 80. §. 6.*

**Coutadas** em rios , e lagoas de peixes , naõ se podem fazer , *liv. 5. tit. 91.* (e)

**Coutadas** em montes , de porcos montezes , veados , coelhos , perdizes , patos , e aves , ninguem as pôde fazer , *ibid.*

**Coutadas** nos matos maninhos , e charnecas , por que se defende cortar lenha , tirar cortiças , arrancar cepas , sem lhe pagar algum tributo , saõ nenhumas ; e o Senhor , que as fizer , he suspenso da Jurisdição , que tiver ; e o Official , que o arrecadar , tem pena de dous annos de degredo para Africa , e paga vinte cruzados , *ibid. §. 1. (f)*

**Coutada** , que os Senhores fazem nos matos , e charnecas , naõ as guardem as Justiças , nem julguem por elles tributo algum , nem coimas , nem consintaõ fazer penhora por elles , e alcem as tâes coutadas , *ibid. §. 1.*

**Coutadas** , que algumas pessoas tiverem por Cartas d'El-Rey , se devem guardar , *ibid. §. 2. (g)*

**Coutadas** de pastos , e lenha , se alguem as tiver , que confrontem com outras herdades , ellas seraõ assi mesmo coutadas para os que as ditas coutadas tem , com as mesmas penas , e com as mesmas coimas , que tem as ditas coutadas , *ibid. §. 2. (h)*

Couta-

(a) Cabed. p 2. dec. 125., Ægid. in L. Ex hoc jure , p. 1. cap. 7. ex n. 12., Hermosilh. in L. 22. tit. 5. part. 5. glos. 1. & 3., Molin. de Just. & Jur. diff. 343. n. 9., Vaz. alleg. 62. n. 8., Gam. dec. 384. Et an minor aetas excusat à pena hujus Legis? Salced. de Contraband. cap. 26.

(b) Ad hunc §. 2. & seq. tit. 106. , ubi agitur de Commissis in mercibus prohibitis , de quibus etiam in aliquibus §§. sequentium Titulorum , vide optimum Tractatum Salced. de Contraband. , Solorzan. in Politic. de Jur. Indian. lib. 6. cap. 10. pag. 895., Portug. de Donat. tom. 2. cap. 34. De illa verò celebri quæstione , an Fiscus præferatur creditoribus in rebus , seu mercibus incidentibus in Commissum ? vide Solorzan. , ubi supra ver. Pero no pudeo , cap. 69., Salgad. in Labyrint. p. 4. cap. 9.

(c) Vide Calder. tom. 2. dec. 58. & 60., Basilic. dec. 30., Cov. 2. Var. cap. 20. n. 5. in fin. , Gutier. in Prax. Crimin. q. 159. n. 14. Et qua pœna puniantur Clerici receptatores latronum , & bannitorum hominum , vide Gom. tom. 3. Var. cap. 3. n. 16. , ubi Aylon n. 17. , & relatos à Cortiad. tom. 1. dec. 34. n. 99. ; & vide Ord. lib. 2. tit. 48.

Et nota , que os Coutos todos estaõ derogados pela Extravagante de 10. de Janeiro de 1692. , que traz Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 16. n. 13. , e a Ord. liv. 1. tit. 7. Coll. 1. n. 2. : sed vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. Note-se , que na Ley novissima passada sobre os Coutos , e Cartas de Seguro , em 10. de Janeiro de 1692. , que traz Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 16. n. 13. , se diz , que se ba por derogada a Ord. do liv. 2. tit. 48. in princ. , e §. ult. , o que na dita Ley se escreveo com erro notorio ; porque , como della consta , o intento foi derogar os Coutos , em que se acountavaõ os malfeitos , e naõ os da dita Ordenação , que saõ de outra qualidade , em que naõ havia razão para se derogarem ; e eu o sei de certo ,

por ser o que consultei unicamente a S. Magestad e dita Ley , e depois se conformáraõ commigo os mais Ministros ; e foi tal o desacordo de hum , que naõ sei , se foi dos consultados , ao qual se cometeo no Desembargo do Paço a feitura da dita Ley , que vendio a Resolução de S. Magestad , que derogava os Coutos , entendo que tambem comprehendia aquelles da dita Ord. liv. 1. tit. 48. , taõ diferentes dos outros : e assim nesta parte naõ se deve fazer caso desta Ley pelo erro , com que está escrita ; e que de toda a contextura della claramente se consegue que naõ reyo , senão contra os Coutos dos delinqüentes.

(d) Concordat Ord. lib. 5. tit. 49. §. 12.

(e) Portug. de Donat. p. 3. cap. 9. à n. 11., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 37. n. 37., Matth. de Regim. Reg. cap. 5. §. 2., Harppr. in §. Item feræ , Instit. de Rer. Division. à n. 15., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 12., Cortiad. dec. 227. ex n. 9., Almeid. alleg. 19. , apud quos agitur de quæstione , an quilibet possit in propriis prædiis venationem prohibere? Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Rer. divisi. n. 15. ; vide etiam Valasc. de Jnr. emphyr. q. 8. à n. 43., Cald. de Empt. cap. 21. n. 11.

(f) Vide latè Larream alleg. fiscal. 110. , Portug. de Donat. p. 3. cap. 9. ex n. 74. , quem omnino vide usque ad fin. , præcipue circa pascendi libertatem , tam in fundis publicis , quam privatis: de quo etiam plura , seu omnia apud Cortiad. p. 4. dec. 212. ex n. 2., Lagun. de Fructib. p. 1. cap. 7., Balmased. de Collect. q. 124. , Berlich. part. 2. conclus. 49.

(g) Vide plenissimè Harppr. in §. Item feræ , Instit. de Rer. Division. ; vide etiam o Regimento das Coutadas d'El-Rey apud Peg. ad Ordin. lib. 3. tit. 5. in princ. ex n. 73. tom. 13.

(h) Vide Cabed. dec. 151. n. 9. , Molin. de Just. & Jur. tract. 2. diff. 58. sub n. 7. verific. Item ibidem.

(a) Naõ

Coutadas , o que as tiver , naõ pôde entrar na coutada , e pasto , e rocio do Concelho , posto que com elle naõ confronte , álias paga a pena ao Concelho , que elle podia levar na sua coutada , *liv. 5. tit. 91.*

§. 3. (a)

Coutada , quem a quebrar , pôde ser demandado pela pena della , até tres mezes , do dia , que assi a quebrar ; salvo , se nas coutadas d'El-Rey está outra coufa ordenado , *ibid. §. 4. (b)*

**CONCUBINATO** , para pertencer o conhecimento ao Ecclesiastico , ha de ser público , *liv. 2. tit. 9. (c)*

Concubinato he *mixti fori* , *liv. 2. tit. 9. (d)*

## CR

**C**REDOR pôde demandar o possuidor da coufa , que lhe era antes obrigada , para que ou lhe pague a divida , porque lhe foi obrigada , ou lhe largue , e entregue a dita coufa , *liv. 4. tit. 3. (e)*

Crédor pôde prender a seu devedor , quando se for fugindo , ou quizer fugir , *liv. 4. tit. 76. §. 3. (f)*

Crédor deve fazer primeiro execução no principal devedor , e seu Fiador , que demande o possuidor da coufa , que lhe era obrigada , *liv. 4. tit. 3. (g)*

Crédor pôde demandar o possuidor da coufa obrigada até dez , e vinte annos , se teve titulo , álias trinta annos , *ibid. §. 1. (h)*

Crédor , que primeiro fez arrematação por auctoridade de Justiça com Taballiaõ em lugar costumado , e naõ veyo outro crédito , que lhe embargasse sua divida , e pagamento , logo seja pago della , *liv. 4. tit. 6. §. 2. (i)*

Crédor , que primeiro fizer penhora , prefere a outros credores , *liv. 3. tit. 91. (k)*

Crédor daquelle , que se finou sem herdeiro , pôde requerer , que o metaõ em posse de seus bens ; ou que se entreguem a pessoa fiel , que os guarde , e aproveite , de modo que se naõ percaõ , nem damnifiquem , *liv. 3. tit. 18. §. 9. (l)*

Crédor tomará sempre os penhores , que o devedor condemnado lhe dé , vendo que bastaõ para pagamento da divida , *liv. 3. tit. 86. §. 7. (m)*

Cré-

(a) Naõ procede nos que tem Coutadas por Privilégios incluidos in corpore juris , como saõ os dos Desembargadores ; Cabed. p. 1. dec. 151. n. 9. , & dec. 213. num. 9.

(b) Vide bonam declarationem apud Bovadilh. in *Politic. lib. 5. cap. 2. n. 14.*

(c) Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 53. n. 11. & 34. Et vide notata supra verb. *Casos mixti fori* saõ , quando se procede contra públicos adulteros , barraqueiros , concubinarios , &c.

(d) Vide in loco citato supra proximè.

(e) Valasc. de Jur. emphyt. q. 32. n. 13. , Gam. dec. 319. , Cald. de Empt. cap. 27. n. 79. , Faria ad Cov. lib. 1. cap. 8. n. 3. ; & neque pro melioramenti illam retinere debet emptor , sed potest offerre ejus estimationem de tempore , quo ad illum pervenit ; Salgad. in *Labyrint. p. 1. cap. 11. ex n. 88.*

(f) Desumitur ex L. Ait Pretor. §. Si debitorem , ff. Qui in fraud. credit. , & vide Berlich. p. 2. concl. 27. n. 29. , Moraes de Execut. lib. 1. cap. 4. §. 2. verf. Hoc tamen fallit. Et potest quis alii cedere jus capiendi debitorem ; Phæb. 1. p. arest. 84. in fin.

(g) Auth. Hoc si debitor , Cod. de Pignorib. , Cald. de Empt. cap. 33. n. 11. , Olea de Ceff. jur. tit. 1. q. 1. n. 64. , latissimè Negusant. de Pignorib. membr. 1. octava partis ex n. 11. Limita tamen in censu , pro quo absque execuçao potest tertius possessor recta via conveniri ; Pereir. dec. 66. , Vela Disserat. 34. n. 13.

(h) Joseph Vela Disserat. 34. à n. 7. , Barbos. ad L. 3. n. 187. Cod. de Prescript. 30. vel 40. annos. , Altimar de Nullitat. contrach. tom. 7. q. 43. n. 180. , Gam. dec. 99. n. 1. & 4. , Gabr. Per. dec. 63. , Valasc. cons. 49. , Phæb. p. 1. arest. 42. Et an hæc præscriptio currat à die possessionis , seu potius à die factæ executionis ? Merlin. de Pignorib. lib. 5. tit. 1. q. 22. à n. 1. , Vela Disserat. 34. n. 75. , Gam. d. dec. 99. n. 5. , Negusant. de Pignor. membr. 2. sexta partis , n. 4. , Pinel. in Auth. Nisi , n. 5. Cod. de Bon. mar. Et de præscriptione actionis , quæ pro censu competit adversus tertium possessorum , vide optimè Vela Disserat. Tom. I.

sert. 34. à n. 70. cum seqq. , Pinheir. de Cenf. disp. 1. à n. 236. , Scop. ad Gravian. observ. 15. à n. 17. , Urceol. For. cap. 34. , Concil. alleg. 3. n. 16. & 17.

(i) Covas Prætic. quest. cap. 29. , Gom. 2. Var. cap. 2. n. 20. , Valasc. de Jur. emphyt. q. 14. n. 7. cum seqq.

(k) De materia vide Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. ex n. 58. , & p. 2. lib. 3. cap. 21. ex n. 164. , Gabr. Per. de cis. 16. , & dec. 107. , Ægid. in L. Ex hoc jure , p. 2. cap. 1. ex n. 19. cum seqq. , Peg. For. cap. 5. n. 11. & 12. , Arouc. alleg. 97. & 111. Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. I. lib. 4. cap. 12. ex n. 42. , idem Arouc. in L. In multis. , 9. ff. de Stat. homin. n. 106. , latè Reynos. observ. 61. , ubi n. 22. hanc legem dicit maximè increpari à doctissimis Senatoribus , & ibi fatetur se nulla alia Lege Regia adeo torqueri , & cruciari , & præstat rationem dubitandi ; vide etiam Molin. de Inst. & Jur. disp. 566. n. 17. , Cald. de Empr. cap. 4. n. 17. Et procedit etiam dispositio hujus legis contra creditorem fiscalem ; Phæb. p. 2. arest. 46. & Ægid. in L. Ex hic jure , p. 2. cap. 1. num. 21. & 22. , Reynol. Observ. 61. num. 53. , Mend. in Prax. part. 1. lib. 3. cap. 21. n. 71. Limita tamen , quod non procedit contra funeralis impensas ; Arouc. in L. 9. ff. de Stat. homin. n. 91. , & n. 106. , Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 78.

Et an procedat circa dotem : vide Reynos. Observ. 61. num. 59. , Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 66. Sed in favorem dotis , ut non obstante hujus Legis dispositio , mulier prælationis habeat privilegium , quamvis aliis creditor prius per sententiam pignorationem fecisset , bis fuit judicatum in causa de Maria da Fonseca , com o Doutor Domingos Lobo da Silva , & iterunt in causa ejusdem com os credores de seu marido ; e estãos os processos no Cartorio de Manoel Soares Ribeiro , ut not. at hic Senator Oliveira. Sed cogita , quia Legis generalitas obstat videtur.

(l) Vide Ord. lib. 3. tit. 15. in fin. princip.

(m) Vide Gam. dec. 199. n. 1. , Moraes de Execut. lib. 6. cap. 12. à n. 12. , Sylv. tom. 3. ad Ord. in Comment. ad hunc §. ex n. 5.

Cc

(a) Gabr.

Crédor , que fez primeiro execução no devedor , se prefere a outro , que primeiro houver sentença , *liv. 3. tit. 91. §. 1.* (a) Crédor , que primeiro fez execução , preferre aos mais antigos credores , assim nas acções reaes , como pessoaes , *liv. 3. tit. 91.* (b)

Crédor , que houve sentença primeiro que outro , e não fez execução por algum impedimento , preferre aos outros , *liv. 3. tit. 91.* (c)

Crédor primeiro , e mais antigo , não preferre ao crédito posterior , que houve sentença , e fez penhora , e os bens do devedor foram já vendidos , *ibid.*

Crédor , que primeiro houve sentença , e fez penhora , então he preferido , se demandou o devedor em presença daquelle , que diz , e allega , que a sua dívida deve preceder , e elle nunca o contradisse por si , nem por outrem , *ibid.*

Crédor , que não era no Lugar , nem teve razão de saber , quando o outro crédito demandava sua dívida , se he primeiro , e precede , haverá primeiro pagamento , não havendo outros bens , posto que o preço fosse já entregue a outro crédito , *ibid.*

Crédor , se foi presente , e contradisse a de-

manda do outro crédito , e protestou perante o Juiz de haver sua dívida primeiro , e o devedor não tiver outros bens , haverá primeiro seu pagamento , posto que o preço fosse já entregue a outros , *ibid.* (d)

Crédor , que primeiro houve sentença , e he primeiro em tempo , se teve algum legítimo e tão urgente impedimento , por que não pode executar sua sentença , precede ao primeiro , que fez execução , *ibid. §. 1.*

Crédor primeiro em tempo da obrigação , e da sentença , se provar impedimento , que teve a não fazer a execução ao tempo , que devia , precede ao primeiro executante , ainda no preço , que houve pelos bens arrematados , *ibid.*

Crédor daquelle , que quebrou , aindaque haja primeiro sentença , e faça execução primeiro , não lhe aproveita para preceder aos mais , se a fizer dentro de hum mez , que o devedor quebrou ; e sómente se tem respeito à precedencia , segundo for a quantidade da obrigação , *ibid. §. 2.* (e)

Crédor , que deve preceder , tendo o devedor outros bens , haverá por elles seu pagamento , e não pelos bens , em que outro crédito fez primeiro penhora , *liv. 3. tit. 91.* (f)

Cré-

(a) Gabr. Per. dec. 7. per tot. , & dec. 16. 23. 39. 44. 70. & 107. , & omnino Arouc. alleg. 97. per tot. , Moraes de Execut. lib. 6. cap. 9. à n. 83. : si autem non præcedat sententia , sed executivè procedatur virtute privilegii , prout est in debitis fiscalibus , non habet locum hæc Ordinatio ; Ægid. in L. Ex hoc jure , p. 2. cap. 1. n. 21. ; sed contrarium vide apud Berlich. p. 1. concl. 68. n. 8. , Arouc. in L. Nulla , 25. ff. de Legibus , ubi de pignoratione pro mercede domus conductæ . Nec etiam habet locum , quando condemnatio fit per præceptum de solvendo ex partis confessione ; Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. num. 63. , Gabr. Per. dec. 44. n. 3. , Salgad. in Lahyrint. credit. p. 3. cap. 13. à n. 13. : quod limita ex eodem Salgad. n. 25. , quando confessio aliis adminiculis adjuvatur , Gam. dec. 226. ; & vide Ord. lib. 3. tit. 66. §. 9. , Arouc. alleg. 111. n. 10. , Addition. ad Reynos. Observ. 61. ad n. 15. vers. Adverte etiam.

Et utrum Fiscus præferatur ceteris creditoribus pro pena delicti , vel quasi consequenda : explicat Salgad. in Lahyrint. p. 1. cap. 7. à n. 1. cum seqq. , Carleval de Judic. tit. 2. disp. 1. à n. 13. ; & vide Forale Basilicæ , vulgo o Foral da Alfandega , ubi agitur de executione , & de præferentia circa redditus illius . Et si dubites , an ex hac Lege judicari debeant præferentiae inter Fiscum , & alios credores , consule Ægid. in L. Ex hoc jure , p. 2. cap. 1. à n. 22.

Et an privilegium Legis Si qui mibi , 28. ff. de Jur. F/c. ad dotem extendendum sit : disputant relati ab Olea de Cef. jur. tit. 3. q. 7. n. 7. , Pereir. de Castr. dec. 39. n. 3. & 5. , Larrea dec. 85. n. 6. , Guerreir. de Inventar. lib. 4. cap. 12. n. 72. , & sub n. 87. , Arouc. ad L. 6. n. 6. ff. de Just. & Jur. , & ad L. 25. n. 8. ff. de Legibus , ubi repertis argumentum , ex quo evincitur contra Ægid. loc. sup. cir. , quod licet Fiscus absque sententia procedat , præferendus est posterioribus , qui ex sententia pignorationem fecerunt : & vide Petr. Barbos. relatum à Reynos. Observ. 61. n. 53. ,

ubi Addit. , Carleval de Judic. tit. 2. disp. 1. n. 32. , Amaya ad L. 1. n. 10. Cod. de Exactorit. tit. 19.

(b) Vide Reynos. Observ. 61. n. 27. , & seqq. , Guerreir. de Inventar. lib. 4. cap. 12. n. 133. & 134.

(c) Gabr. Per. dec. 23. n. 8. , Ægid. in L. Ex hoc jure , p. 2. cap. 1. n. 19. ff. de Just. & Jur. , Reynos. Observ. 61. n. 23. 48. & 49. , & de hac & sequentibus conclusionibus vide Doctores supra citatos , qui omnino materiam hujus Legis pertractant.

(d) Hanc protestationem dicit Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 60. debere fieri , præsente parte ; cuius sententiam sequitur Barbos. ad banc Ord. §. 1. n. 3. ; sed ex jure videtur contrarium ; quia hæc Ordinatio solùm requirit , quod fiat coram Judice , nec aliud requirunt DD. Molin. de Just. , & Jur. disp. 536. n. 39. & 44. , Reynos. Observ. 61. n. 23. & 49. , Gabr. Per. dec. 6. n. 4. , & dec. 16. n. 6. ; & vide ad materiam Phæb. p. 2. dec. 146. n. 11. , & dec. 147. n. 14. , Peg. For. cap. 14. n. 2. , Sabell. verb. Protestatio , n. 4.

(e) Hæc dispositio procedit tantummodo in mercatoribus , & negotiatoribus , non verò in aliis debitibus ; Phæb. p. 2. arest. 24. , Ord. lib. 5. iit. 66. , Guerreir. de Inventar. lib. 4. cap. 12. n. 24. ; & de vera hujus §. intelligentia vide Arouc. alleg. 28. à n. 17. , & alleg. 29. , & ad L. 30. ff. de Legibus , n. 2. , Thom. Vaz alleg. 13. n. 207. Ad verba : Dentro de hum mez : nota , quod hæc computatio fiet in forma Ord. lib. 3. tit. 13. , Arouc. d. alleg. 28. n. 2. , Guerreir. d. cap. 12. n. 131.

(f) Carleval de Judic. tit. 3. disp. 31. ex n. 1. , Valasc. de Partit. cap. 23. n. 19. , Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 59. versic. Ceterum , Posth. de Subbast. inspecl. 19. n. 43. , & in addit. n. 8. : quod amplia , si debitor habeat idoneum fidejussionem , Mend. ubi supr. , Pereir. dec. 23. n. 6. , Valasc. conf. 13. n. 2. , Petr. Barb. in L. Si constante , in princ. n. 108. ff. de Solnt. matr.

(a) Vide

Crédor não pôde penhorar por si seu devedor, posto que assim estivesse entre elles acordado no contrato, salvo achando o penhor desembargado sem alguma contradição, *liv. 4. tit. 57.* (a)

Crédor poderá fazer recommendar na cadêa o seu devedor, estando justamente preso; e justificará a dívida por testemunhas dentro em dous dias peremptoriamente, *liv. 4. tit. 77.* (b)

Crédor, que pôde vender os penhores por convenção da parte, se o devedor lhe oferecer a paga, e protestar, e o Crédor os vender depois do dito protesto, tudo será tornado ao primeiro estado, *liv. 3. tit. 78. §. 7.* (c)

Crédores daquelle, que faz cessão de bens, devem ser citados, *liv. 4. tit. 74. §. 1.* (d)

Crédor daquelle, a quem os outros daõ espaço, o pôde contradizer, por ser funda-

do em algum engano, ou malícia, *ibid. §. 3.*

Crédores, sendo muitos a dar espaço ao devedor, e outros não, estar-se-ha por aquella parte, a que for mais devido, *ibid. (e)*

Crédores não podem penhorar seus devedores sem mandado de Justiça, ainda que tenhaõ sentença, *liv. 4. tit. 57. §. 1. (f)*

CRIAÇÃO do filho orfaõ he obrigada a fazer a māy até tres annos cumpridos, de leite sómente, *liv. 1. tit. 88. §. 10.* (g)

Criação do filho orfaõ pôde pedir a māy até o tempo, que o orfaõ tem idade, em que possa merecer alguma cousa por seu serviço, *ibid. (h)*

Criação, que a māy fez no filho álem do leite, a pôde pedir, sem protestar, se era sua Tutora, ou Curadora, *liv. 4. tit. 99. §. 3.* (i)

### Cria.

(a) Vide Valasc. *conf. 173. n. 20.* cum seqq., Cald. de *Emption. cap. 25. n. 34.*, & *For. lib. 1. q. 8. n. 2.*, Moraes de *Execut. lib. 1. cap. 4. cas. 16.*, Covas *lib. 3. Var. cap. 8.*, Barbos. in *L. Aliam*, §. *Eleganter ff. de Solut. matrim. num. 47.* Et de hoc pacto ingrediendi possessionem auctoritate propria vide Antonel. de *Loc. legal. lib. 3. cap. 18.* ex *num. 13.*

(b) Vide Berlich. *p. 2. concl. 28. n. 93.* Ad verba: *Estante justamente preso;* quid si injuste captus fuerit? Phæb. *p. 1. arest. 134.*, & *p. 2. arest. 178. ad med.*, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 9.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. n. 415.*, Cabed. *p. 1. dec. 56. n. 1. in fin.*, Salgad. de *Reg. protect. p. 2. cap. 4. n. 128.*, Carleval de *Judic. tit. 2. disp. 8. n. 6.*, Peg. *ad Ord. lib. 1. tit. 24. §. 45. sub n. 2.* Et nota, quod carceratus in custodia non potest recommendari; Phæb. *part. 1. arest. 152.*, & *p. 2. arest. 51.*, & *arest. 109.*

Et an captus pro debito civili possit recommendari pro delicto? vide ad declarationem sequentem Notam Senatoris Oliveira. *Captus pro debito civili, quamvis injuncte, potest pro delicto recommendari, sibi enim imputet, porque se não tinha segurado pelo crime; e assim se entendeo esta Ordenação, e se julgou em causa grave, sendo do mesmo parecer, quasi todos os votos da Mesa; & facilit Farinac. de *Carcerib. q. 27. n. 152.* & 153., porque esta Ley, em quanto requer, que a prisão seja justa, falla só no embargo da dívida cível. Ad verba: Dentro em dous dias peremptoriamente: vide Reynos. *Observ. 57. num. 24.*, Moraes de *Execut. lib. 1. cap. 4. §. 2. num. 39.**

(c) De ejusmodi pacto vide Merlin. *de Pignor. lib. 4. q. 119.*, Moraes de *Execut. lib. 1. cap. 4. cas. 17.*

(d) Vide Gratian. *For. cap. 486. à n. 13.*, Salgad. in *Labyrinth. cred. p. 1. cap. 3. n. 1.*, & *cap. 4. n. 16.*, Altimar de *Nullit. contract. tom. 7. rubr. 1. p. 5. q. 47. n. 888.*, Guerreir. de *Inventar. lib. 4. cap. 11. n. 45.*

(e) Mend. in *Prax. p. 2. lib. 3. cap. 22. ex n. 62.*, Molin. de *Jus.*, & *Jur. disp. 572. n. 11.* An similiter si maior pars creditorum consentiat in remissione debiti, teneatur minor pars consentire, est materia Text. in *L. Juris gentium*, 7. §. *fin. cum Legib. sequent. ff. de Pact.*, de quo vide omnino Strach. de *Decoctor. p. 6. per tot.*, Molin. *d. disp. 572. n. 12.*, Merlin. *de Pignorib. lib. 4. tit. 5. q. 136.*, Rodrig. de *Concur. credit. p. 1. in initio ex n. 31.*, super quo vide etiam *Ord. lib. 3. tit. 78. §. 8.*

Ad verba, ibi: *A que mais for devido:* Intellige, vere, & non per simulatas decocti confessiones, ut per

*Tom. I.*

Gratian. *For. cap. 222. n. 21.*, Salgad. cum aliis, in *Labyrint. p. 3. cap. 13. n. 18. 19. & 20.*, & *p. 2. cap. 30. n. 77.* Sed cui incumbat onus probandi veritatem debiti, ad hoc ut induciat à creditoribus concedantur, vide Strach. de *Decoctor. p. 6. n. 10.*, ubi assertum est competere minori creditorum parti, recusanti compromissum subscribere; sed ipsi debitori incumbere, censem Salgad. in *Labyrint. d. n. 77.*, Mello de *Induc. delit. q. 11. n. 7.*

(f) Vide Merlin. *de Pignor. lib. 4. tit. 4. q. 121.*, Cald. *For. lib. 1. q. 8. à n. 2.*, & *q. 21. n. 28.*, Egid. in *L. Ex hoc jure*, *p. 2. cap. 13. claus. 6. n. 3. in fin.*

(g) Latè de materia hujus §. cum seqq., quae ad educationem pupillorum attinet, vide Valeron de *Transact. tit. 3. q. 1. ex n. 16.*, Boff. de *Effect. matrim. cap. 10. ex n. 103.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. disp. 15. ex n. 14.*; & circa eorum alimenta, vide Ord. *lib. 4. tit. 99. §. 3.*, Carvalh. in *cap. Raynaldus*, de *Testament. p. 4. cap. 1. n. 283.*, Valasc. *conf. 92.*, Cabed. *p. 1. dec. 99. à n. 9.*, Covas de *Sponsal. p. 2. cap. 8. §. 6. n. 13.*

Et de matris obligatione lactandi filios intra trienium, vide Ord. *lib. 4. tit. 99. in princ.*, Egid. in *L. Ex hoc jure*, *p. 1. in initio. n. 34. & 35.*, Carranc. de *Part. cap. 3. §. 4. ex n. 25.*, Themud. *dec. 32.*, Castilh. *lib. 6. cap. 137. n. 6.*, & *de Aliment. cap. 36. §. 1. n. 63.*, ubi Paul. Mel. à *n. 7.*, Sabel. in *Sum. §. Alimenta. n. 34. vers. Quod infra*, & in *§. Mater. n. 21. vers. Quod teneatur*, Harppr. *ad Princeps. Instit. de Jur. natural. à n. 8.*

(h) Intellige usque ad septem annos; argum. *Text. in L. Ceterum, ff. de Reivendic.*, Ord. *lib. 1. hocmet Tit. §. 13.*, Cabed. *p. 1. dec. 162. num. 5.*, Gam. *dic. 216.*, Carvalh. in *cap. Raynaldus*, *p. 4. cap. 1. n. 283.*, & vide Ord. *lib. 4. tit. 31. §. 8.*

(i) Quia mater non tenetur alimenta praestare filiis, qui legitimam patris habent, ex qua ali possint; L. *Alimenta*, Cod. de *Negot. gest. L. Neque mater*, Cod. de *Jur. dot.*, Surd. de *Aliment. tit. 1. quest. 103. n. 2.*, & *quest. 100.*, Carvalh. in *cap. Raynaldus*, *p. 4. cap. 1. n. 283.*, Valasc. *conf. 92. n. 9.*, qui secus dicit, si non habeant. Et quamvis de suo expendat praestando filiis alimenta, presumitur praestare animo repetendi, & non donandi; Boff. de *Aliment. cap. 16. §. 6. n. 915.* cum multis ab eo relatis, Surd. de *Aliment. tit. 6. q. 8. n. 46. 47.*, & 53., & *q. 9. n. 8.*, & *q. 12. n. 18.*, & *q. 14. n. 10.*, & 12., & *q. 15. n. 2.*, Gratian. *For. cap. 374. n. 17.*, August. Barbos. *ad Text. in L. Alimenta. n. 10. Cod. de Negot. gest.*, & *ad Text. in L. Quid plerique*, *n. 4. Cod. de Alim. pupill. praestand.*

Cc 2

(a) Vide

Criação do filho he obrigada a māy a pagar, naō tendo o pay bens para isso, *liv. 4. tit. 99. §. 2. (a)*

Criação do filho orfaõ, se a māy he nobre, se comette a ama, que o crie de leite á custa de seus bens, *liv. 1. tit. 88. §. 10. (b)*

Criação faz a māy do filho á sua custa, naō tendo elle bens, até que haja idade, que possā merecer soldada, *ibid. §. 10.*

Criação do filho orfaõ, que naō he de legitimo matrimonio, primeiro he á custa do pay; e naō tendo elle por onde os criar, se fará á custa da māy, *ibid. §. 11. (c)*

Criação dos orfaõs filhos de Religiosos, ou de mulheres casadas, he á custa dos Hospitaes; e naō os havendo no Lugar, he á custa das rendas do Concelho; e naō o tendo o Concelho, se lança finta, *ibid. (d)*

Criação, que alguem fez ao orfaõ, sem levar preço por isso, o poderá ter outro tanto tempo de graça, *ibid. §. 12. (e)*

**CRİADO** deve servir a seu senhor em todo o ministerio, que lhe mandar, *liv. 4. tit. 31. §. 12. in fin.*

Criado que vive com alguem a bem fazer,

e delle tiver recebido pelote, e capa, ou coufa, que o valha, naō se pôde partir delle sem sua licença, até que o sirva hum anno; e de outra maneira será preso até que pague em dobro o que levou, *liv. 4. tit. 30. (f)*

Criado d'El-Rey he preferido a outro na data dos Officios de Justiça, e Fazenda, que El-Rey dér, *liv. 1. tit. 96. §. 2. , e 3. (g)*

Criado, que casa, ou dorme com parenta, criada, ou escrava do Senhor, com quem vive, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 24. (h)*

Criado, que dorme com a mulher, filha, ou irmãa de seu Senhor, ou fere, ou mata, ou lhe faz algum grande furto, ou roubo, commette delicto de aleivosia, *liv. 5. tit. 37. (i)*

Criado, que mata a seu senhor, álem da pena corporal, saõ seus bens confiscados, posto que o condenado tenha filhos, ou outros descendentes, ou ascendentes, *ibid. §. 2. (k)*

Criado, a quem lança o senhor de casa, que tinha por soldada, antes que acabe seu tempo, lhe paga toda a soldada, *liv. 4. tit. 34. (l)*

**Cria-**

(a) Vide Molin. de *Just.*, & *Jur. tract. 2. disp. 168. vers. In defectu*, Surd. de *Alim. tit. 6. quest. 6.*, Themud. *decis. 32.* Et ex hac Lege infertur, quod spuriis debentur alimenta; de quo vide Themud. *p. 1. dec. 36.*, Egid. in *L. Ex hoc jure*, *p. 1. in initio*, *ex n. 31.*, Carranc. de *Part. cap. 3. §. 4. ex n. 53. & 56.*, Gom. in *L. 9. Taur. à n. 38.*; & omnia de alimentis, quae filiis spuriis debentur tam à patre, quam à matre, vide ultra DD. citatos, Mostaz. de *Caus. piis*, *lib. 8. cap. 11.*, Pinheir. de *Testam. disp. 5. §. 1. fact. 1. per tot.*, Guerreir. de *Divis. tract. 2. lib. 1. cap. 6. ex n. 130.* Et an potius mater, seu pater spurius alere teneatur? vide Themud. *dec. 37.*, Valasc. *conf. 92. n. ultim.*

(b) Molin. *d. disp. 168. vers. Mater*, Valasc. *conf. 92. n. 4.*, Egid. in *L. Ex hoc jure*, *p. 1. in initio*, *n. 35.*, Ord. *lib. 4. tit. 99. in princ.*

(c) Vide Egid. in *L. Ex hoc jure*, *in initio*, *n. 35.*, Gam. *dec. 304.*, concordat Ord. *lib. 4. tit. 99. §. 2.* Et si mater etiam fuerit pauper, obligatur frater, Valasc. *conf. 92. n. 9.*, explicat latè Pegas in *Commentar. ad hunc §. cap. unic. à n. 17.*

(d) An pater, aut mater filium exponens, teneatur Hospitali restituere expensas? vide Molin. de *Just.* & *Jur. tract. 3. disp. 103.* Et de Expositorum materia, vide Carranc. de *Part. cap. 4.*, Boss. de *Alim. cap. 9.*, Mostaz. de *Caus. piis*, *lib. 4. cap. 11. à n. 50.*, Guerreir. de *Divis. lib. 1. cap. 7.* Et an ad honores admittantur, quando requiritur puritas sanguinis, vide infra verb. *Engeitados*.

Ad verb. : *Filhos de Religiosos*: An sicut filii Religiosorum debent ali expensis Hospitalium, quin eorum Monasteria teneantur ad has expensas, ita filii servorum debeant eodem modo ali, quin eorum Domini possint compelli ad easdem expensas satisfaciendas? affirmativè judicatum fuit, quod, scilicet, non teneretur Dominus alere filium servi habitum in muliere libera; in quodam processu Alcobatiæ inter partes Franciscus Rodrigues Vargas, & Decuriones ejusdem oppidi, scriba Julius Fulcus anno 1643., ut notat hic Senator Themudo.

(e) Vide quæ Gam. *dec. 216. & 360.*, & ibi Flor.,

Ord. *lib. 4. tit. 31. §. 8.*, Carvalh. de *Testament. p. 4. cap. 1. num. 283.*

(f) Fragos. de *Regim. Reipubl. p. 3. disp. 22. §. 5. n. 111.*, Molin. de *Just.* & *Jur. tract. 2. disp. 505. n. 3.*, P. Rebell. de *Oblig. Just. p. 2. lib. 14. quest. 13.*, Flores de Men. *Var. lib. 1. q. 8. à n. 15.*

(g) Notat hic Senator Themud. Intellige, se elles concorrerem ao tempo de o pedir: secùs se o pedirem, estando já outro provido; porque nesse caso naō o pôde tirar quem o proveo, e ba de ser ouvido. Ita judicavimus. Et vide Phæb. *dec. 14. n. 11. vers. Quod maximè.*

(h) Vide Phæb. *dec. 49.*, Boss. de *Matrimon. cap. II. ex n. 248.*, Matth. de *Re criminal. controv. 51. à n. 11. & 55. à n. 11.*, Gutier. *Practic. lib. 2. q. 5.*, Farinac. in *Prax. crimin. q. 147. n. 18.* Quid autem in casu contrario hujus Legis, scilicet, si Domina cum servo concubuerit: vide Text. in *L. unic. C. d. de Muliere*, quæ se propr. serv. junx.; de quo Matth. de *Regim. Regn. cap. 8. §. 8. n. 159.*, sed melius Egid. de *Heneft. artic. 10. n. 1. & 2.*

Et nota ad hanc Legem, quod si Dominus famulum puniverit, non potest eum accusare, ad hoc ut pena hujus Legis infligatur in eum; Phæb. *p. 1. dec. 49. n. 1.* Nota etiam, quod dispositio hujus Legis respectu famuli non debet extendi ad Operarios, seu Artifices, qui in domo pro mercede, seu stipendio laborant; idem Phæb. *dec. 49.*, Barbos. in *Additam. ad hunc lib. n. 34.*

(i) Vide supra verb. *Aleivosia he huma maldade*, &c.

(k) A palavra *Senhor* neste §. he o que vulgarmente se chama *Amo*, a quem matar o criado, que com elle vivia; e naō se entende do Escravo, de que trata a Ord. no *liv. 5. tit. 41.*, ut notat hic Senator Oliveira.

(l) Vide Sous. in *§. Actionum*, *p. 4. cap. 2. à n. 14.*, Britt. in *cap. Propter. de Locat. à n. 54.*, Lagun. de *Fruct. p. 1. cap. 25. §. unic. ex n. 120.*, Arouc. in *L. 1. §. 1. ff. de His*, qui sunt sui, vel alien. *jur. n. 117.*, Flor. *1. Var. q. 8. §. 7. n. 18.*, Molin. de *Just. tract. 2. disp. 506. lib. 4.*, Guerreir. de *Dation. Tutor. & Curator. lib. 5. cap. 12. n. 57.*, Rebell. de *Obligation. Justit. p. 2. lib. 14. q. 13.* Quid si calore iracundiæ eum expellat? vide Scobar

Criado , que recebe casamento , ou acostamento de hum , e quer viver com outrem , he preso , e paga o dobro do que tiver recebido , *liv. 4. tit. 30. §. 3.*

Criado , que se vai de seu Senhor , antes que acabe o tempo do serviço , sem culpa do Senhor , deve-lhe tornar a soldada , se já a tiver recebido , e mais servirá de graça todo o tempo , que lhe faltava por servir , *liv. 4. tit. 34. (a)*

Criado de Fidalgo , ou Alcaide mór do Lugar naõ pôde nelle ter Officio de Taballiaõ do Judicial , *liv. 1. tit. 79. §. 41.*

Criado , a quem se dá reçaõ de comer a dinheiro secco , naõ o poderá pedir , senão até dez dias depois de sahido , *liv. 4. tit. 32. §. fin.*

Criado de Cortezão naõ pôde viver com outro sem sua licença , *liv. 4. tit. 30. §. 2.*

Criado , ou caseiro com huma testemunha pôde incoimar , *liv. 1. tit. 66. §. 27.*

Criado , a quem o amo fere , naõ tem pena , *liv. 5. tit. 36. §. fin.*

Criado , que fez escripto assigliado por elle , ou por terceira pessoa , com huma testemunha de paga de soldada faz próva , posto que seja de mór quantia , *liv. 4. tit. 33. §. 1.*

Criado , que demanda soldada depois de morto o senhor , e passados alguns annos , se presume contra elle , *liv. 4. tit. 32. §. 1. (b)*

Criado , que vive por soldada , naõ a pôde demandar senão até tres annos , *ibid. (c)*

Criado , que estiver com o amo aos mezes , naõ pôde pedir soldada de algum mez , que haja servido , passados tres mezes , depois que sahir de casa ; porque depois do dito tempo se presume que está pago , *ibid. §. 1. (d)*

Criado , que recebe d'El-Rey algum Officio , ou renda por contemplação de seu amo , a valia deve descontar na satisfaçao , e paga do serviço , *liv. 4. tit. 31. §. 10. (e)*

Criado desconta na soldada o legado , que seu amo lhe deixou simplezmente , *ibid. §. 11. (f)*

Cria-

bar de Ratiocin. cap. 27. n. 19. & 20., Cur. Philipic. p. 2. lib. 3. cap. 4. à n. 30., Flor. Var. lib. 1. q. 8. §. 2. n. 21., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 25. §. unic. n. 123.

Intellige , hanc Legem procedere , si dominus famulum ejiciat sine causa ; tunc enim solùm tenetur ad præstandum salaryum , si famulus alio domino non servierit , à quo tantumdem recipiat ; Britt. in cap. Propter , de Locat. n. 53. & 31., Guerreir. d. cap. 12. n. 56.

(a) Hæc Lex procedit solùm , ubi datur tempus certum ad serviendum , ut notat Britt. in cap. Propter , de Locat. n. 53., Guerreir. de Dation. Tutor. , & Curator. lib. 5. cap. 12. n. 55. Ad verba : Sem culpa do Senhor : secùs erit , si detur justa causa , puta , culpa domini plus justo fæciantis in ipsum famulum ; Britt. d. cap. Propter , de Locat. d. n. 53.. & vide Gutier. de Tute. p. 3. cap. 14. n. 28., Guerreir. d. n. 55.

(b) Cabed. p. 1. dec. 167. n. 6. & 7., Parex. de Instrum. edit. tit. 5. resol. 6. à n. 1., & vide Cyriac. Contr. 280., Rocc. Select. tom. 2. cap. 115. n. 4., Maced. dec. 34. n. 8., Peg. de Action. , & Obligat. cap. 28. n. 676., qui omnes fatentur , præsumi factam solutionem , quando debitor post mortem debitoris eam petere distulit.

(c) De materia hujus Legis , vide Britt. ad Rubr. de Locat. p. 1. §. 1. à n. 23., Amayam in L. 6. Cod. de Jur. Ff. c. n. 20., Costam de Privileg. credit. in prefat. ad regul. 1. n. 85., Fermosin. in cap. 1. de Praescript. q. 4., & in cap. Illud. 8. q. 4. à n. 3., Andreol. Controv. 245., Cresp. tom. 2. Observ. 44., Covas in Regul. Possestor. de Regul. jur. p. 2. §. 11. à n. 2., & seqq., Guerreir. de Dation. Tutor. , & Curator. lib. 5. cap. 12. n. 67., Giurb. dec. 13., Caldas in L. Si curatorem , verb. Sua facilitate , n. 77., Valasc. conf. 125., Gratian. dec. 53., & ibi Scopa à n. 12., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 67. De justitia hujus Legis dubitat Gam. dec. 334., P. Rebell. de Oblig. Just. p. 2. lib. 14. q. 13. n. 12.

Et nota , quod hæc exceptio transacti triennii debet opponi ; aliás dominus venit condemnandus , non obstante ejusmodi lapsu ; Giurb. d. dec. 13., Hodier. ad Sard. dec. 24. n. 4., Lanfranc. de Sallar. q. 105. n. 43., Guerreir. d. cap. 12. n. 73., Sylva ad hanc Ord. in princ. n. 45.

Limita dispositionem hujus Legis , si famulus habeat apud se rem domini , quia tunc videtur loco pignoris rem habere ; Lanfranc. supr. ex n. 38., Fermosin. in cap. Illud. de Praescript. quest. 4. ex num. 3., Guerreir.

d. cap. 12. num. 81., Sylva ad hanc Ord. in princ. num. 29. Et quid in salario Capellani ? Pereir. decif. 46. Et an hæc Lex faveat etiam Clericis ? vide Oliv. de For. Eccles. p. 1. q. 33., Sylvam ubi supr. n. 57. Et nota , quod hujus triennii lapsus procedit etiam cum scientia dominorum , ex iis , quos refert , & sequitur Carvalh. in cap. Raynaldus , p. 2. n. 460., sed vide Barbos. in L. Sicut , Cod. de Praescript. à n. 31., Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. n. 40.

Et an dispositio hujus Legis procedat per viam præsumptionis ; nempe , quod fuerit salaryum à famulo remissum , vel ipsi solutum , seu per viam præscriptionis ? vide Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. n. 23., & latius à n. 37., Guerreir. de D. at. Tutor. , & Curat. d. cap. 12. n. 74., qui tenent procedere per viam præscriptionis cum aliis , quos citat Sylva ad Ord. lib. 4. hoc tit. 32. in princ. n. 2. , ubi in n. 3. alios refert afferentes procedere per viam præsumptionis ; & in numeris sequentibus doctissimè explicat nostram conclusionem , concordando istas opiniones ex n. 8.

Nota etiam , quod ad interruppendam hanc præscriptionem sufficit extrajudicialis petitio ; Gutier. de Juram. confirmat. p. 3. cap. 1. n. 24., Flores Var. q. 8. §. 1. n. 63., & §. 2. n. 41., Guerreir. d. cap. 12. n. 79., Sylva ad hanc tit. 32. ad princ. n. 21.

(d) Vide Gam. dec. 334. n. 7., Valasc. conf. 125., Britt. ad rubr. de Locat. §. 4. à n. 46., Guerreir. de Muner. Judic. Operari. tract. 3. lib. 5. cap. 12. à n. 67.

(e) Cabed. d. dec. 167. n. 3. & 4.

(f) De materia hujus Text. , vide latè Covas in cap. Officii , n. 2. de Testam. , Gom. 2. Var. cap. 12. n. 27., Barbos. in L. Si cum dotem , §. Si pater , à n. 7. ff. de Solut. matrim. Cald. For. lib. 1. q. 16., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 200. n. 16., Gratian. For. cap. 134. à n. 16., Gutier. de Tute. p. 3. cap. 5. à n. 22., Castilh. de Usufruct. cap. 46. à n. 6., qui omnes distinguunt inter debitum ex causa necessaria , & ex causa voluntaria , ut primo casu teneatur creditor compensare legatum cum debito , non sic in secundo ; Maced. dec. 23. & 25. Et si quis famulo , qui ei servivit , donationem , aut dotem fecerit , magis videtur compensandi animo dedisse , quam donandi ; Cabed. 1. p. dec. 117. Et vide etiam de materia Reynos. Observ. 27. n. 13., Altimar de Nullit. tom. 7. q. 47. à n. 214., qui n. 222., plures laudat.

(a) Vide

Criado, que foi tomado em nome de feitor, ou negociador de demandas, posto que o occupe seu amo em arrecadar suas rendas, nem por isso haja o salario accrescentado, *liv. 4. tit. 31. §. 12.*

Criados de Fidalgos, que privilegios tem, vide verb. *Caseiros de Fidalgos.*

Criados de Desembargadores, vide verb. *Caseiros dos mesmos.*

**CRIAR** deve a māy o filho até tres annos á sua custa a seu peito; e se he nobre, naõ está obrigada, *liv. 1. tit. 88. §. 10.* (a)

Criar deve a māy o filho tres annos de leite, e o pay da outra despesa, sendo separado o matrimonio sem morte de algum delles, *liv. 4. tit. 99.*

Criar devem o pay, e māy o filho de legitimo matrimonio ás suas despesas, *ibid.*

Criar deve a māy o filho espurio, ou natural, tres annos de leite, e o pay da outra despesa, *liv. 4. tit. 99. §. 1.* (b)

Criar Taballiaēs só pertence a El-Rey, e naõ a outrem, *liv. 2. tit. 45. §. 15.* (c)

**CRIME** de heresia pertence o conhecimento delle, principalmente aos Juizes Ecclesiasticos, *liv. 5. tit. 1. in princ.* (d)

Crime de heresia, quem o cometter álem da pena corporal, que lhe for dada, seraõ seus bens confiscados, *ibid.* (e)

Crime de Lesa-Magestade he a traiçāo commetida contra a pessoa d'El-Rey, ou seu Estado Real, e he comparada á lepra, *liv. 5. tit. 6.* (f)

Crime de Lesa-Magestade he tratar a morte do seu Rey, ou da Rainha, ou de algum de seus filhos legítimos, *ibid. §. 1.* (g)

Crime

(a) Vide verb. *Criacão de filho orfaõ, &c.*

(b) Vide Valasc. *conf. 92. n. 12.*, Gam. *dec. 201. 204. & 225.*, Barbos. *in L. 1. p. 4. à n. 65. ff. de Solut. matr., Cabed. p. 1. dec. 148.*, Gomes *in L. 9. Taut. à n. 37.*, Covas *de Sponsal. p. 2. cap. 8. §. 6.* Et vide omnia de alimentis, quae spuriis danda sunt, tam à patre, quam à matre, per Themud. *dec. 36. & 37.*, Ægid. *in L. Ex hoc jure, p. 1. in initio ex n. 31.*, Tondut. *Resolut. civil. cap. 146.*, Carranc. *de Partu, cap. 3. §. 4. ex n. 53. & 56.*, Giurb. *Obstrv. 41.*, Mostaz. *de Caus. piis, lib. 8. cap. 11.*, Pinheir. *de Testam. disp. 5. §. 1. sect. 4. per tot.*, Boff. *de Alim. cap. 6. ex n. 115. ad n. 278.*, Guerreir. *de Divis. lib. 1. cap. 6. ex n. 130.*

(c) Concordat *§. 25.* hujusmodi Tit., & lib. 2. tit. 26. §. 1., Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 37.* Et an Princeps creare valeat nova Officia, si jam creatis præjudicium inferrat? vide Larream *alleg. Fisical. 119.*, Portug. *de Donat. tom. 1. p. 2. cap. 13. à n. 9.*: quod tamen mihi videtur expressè decisum in Ord. lib. 1. tit. 58. §. 3. circa fin.

Et an, creatis de novo Officiis in Terris Donatariorum, competit provisio ipsis Donatariis, vel potius Regi? vide Portug. *d. cap. 13. à n. 5.*, Barbos. *in L. 1. ff. de Leg. 1. p. 2. cap. 16.*

Et ad hanc Legem notat Senator Oliveira. *Vt huma sentença dada no anno de 1600. a favor da Camara de Santarem, em que se julgou que a data dos Officios de novo criados pertence aos Donatarios, vide Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 28. in Rubr. n. 52., e neste §. traz Pegas a sentença de Santarem.*

Sed aliud notat Senator Themudo, ibi: *Creando El-Rey de novo algum Officio em Terra de Donatario, pertence a El-Rey a primeira data, quando creou o Officio; e a segunda, e as mais pertencem ao Donatario, Barbos. in L. Divortio, §. Quod in anno, n. 16. vers. Et ex his, & n. 17. & ita millies judicavimus in Judicio Coronæ. Et vide Castilh. lib. 7. Contror. cap. 14. n. 26.*, Cabed. 2. p. dec. 22., ubi quid de Officio subrogato, Arouc. *alleg. 84. à n. 6.*, Bovadilh. *in Polit. p. 1. cap. 3.*, & etiam vide verb. *Corregedor da Comarca suspendrá o Taballiaõ, &c.*

(d) Vide Bovadilh. *in Polit. lib. 2. cap. 17. à n. 70.*, Sal-gad. *de Supplic. ad Sanctissim. p. 2. cap. 33. à n. 55.*, Farinac. *de Heres. q. 186.*, August. Barbos. *ad Text. in cap. Postul. affi. 14. de For. compet. n. 3.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 62. n. 23.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 2. q. 13. à n. 1.*, Molin. *de Just. & Jur. tom. 6. tract. 5. disp. 28. n. 13. & 14.*, Cortiad. *tom. 1. dec. 30. n. 24.*, Sabell. *in Sum. §. Heres. n. 11.*

(e) Vide supr. notata verb. *Confiscação se faz nos bens dos culpados pelo crime de heresia, &c.* Et nota, quod poena corporalis, quae in hæreticos ex generali consuetudine infligitur, est combustio cadaverum eorum in igne, postquam prius strangulantur, nisi pertinaces

sint; quia tunc vivi comburendi sunt; Gom. *tom. 3. Var. cap. 2. n. 1.*, Covas *lib. 2. Var. cap. 10. n. 10.*, August. Barbos. *ad Text. in cap. Excommun'camus, 15. de Hæretic. n. 4.*, ubi multos citat; Sabell. *in Sum. §. Heres. n. 9.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 2. q. 12. n. 13.*, latè Guttierr. *in Prax. crimin. q. 33. à n. 38.*, & seqq.

(f) Farinac. *in Prax. crimin. q. 112. cum seqq.*, Harppr. in §. *Publica autem, Instit. de Public. Judic.*, Cabed. *p. 2. dec. 82.*, Gom. *3. Var. cap. 2. à n. 6.*, Cortiad. *dec. 94. n. 112.*, Peg. *tom. 6. ad Ord. lib. 1. tit. 74. §. 4. n. 8.*

Clerici verò crimen Læsæ-Majestatis committentes, quomodo, & à quo Judice puniantur? vide Themud. *p. 2. dec. 106.*, Delben. *de Immunitat. Eccles. cap. 6. dubit. 4. num. 6.*, Harppr. in §. *Publica autem, Institut. de Public. Judic. n. 37. & 38.*, Castr. *alleg. 9. n. 17.*, Pereir. *de Man. Reg. cap. 26. num. 20.*, Cortiad. *dec. 94. n. 112.*, & seqq., Fermosin. *in cap. Cum non ab homine, quest. 20. de Judic.*

(g) Vide Farinac. *in Prax. crimin. q. 112. n. 19.*, & q. 113. n. 42., Gom. *lib. 3. Var. cap. 2. n. 6.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 3.*, Clarum in §. *Læsæ-Majestatis ex n. 2.*: quod amplia in offendente Regem ex particulari odio, sive ex privata inimicitia, vel etiam pro sui defensione, quod explicat Molin. *de Justit. & Jur. tom. 4. tract. 3. disp. 14.*, & cum multis Cortiad. *tom. 2. dec. 94. n. 15. & 16.*, Basilik. *dec. 9.* Et extende penam hujus Legis ad eum, qui occidit Proregem, Legatum seu Confiliarium Principis; Basilik. *d. dec. 9.*, Gom. *tom. 3. Var. cap. 2. n. 6. vers. Item etiam, Farinac. *d. q. 112. à n. 136.*, Gratian. *For. cap. 54. n. 7.*, Hermosilh. *ad L. 2. glof. 3. tit. 4. part. 5.**

Quid autem, si ex odio particulari, & non officii ratione interfectus fuerit? vide Basilik. *d. dec. 9.*, Gratian. *d. cap. 54. n. 7.*, Hermosilh. *d. glof. 3.*, Farinac. *d. q. 112. n. 57. & 74.*, & q. 117. n. 37., cum multis Cortiad. *dec. 94. n. 32.* Affectus autem, seu conatus in hoc crimine quomodo puniatur, vide per Andreol. *Controvers. 345.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 658. n. 3.*

Ad verba: *Do seu Rey*: Ex hoc infertur, quod, ut quis dicatur Reus criminis Læsæ-Majestatis, requiritur, quod sit subditus Principis ratione originis; si enim non sit ei subditus ratione originis, vel domicilii, non dicitur committere crimen Læsæ-Majestatis; Gom. *lib. 2. Var. d. cap. 2. n. 10.*, Cyriac. *Controv. 13. n. 57.*, Farinac. *d. q. 112. ex n. 240.*, Barbos. *in L. Heres absens, §. Proinde, artic. de foro originis, n. 7.*, Molin. *d. disp. 658. n. 1. versic. Item ut aliquid.*

Ex quo dubitari potest, an Clericus, qui per Sacras Ordines egreditur jurisdictionem Principis, Reipublicæque secularis, committat crimen Læsæ-Majestatis in suum

Crime de Lesa-Magestade he levantar-se com o Castello, ou Fortaleza d'El-Rey, naõ a querendo entregar; ou deixa-la perder por sua culpa, *liv. 5. tit. 6. §. 2.* (a)

Crime de Lesa-Magestade he passar-se para o campo inimigo, contra o Reyno, em tempo de guerra, *ibid. §. 3.* (b)

Crime de Lesa-Magestade he dar conselho aos inimigos d'El-Rey por carta, em seu desserviço, ou de seu Real Estado, *ibid. §. 4.* (c)

Crime de Lesa-Magestade he fazer confederação contra o Rey, e seu Estado, ou tratar de se levantar contra elle, ou dar para isso conselho, ajuda, e favor, *ibid. §. 5.* (d)

Crime de Lesa-Magestade he tirar da prisão ao culpado em crime de traição contra El-Rey, ou dar ajuda para isso, ou para que fuja, *ibid. §. 6.* (e)

Crime de Lesa-Magestade he matar, ou fe-

rir em presença d'El-Rey alguma pessoa, que estiver em sua companhia, *ibid. §. 7.* (f)

Crime de Lesa-Magestade he quebrar, ou derribar a imagem, ou armas d'El-Rey em desprezo delle, *ibid. §. 8.* (g)

Crime de Lesa-Magestade, quem o cometer tem pena de morte cruel, e de confiscação de todos os seus bens para a Corôa, *ibid. §. 9.* (h)

Crime de Lesa-Magestade, o culpado nelle fallecendo, antes de ser preso, ou acusado, se pôde inquirir contra elle depois da sua morte, para que seja sua memoria damnada, e seus bens confiscados para a Corôa, *ibid. §. 11.* (i)

Crime de Lesa-Magestade, se o confederado o revelar depois d'El-Rey o saber, naõ será relevado da pena; mas será havidio por cometedor do tal delicto, *ibid. §. 12.* (k)

### Cri-

*Suum Principem affirmativè resolvit Molin. d. disp. 658. sub n. 1. Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 26. n. 20. & multi relati à Cortiad. tom. 1. dec. 34. à n. 112., ubi in n. 113. inquirit, an à Judice seculari puniri possit, & an degradandus sit realiter, tradendusque Curiæ seculari? Cabed. p. 2. dec. 83.*

Ad verba: *On da Raínha, ou de algum de seus filhos legítimos: vide omnino Cortiad. dec. 94. n. 17. 18. & 19., Molin. d. disp. 658. n. 6. & 16.*

(a) Vide Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. num. 10. vers. Quintus, Matth. de Re crimin. controv. 77. à num. 24., Cabed. p. 2. dec. 82. num. 6., August. Barbos. lib. 2. Vot. 61., Solorzan. in integra Juris allegatione contra Prefectum D. Joamem de Benavides, ubi omnia ad punishmentem mirabiliter congesit; consonat Ord. lib. 1. tit. 74. in princ.

(b) Vide Molin. de Just. & Jur. disp. 658. n. 10., Farinac. in Prax. crimin. q. 113. n. 12., Decian. tract. Crimin. lib. 7. cap. 14., & cap. 15. à n. 13., August. Barbos. Vot. 126. n. 174. Et an dispositioni hujus Legis subjiciantur etiam Exploratores, qui secreta hostibus nuntiant, seu revelant: vide Cortiad. tom. 4. dec. 277. n. 80., qui, ut solet, plures congerit DD. Et an gaudeant Ecclesiastica immunitate: negativè resolvit cum multis idem Cortiad. tom. 2. dec. 94. n. 6. & 11.

(c) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 113. n. 19. 24. & 25., Decian. in Tract. crimin. lib. 7. cap. 34., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. num. 3. vers. Est verò obser-vandum.

(d) Vide Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 10. & 11. Et quod hoc delictum probetur testibus singularebus, dicit Calder. dec. 50. n. 16. vers. E' ita est certum. Et quando sufficient indicia ad paenam ordinariam, videlicet Larream alleg. 66.

(e) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 113. à n. 258., Gom. lib. 3. Var. cap. 2. n. 7., & ibi Aylon n. 8., qui plures refert, Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. sub n. 10. vers. Undevimus.

(f) Plura de materia vide apud Basilic. decis. 14. per tot.

(g) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 113. n. 49., Vil-llos. de Fugitiv. dissert. 6. §. 8., Decian. Tract. crimin. lib. 7. cap. 51., Molin. de Just. & Jur. disp. 658. sub n. 10. vers. Decimus tertius, Cortiad. dec. 94. n. 11.

(h) Vide Gom. tom. 3. Var. cap. 2. n. 11., Gratian.

*For. cap. 54. n. 13., Bovadilh. in Polit. lib. 3. cap. 2. n. 29., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 11.; multos alios ad materiam citant Farinac. in Prax. crimin. p. 4. q. 116. à n. 2., Cortiad. dec. 94. n. 51.*

Item domus horum delinquentium debere à culmine prosterne, & solo æquari, saleque aspergi, dicunt Bajard. ad Clar. §. Læsa-Majestatis, n. 25., Parlador. Rer. quotidian. lib. 1. cap. 11., Lara de Anniversar. lib. 2. cap. 4. n. 125., Guerreir. de Driv. lib. 6. cap. 7. n. 21. & 22. Et de ratione, cursus seminetur super domos delinquentium, vide Gratian. For. cap. 179.

Ad verba: *E confiscação de todos seus bens para a Corôa: vide supra notata verbo: Confiscação se faz nos bens dos culpados pelo crime de heresia, &c.*

(i) Vide Gom. tom. 3. Var. cap. 2. n. 12., Peregrin. de Jur. Fisc. lib. 4. tit. 5. n. 19., Farinac. in Prax. q. 10. n. 42. & seq., & in tract. de Heres. q. 197. ex n. 86., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 658. n. 14.; & vide supra notata verb. Confiscação se faz nos bens do traidor à Corôa, aindaque morra, antes de ser preso, &c. Et filii istorum damnatorum sunt insuccessibiles, infames, & inhabiles ad honores & officia publica; Gom. ibi sup. n. 13., & ibi Aylon n. 14., latissime Conciol. in Resol. crimin. unic. verb. Læsa-Majestatis crimen, ex n. 1., ubi per varias ampliations & limitaciones totam materiam illustrat. Non tamen potest imponi pena mortis, seu alia corporalis, filiis aut descendientibus, propter hoc vel aliud crimen; solum enim Deus ejusmodi penitus potest in filiis punire delicta parentum: Marques in Gubernat. Christ. lib. 1. cap. 32. §. 2., Covas Var. lib. 2. cap. 8. à n. 1. vers. Secunda., latè Portug. de Donat. p. 2. cap. 29. à n. 124.

(k) Vide Larream alleg. Fisc. 65., ubi latissime, & in n. 4. & 6. dicit plectendum esse pena criminis Læsa-Majestatis, qui sciens conjurationem contra Regem eam non manifestat; de quo etiam vide Gom. tom. 3. Var. cap. 2. n. 8., ubi Aylon n. 9. qui plures alios citat; Molin. de Just. & Jur. disp. 658. sub n. 3. vers. Lege sexta., Harpr. in §. Publica autem judicia, 3. Instit. de Public. Judic. n. 52.; quod tamen intellige, si ille, qui conspirationem sciverit, eam probare potuerit; si enim probare illam non possit, non tenetur revelare; Basilic. dec. 6. à n. 19. Cyriac. controv. 171. n. 31., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 10. n. 43., Molin. d. disp. 658. sub n. 3., Flor. de Mena lib. 1. Var. q. 18. per tot.; sed contrarium sequitur Larrea d. alle-gat. 65. num. 58. & num. 75.

(a) Vide

Crimes de Lésa-Majestade da seguda cabeça são, tirar preso, que vai a justiçar; matar, ou dar ajuda para fugirem os Arre-fens; quebrar cadêa da Corte pará tirar o preso condemnado, ou confessô; matar seu inimigo estando preso, ou a algum Julgador; faltar com a obediencia ao Ministro, que leva Ordens d'El-Rey; naõ desistir do cargo para entrar aquelle, que leva Provisaõ d'El-Rey, *ibid.* §. 22. usque ad 27. (a)

Crime de moéda falsa, quem o cometter,

fazendo-a, ou dando para isso ajuda, e favor, ou o naõ descobrir sabendo-o, morra morte natural de fogo; e seus bens sejaõ confiscados, *liv.* 5. tit. 12. in princip. (b)

Crime de cercear moéda tem pena de morte natural, e de confiscaõ de bens, se o cerceo, ou diminuiçaõ da moéda for da quantia de mil reis, *ibid.* §. 4. (c)

Crime de sodomia, quem o cometter será queimado, e lhe seraõ confiscados seus bens; e ficaráõ inhabeis, e infames seus filhos, e netos, *liv.* 5. tit. 13. in princ. (d)

Crime

(a) Vide omnia, quæ notantur verb. *Confiscaão se faz ao que tirar o preso, que levarem a justiçar, &c.* cum seqq.

(b) De hoc crimine falsæ monete vide Harppr. in §. Item Lex Cornelia, 7. Instit. de Public. Judic. ex n. 45., Portug. de Donat. tom. 1. p. 2. cap. 25. à n. 51., Matth. de Re crimin. Controv. 44., Conciol. Consil. 3., Calder. deci. 10., Clar. in §. Falsum, n. 37. & 38., Molin. de Just. & Jur. disp. 702., Thom. Vaz alleg. 13. num. 38., Gom. in L. 83. Taur. num. 3., Cortiad. tom. 2. dec. 87., plures alios citat Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 3. glof. 58. num. 2. Et qui falsam monetam cudit, dicitur crimen Læsæ-Majestatis committere; Molin. de Just. & Jur. tracl. 2. disp. 658. sub num. 10. versic. Quartum decimum, & disp. 702. sub num. 5. versic. Lex 5., Portug. de Donation. p. 2. cap. 25. num. 80., Cortiad. d. dec. 87. num. 12. Cætera vide verb. *Confiscaão se faz nos bens dos que fabricão moéda falsa, &c.*

(c) De hoc crimine vide Portug. de Donat. part. 2. cap. 25. ex n. 58., Matth. de Re crimin. Controv. 47., Calder. dec. 10. n. 22., & ex n. 26., Molin. de Just., & Jur. tracl. 2. disp. 702. n. 8., Cortiad. tom. 2. dec. 87. n. 28., ubi dicit procedere pœnam hujus criminis non solùm in tondente, seu radente monetam cum ferro, sed etiam cum accepto, seu aqua forti: sed non procedere in radente in modica quantitate; quia non pœna ordinaria puniri debet, sed extraordinaria, Judicis arbitrio; & ibi citat multos, resertque decisum.

Et nota, quod in hac Lege diversimodè accipitur crimen tondentis, seu radentis monetam, & crimen fabricantis monetam; pœnæ enim, quibus jubentur plecti, distinguunt qualitatem maleficii; ita ut, licet crimen fabricantis monetam esset casus inquisitionis ex Ord. lib. 1. tit. 65. §. 31., attamen non poterat inquiri de crimen tondentis, seu radentis monetam, ut dicit Leit. de Jur. Lusit. tracl. 3. q. 3. n. 18.; sed per Legem Extravag. latam die 17. Octobris anno 1685. iussum fuit, quod unum, & aliud crimen æquiparentur, & delinquentes in uno, vel altero, eodem flagitio puniantur: quod etiam extat dispositum in alia Extravag. lata die 9. Augusti anno 1686., quæ sunt in Ord. lib. 5. tit. 12. Coll. 1. n. 1. & 2.

Et cum in Domo Supplicationis dubitaretur, an illa Lex æquaret crima non solùm in pœna, sed etiam in illorum probatione, dissoluta fuit dubitatio per Regium Decretum, quod est in lib. 10. Dom. Supplicat. pag. 294. verf., statuens, quod in omnibus æqualiter hæc crimina judicassent; & tenor Decreti talis est. „ Por me ser pre-sente, que na Casa da Supplicação vejo em dúvida, se a Ley, que se publicou em 17. de Outubro de 1685., na qual se declarava, que todas as pessoas com-prehendidas no crime de cercearem qualquer especie de dinheiro, que corre neste Reyno, álem das penas impostaſ pela Ordenação a este delicto, incorraõ em todas as da moéda falsa, se devia entender sómente a respeito das penas, e naõ das próvas; Sou servido declarar, que a dita Ley se deve entender, e praticar, igualando-se em tudo o crime do cerceyo ao da moéda falsa, assim para as penas, como para as próvas; porque sem diferença alguma quero que o delicto

, do cerceyo seja havido por o de moéda falsa: e que todas as Ordenações, Leys, e Regimentos, que fal-lão em moéda falsa, se entendaõ, e pratiquem no do cerceyo; com declaração que, em quanto a necessi-dade pública pede, que corra a moéda nacional, que está cerceada, se naõ procederá contra quem usar della, até que se lhe dê nova fórmula. O Regedor da Ju-stiça o tenha assim entendido, e fará que se execute inviolavelmente. Lisboa, 9. de Novembro de 1687. Com Rubrica de Sua Mageſtade.

Et vide ad punctum sequentem Notam Senatoris Oliveira: Os crimes de fabricar, e de cercear moéda são diver-sos: donde reyo disputar-se ultimamente, Se o privilegio do firo competente aos Soldados, o qual no caso de moéda falsa lhes este-tirado no §. 31. do Regimento, (está na Ordenação no fim da Coll. 3. do Liv. 5.) se se havia de entender tirado naõ só-mente no caso de moéda falsa, em que falla, mas tambem no do cerceyo, em que naõ falla? e chegou a dúvida a quatorze Juizes; mas venceo-se que lhe valia o privilegio; porque o dito Regimento fallando em moéda falsa, naõ se devia extender ao cerceyo; e afim se achou que o resolvia Leit. de Inquisit. q. 3. n. 48. Porém de-pois deste caso reyo a Ley Extravagante, que igualou em tudo o crime do cerceyo e moéda falsa.

Et nota, quod in hoc crimine non conceditur se-curitas, ut resolutum extat per Regium Decretum, quod est in Lib. 10. Dom. Supplic. fol. 298., cuius tenor ita est: „ Por ser conveniente á boa administração da Justiça, que no prejudicial delicto do cerceyo da moéda se-caſtiguem os delinquentes com toda a severidade, e que naõ andem soltos depois de conhecidamente se-rem culpados, com escândalo da Républica, a quem taõ gravemente tem offendido, por se livrarem com Cartas de seguro: Hey por bem que de hoje em dia-n-te se naõ possaõ passar neste crime; e que todos os Réos, que nelle forem culpados, se livrem presos. O Regedor da Justiça o tenha assim entendido, e o fará executar inviolavelmente na Casa da Supplica-ção, sem embargo de qualquer Resolução ou Ley em contrario. Lisboa, 22. de Abril de 1688. Et vi-de supra notata verb. *Confiscaão se faz nos bens dos que cer-ceão moéda, &c.*

(d) De hoc crimine sodomiae vide Farinac. in Prax. tom. 4. q. 148., Gom. in L. 80. Taur. n. 32., Basilik. dec. 4., Covas lib. 2. Var. cap. 10. n. 9., August. Barbos. in cap. Cericci, n. 11. de Excusib. Prælat., Cortiad. p. 1. dec. 30. n. 120., & p. 2. dec. 89. n. 78., Mend. in Prax. p. 2. lib. 2. cap. 1. n. 45. & 46., Phæb. p. 2. arest. 190.

Et an Judge Laicus procedat contra Clericum so-domitam, & quomodo, vide Cortiad. p. 2. dec. 89. n. 83., Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 15., Peg. tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 23. cap. 8. a n. 135.

Nota, quod, licet hoc crimen sodomiae sit mixtiori, ut docent congesti à Cortiad. dec. 30. n. 115., tam-en in hoc Regno ex Bullis Pontificum Pii IV., & Gregorii XIII. de eo cognoscunt Inquisidores hæreticæ pravitatis, ut dicit idem Cortiad. d. dec. 30., quod tam-en intelligit, data præventione, ex pluribus, quos ibi citat.

Quan-

Crime de bestialidade , se alguem o cometere , tendo ajuntamento com alimaria , será queimado , e feito em pó , *ibid. §.2.* (a)

Crime de mollicie, quem o cometter será castigado com degredo de galés,*ibid. §.3.* (b)

Crime de incesto com a filha , ou outra descendente, ou com māy, tem pena de serem queimados, e feitos por fogo em pó , *liv. 5. tit. 17. in princip.* (c)

Crime de incesto com Irmāa , Nora, ou Mādrasta , aindaque sejaō viuvas , ou com enteada , posto que a Māy seja fallecida , tem pena de morte natural , *ibid. §. 1.* (d)

Crime de incesto com Tia , ou Prima , ou outra parenta no segundo gráo , contado conforme a Direito Canonico , tem pena de degredo para Africa , *ibid. §. 2.* (e)

Crime de incesto com sua cunhada no primeiro gráo tem pena de dez annos de degredo para o Brasil ; e sendo no segundo gráo tem pena de cinco annos de degredo para Africa ; e sendo no terceiro , ou quarto , tem pena de douz annos para Africa , *ibid. §. 3.* (f)

Crime de forçar mulher , quem o cometter , ou para isso dér ajuda , e favor , tem pena de morte , *liv. 5. tit. 18. in princip.* (g)

Crime de rapto , quem o cometter , se for Fidalgo , e o Pay da moça plebeo , tem degredo para Africa , e será riscado dos livros d'El-Rey ; e sendo o roubador de menor condiçāo , tem pena de morte , *ibid. §. 3.* (h)

### Crime

Quando verò sodomitæ relaxantur ab Inquisitoribus ad Curiam secularem , an etiam acta seu processus culpæ illorum tradi debeant Judicibus Laicis , affirmatiū resolvit Oliv. de For. Eccles. p.2. q. 13. n. 14. vers. Unde meritū Parex. de Instrum. edit. tit. 2. resolut. 8. n. 27. ex ratione , quia hoc crimen non est merē Ecclesiasticum , sed mixti-fori : ast negativē videtur resolvere Cortiad. d. dec. 30. n. 119. , Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 10. §. 2. n. 149. Et in hoc Regno jam indubium extat , quōd Judices laici debent stare per sententias Inquisitorum in hoc crimine , quin illis tradantur processus Ecclesiastici ; per Leg. Extravag. , quae est in Ord. lib. 5. tit. 13. Coll. 1. n. 1.

Ad verba : *Ficarão infames seus filhos* : intellige , si poena Rei fuerit ordinaria , secūs si sit extraordinaria ; Farinac. q. 167. n. 12. , Bajard. ad Clar. q. 72. n. 3. , Noguerol alleg. 12. à n. 66.

(a) De hoc crimine bestialitatis vide Boss. tom. 3. Moral. tit. 11. n. 10. & 11. , & ex n. 71. , Basilic. dec. 4. n. 14. & 15. , Cortiad. dec. 89. n. 72. Et nota , quōd non solū concrematur hujus criminis Reus , sed etiam animal , quod per copulam ipse cognovit ; ex Text. in cap. Mulier, q. 1. , Farinac. in Prax. crimin. q. 148. n. 46. Et testatur Senator Themudo in Notis ad hanc Ordinationem se vidisse cremare duas equas , ibi : *E tambem v̄ queimar huma e goa neste anno de 1654. , posto que a Ordenação o naõ diz, mas be Texto no cap. Mulier, 15. q. 1. ; e ao depois v̄ queimar outra.* Sed animalis pretium debet solvi illius domino ex bonis delinquentis ; Barbos. ad hanc Ordinationem.

(b) Vide Gom. in L.80. Taur. n. 34. , Farinac. in Prax. crimin. q. 148. n. 38. & 39. , Cortiad. tom. 2. dec. 89. n. 74. & 82. Et cognitio hujus criminis privativē pertinet ad Præsidem Curiae criminalem , cum inhibitione cæterorum , ut judicatum refert Phæb. p. 2. arest. 117. Sed nota , quōd per Legem Extravagantem , quae est in Ord. lib. 5. tit. 13. Coll. 1. n. 2. , jubetur , quōd Judices inquirant de hoc criminis , & adversūs delinquentes procedant cum pænis in ipsa Lege statutis : ex quo infertur , quōd post dictam Legem quilibet Judex reputatur competens ad puniendos istos delinquentes.

(c) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 149. n. 31. , Berlich. p. 4. sct. 1. concl. 32. n. 14. & 17. , Portug. de Donat. tom. 2. cap. 35. n. 38. , Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 4. §. 17. n. 205. , Covas in Epitom. de Sponsalib. p. 2. cap. 6. §. 8. , Carol. de Luc. de Lin. legal. art. 30. ex n. 22. , Sabell. in Sum. §. Incestus , Matth. de Re crimin. Controv. 50. à n. 22. , Gomes in L.80. Taur. n. 15. , Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 53. n. 18. & plures alios de hoc crimine , & ejus poena tractantes , vide apud Cortiad. dec. 89. n. 45.

(d) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 146. n. 79. , Berlich. p. 4. concl. 33. à n. 1. , Portug. de Donat. p. 3. cap. 35. n. 38. , Tom. I.

Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 4. sub n. 205. vers. De eodem jure Lusitano. , Cyriac. Controv. 355. n. 14. , Cov. lib. 2. Var. cap. 6. §. 8. ex n. 3. , Fontanel. de Pact. nuptial. tom. 2. claus. 5. glof. 5. p. 2. n. 7.

(e) Vide Menoch. de Arbitr. cas. 502. n. 18. , Farinac. in Prax. crimin. q. 149. n. 91. , Barbos. in L. Si ante, n. 40. ff. de Solut. matrimon. , Gratian. For. cap. 77. n. 14. Quid autem de incestu inter cognatos cognitione spirituali per Sacramentum baptismatis , vel chrismatis ? vide Fragos. de Reg. Reip. p. 1. disp. 4. §. 17. n. 198. , Sabell. in Sum. §. Incestus , n. 4.

Et vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. Nota , quōd in tota hac Lege non agitur de incestu inter conjunctos cognitione spirituali ; est namque crimen merē Ecclesiasticum , de quo Magistratus seculares cognoscere non possunt ; Pereir. de Man. Reg. cap. 53. n. 19. , Fragos. p. 1. disp. 4. §. 17. n. 202. Sed tamen non possunt Judices Ecclesiastici in hoc criminis procedere incipiendo per capturam , secundum Ord. lib. 2. tit. 1. §. 13. vers. Porém : e assim se julgou no Juizo da Corôa , e absentou no Desembargo do Pac. ; vide etiam Portug. de Donat. tom. 2. p. 3. cap. 35. n. 65. , ubi declarat , quōd potest Juxta secularis cognoscere , si cum hoc criminis sit admixtum crimen stupri , vel adulterii.

(f) De incestu inter affines vide Berlich. p. 4. concl. 35. , Farinac. in Prax. crimin. q. 149. n. 108. , Gom. in L.80. Taur. à n. 15. , Covas in Epitom. de Matrimon. cap. 6. §. 8. à n. 1. Et quid de incestu cum adulterio ? vide Berlich. p. 4. sct. 1. concl. 34. , Larream dec. 50.

Ad verba : *E sendo no terceiro* : nota non committi incestum in tertio , & quarto gradu , nisi quando affinitas fuit contracta per copulam matrimonialem ; quia quando fuit contracta per illicitam , non extenditur ultra secundum gradum ; ex Trident. sct. 24. cap. 4. de Reformat. , Barbos. in Additam. ad hanc Ord. n. 27. , Sanch. de Matrim. lib. 7. disp. 15. n. 4. vers. Sed hodie.

(g) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 147. à n. 30. , Molin. de Just. & Jur. disp. 105. à n. 6. , Clar. in §. Fornicatio, n. 32. , Gom. in L.80. Taur. à n. 37. & 43. , Menoch. de Arbitrar. cas. 291. , Valasc. cons. 29. , Cancer. p. 3. Var. resolut. cap. 11. n. 19. , Berlich. p. 1. concl. 41. , Leit. de Inquisit. q. 3. à n. 24. , Egid. de Honest. artic. 9. n. 17. & 18. , Matth. de Re crimin. Controv. 55. Oportet tamen , ut stuprum dicatur violentum , quōd violentia sit facta personæ , non loco ; ut jam notavimus verb. *Corrompendo algum homem mulher por força de sua virgindade &c.* , ubi vide. Et osculans mulierem per vim , qua poena puniatur , vide apud Conciol. Resolut. crimin. verb. *Osculum* , resolut. unic.

(h) De hoc crimine vide late Molin. de Just. & Jur. disp. 105. , Gom. in L.80. Taur. à n. 36. , Farinac. in Prax. q. 145. à n. 7. , Matth. de Regim. Regn. Valent. tom. 2. cap. 8. §. 8. sct. 2. à n. 159. , & à n. 168. , Fontanel. de Pact. nuptial. tom. 2. claus. 5. glof. 5. p. 2. n. 23. 24. & 25. , Harppr. in §. Item

Crime de Bigamia , quem o cometter casando com outra mulher , naõ estando julgado por invalido o matrimonio , tem pena de morte , *liv. 5. tit. 19. in princip.* (a)

Crime de adulterio , quem o cometter com mulher casada , ou que esteja em fama disso , morra por ello , *liv. 5. tit. 25. in princip.* (b)

Crime de adulterio ninguem pôde accusa-lo , senão o marido da mulher adultera , *ibid. §. 3. (c)*

Crime de alcovitaria , quem o cometter alcovitando mulher casada , ou consentindo , que em sua casa faça mal de seu corpo , morra por ello , e perca todos seus bens , *liv. 5. tit. 32. in princip.* (d)

### Crime

*Lex Julia* , 8. *Instit. de Public. Judic.* à n. 28. , *Sabell. in Sum. verb. Raptus* , sub n. 1. & seqq. , *Cortiad. dec. 89.* à n. 40. & dec. 175. ex n. 7. , ubi , quod hoc delictum est mixti-fori ; sed benè declarat Antonel. de Regim. Eccles. lib. 6. cap. 31. Et an raptor , contrahens matrimonium cum muliere rapta , evitet penam mortis ? vide relatos à Cortiad. d. dec. 175. n. 41. Sed hoc extat decisum in Ord. hocmet Tit. in §. 2. Et an raptus requirat ad sui essentiam copulam carnalem ? vide Cortiad. d. dec. 89. à n. 41. , ubi citat multos , *Sabell. in Sum. verb. Raptus* , sub n. 8. , *Matth. de Re crimin. controvers.* 55. à n. 13. , *Molin. d. diff. 105. n. 12.* Quid autem , si mulier adolescentem rapiat ? vide *Matth. de Re crimin. controvers.* 29. n. 91. , *Ricc. p. I. dec. 214. n. 86.* , *Sabell. d. §. Raptus* , n. 5. , *Antonel. de Regim. Eccles. lib. 6. cap. 31. n. 10.*

(a) Vide de hoc crimine Gutierrez. *Practic. quest. lib. 2. q. 6.* , Berlich. p. 4. scđt. 1. concl. 28. , *Gonzal. in cap. 2. de Spons. duor.* , *Matth. de Re crimin. contr. 29. n. 178.* , *Gom. in L. 80. Taur. n. 27.* , *Sanch. tom. 2. de Matrimon. lib. 7. diff. 80.* , *August. Barbos. ad Text. in cap. Gaudemus* , 8. de Divort. n. 12. Et an hujusmodi delictum sit mixti-fori , seu potius privativè ad solos Inquisidores pertineat ? vide Delben. de Offic. S. Inquisit. dub. 209. , *Fermosin. in cap. Nuper.* 4. de Bigam. non ordin. q. 4. , *Gonzal. in cap. 2. n. 6. de Spons. duor.* , *Pignatell. Consult. canonica* , 115. , *August. Barbos. in d. cap. Gaudemus* , de Divort. n. 13. Sed per Regium Decretum expeditum die 26. Maii , anno 1689. , quod est in Ord. lib. 5. tit. 19. Coll. 2. n. 1. , declaratum fuit , auditio Generali Consilio S. Inquisitionis , hoc delictum esse mixti-fori , in eoque locum habere præventionem ; vide etiam Antonel. de Regim. Eccles. lib. 6. cap. 33. n. 12.

(b) Vide *Molin. de Just. & Jur. tract. 3. diff. 89.* , *Gom. in L. 80. Taur. n. 47.* , *Gam. dec. 6. 3.* , *Flor. ad Gam. dec. 3.* , *Matth. de Regim. Regn. cap. 8. §. 8. n. 195.* , *Fontanel. de Pact. nupt. tom. 2. cl. 4. n. 7. glos. 3. p. 12. n. 28.* , *Bafilic. dec. 22.* , *Almeid. dec. 19. n. 1.* , & plures apud *Cortiad. dec. 89. n. 50.* Utrum adulterium dicatur commissum cum sponsa aliquius ? vide Harppr. in §. Item Lex , 4. à n. 24. *Instit. de Public. Judic.* , *Covas in Epitom. de Sponsal.* p. 1. cap. 1. à n. 8. Et an detur accusatio adverfus sponsam ? vide *Sanch. de Matrim. lib. 1. diff. 2. n. 2.* , & lib. 10. diff. 8. n. 6. , *Molin. de Just. & Jur. tract. 3. diff. 9. 3. n. 4.* , *Gom. in d. L. 80. Taur. n. 47. vers. Dubium tamen est.* Et an uxor de adulterio accusata , maritum similiter sibi adulterium committente , exceptione repellere valeat : vide Egid. de Jur. honest. artic. 6. n. 19. , *Fragos. de Reg. Reip. p. 3. diff. 6. §. 2. n. 41.* , *Matth. de Reg. Regn. cap. 8. §. 8. à n. 190.* , *Fermosin. in cap. 1. Ut lite non contest. q. 2.* , *Arouc. in L. In multis* , 9. ff. de Stat. homin. ex n. 6. ad 9. Et de probatione adulterii vide *Gom. in d. L. 80. Taur. à n. 50.* & 56. , *Valenzuel. cons. 28.* , *Matth. de Re crimin. contr. 11. à n. 17.* , *Andreol. Contr. 33. à n. 19.* , *Calder. dec. 50. n. 4.* , *Barbos. in L. 2. p. 1. n. 61.* , & ex n. 70. ff. de Solut. matr. , *Cyriac. Contr. 19. 1. n. 11.* & 12. , & controv. 174. Et quanto tempore hoc delictum prescribatur , vide per Bucaron. de Different. inter. Judic. crimin. & civil. differ. 172. à n. 22. , *Gom. in L. 80. Taur. n. 49. prop. fin.* , *Sabell. in Sum. §. Adulterium* , n. 18. , *Almeid. de Numer. Quinar. cap. 8. à n. 13.* Ad verb. *Morra por ello* : Ad intelligentiam hujus Legis vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. Ibi : morra por ello , & in §. 1. : morra por isso. Muitos por esta diferença de fallar da Ley tem para si , que no simplez adulterio naõ tem a mulher pena de morte natural , ut per Rebello. de Leg. natural. cap. 23. illat. 1. n. 30. & 31. : e en son de contrario pa-

recer ; porque neste Titulo , todas as vezes que se falla em pena de morte , se entende da natural , aindaque naõ se declare , como consta do princ. ibi : naõ faraõ nelle execuçā , até no-lo fazerem saber ; o que naõ se verifica , senão em execuçā de morte natural ; e o mesmo no §. 1. ibi : morra por isso sem mais no-lo fazerem saber. Também se pôde argumentar com as palavras do §. 6. e 7. deste tit. , e melhor do tit. 26. in princ. ibi : ella naõ morrerá por Justiça , & melius in §. 1. ibi : este tal naõ deve morrer , que he a verdadeira pena do simplez adulterio ; e este verbo morrer na commun significação he de morte natural ; & vide infra notata verb. Crime de alcovitaria , quem o cometter &c.

(c) Adulterium non ex officio inquiritur ob reverentiam mariti , cui offensa præcipue fit ; sicque illi soli relinquitur jus accusandi , ne eo inscio de honestetate simili accusatione ; nam cum ignominia resultans ex adulterio uxoris ad ipsum solum pertineat , non abs re illi conceditur tantum , ne cum aliis accusare possit ex levitate , famam mariti lethali vulneraret ; Gutierrez. in Prax. crimin. quest. 118. n. 19. , *Bovadilh. in Politic. lib. 5. cap. 3. à n. 123.* , *Gom. in L. 80. Taur. n. 49.* , latè Cresp. de Valdaur. observ. 4. §. 5. à n. 178. , & seqq. , *Sabell. in Sum. §. Adulterium* , sub n. 3. Et vide quae notantur in verb. Accusar só pôde o marido em caso de adulterio.

(d) De crimine lenocinii vide supra notata verb. *Alcoviteira de mulher casada &c.* , & seqq. Ad verba : Morra por ello : vide sequentem Notam Senatoris Oliveira : Ibi : Morra por ello : entendese neste tit. da morte natural ; porque no §. 1. em que se trata de menor delicto , he condemnado em morte civil de degredo perpetuo , e confiscação : e também se prova da palavra morrer , de que se usa no §. 6. , e 7. , em contraposição de morte civil.

Et ut haec differentia explicativa Legis melius intelligatur , vide aliam Notam ejusdem Senatoris , ibi : Para intelligencia das Ordenações do Liv. 5. se deve advertir que em algumas se põem pena de morte simplezmente , dizendo , morra por isso , ou morra por ello ; e em outras se diz , morra morte natural ; e desta diferença vem o dizer-se , que quando se falla em pena de morte simplezmente , sem declarar natural , se ha de entender de morte civil ; e essa he a communissima opinião dos Autores , apud Farimac. de Pæn. q. 19. n. 3. Faz porém argumento em contrario a Ord. liv. 5. tit. 18. in princ. , ibi : Porém naõ se fará execuçā , até no-lo fazerem saber : e he semelhante ao §. 1. do tit. 25. , e outros ; e parece que aquella dilatação , e condição da execuçā naõ cabe , sensu na de pena ordinaria : e toda via o Doutor Paulo Rebello no seu tratado manuscrito de Leg. Natural. cap. 33. illat. 1. à n. 19. defende a communis opinião , e se envia contra os Juizes , aos quaes chama carniceiros , que põem pena de morte natural aos Réos , nos casos , em que a Ley assim o naõ declara ; e prova essa opinião com grande efficacia , mas naõ alcançou a sobredita dificuldade. Eu também seguiria a mesma , por ser mais favorável : porém nos casos , em que a Ley manda , que a execuçā se dilate , até se dar conta a El-Rey , me parece que naõ se pôde seguir ; e assim o entendo nos termos da Ord. liv. 5. tit. 18. in princ. , & tit. 25. in princ. , & §. 1. : naõ assim no caso da Ord. tit. 60. in princ. , & §. 3. , em que falla simplezmente em pena de morte , sendo que no §. 1. se muda de estilo , acrescentando-se natural , e naõ se falla em dar conta a El-Rey , e nesta forma o votei já algumas vezes. E considerese também todo o tit. 32. , e outros muitos , dos quaes se colhe , que , posto que a opinião do Doutor Rebello seja a mais pia , naõ deixa de ter suas dificuldades. Vide supra notata verb. Crime de adulterio quem o cometter.

(a) Ho-

Crime de homicídio, quem o cometter, naõ sendo em sua necessaria defesa, tem pena de morte natural, *liv. 5. tit. 35. in princip.* (a)

Crime de propinação de veneno para matar, aindaque se naõ siga morte, tem pena de morte natural, *ibid. §. 2.* (b)

Crime de Assassino, matando por dinheiro, tem pena de morte natural, e corrimento das maõs, e perdimento de

seus bens para a Corôa; *ibid. §. 3.* (c)  
Crime de homicídio feito com bêsta, ou espingarda, quem o cometter morrerá morte natural, e lhe seraõ decepadas as maõs ao pé do Polourinho, *liv. 5. tit. 35. §. 4.* (d)

Crime cometido com traçaõ, e aleivosia tem pena muito mais grave, do que se dariá pelo malefício, em que naõ houvesse a dita qualidade, *liv. 5. tit. 37. §. 1.* (e)

### Crime

(a) Homicidium crimen est gravissimum, & atrocissimum, ideoque punitur poena mortis; ex Text. in L. 3. §. Legis Cornelie, ff. ad L. Cornel. de Siccar. Text. in cap. Miror, 50. Diff., Gom. tom. 3. Var. cap. 3. in princ., Covas lib. 2. Var. cap. 9. n. 2., Jul. Clar. §. Homicidium, n. 24. vers. Quero, que sit poena, ubi Bajard. n. 41., Matth. de Regim. Regn. cap. 8. §. 8. n. 37.; haec enim poena pro homicidio imposta est de Jure divino, tam ex veteri, quam novo Testamento, quorum loca, & auctoritates recensent Doctores supra citati, & Harppr. ad §. 5. Instit. de Public. Judic. n. 273., Cortiad. dec. 92. n. 25., Molin. de Just. & Jur. tract. 3. diff. 22. n. 1.

Homicidium quando à pluribus est commissum, omnes, qui in ipso homicidio intervenerunt, tenentur poena ordinaria homicidii, sive defunctus ex unico tantum vulnere, sive ex pluribus deceperit, sive appareat non omnes vulnerasse, sive sit dubium, quinam vulneraverint? Gom. tom. 3. Var. cap. 3. n. 36., Conciol. Resolut. crim. 6. verb. Homicidium, n. 8., Matth. de Re crim. controv. 20. n. 10., Cortiad. dec. 98. n. 28., Harppr. in §. Item Lex. Cornelie, 5. Instit. de Public. Judic. à n. 100.

An occidens unum, volens occidere alium, poena ordinaria sit puniendus? affirmativè resolvunt Andreol. Controv. 371., Berlich. p. 4. concl. 10. n. 4., Basilic. dec. 16., Harppr. in §. Item Lex. Cornelie, 5. Instit. de Public. Judic. ex n. 239., Conciol. Resolut. crim. 1. verb. Occiso, in princ., & ad Statut. Eugub. lib. 4. rubr. 27. n. 1. Occidens Paganum vel Iudeum, an poena ordinaria puniatur? vide Thesaur. For. lib. 2. q. 36., Cortiad. dec. 96. n. 25.

Occidens servum proprium habetur etiam pro homicida, & punitur poena ordinaria; Molin. de Just. & Jur. tract. 2. diff. 38. n. 3. vers. Quid si dominus, Arouc. in L. 1. §. 2. n. 103. ff. de His, qui sunt sui vel alien. iur.

Occidens se ipsum, an, & qua poena puniatur? vide Basilic. dec. 3. à n. 14., Portug. de Donat. tom. 2. p. 3. cap. 41., & plures, quos congerit Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 21. n. 162. Et quid de muliere, auxiliante marito ad occidendum; an poena ordinaria teneatur? vide Thesaur. For. lib. 3. quest. 46.

Et an occidens foetus humanum nondum editum teneatur de homicidio, & poena ordinaria puniatur? vide Harppr. in §. Item Lex. Cornelie, 5. Instit. de Public. Judic. à n. 37., Gonzales in cap. Siquis, 5. de Homicid., Arouc. in L. 7. ff. de Stat. homin. à n. 2., Carranc. de Partu, cap. 16. §. unic., ubi plenè de aborsu; Berlich. p. 4. concl. 8. Et iste occisor foetus jam animati, reputatur tamquam occisor proditorius, & Ecclesiæ immunitate non gaudet, ut multis DD. comprobant Cortiad. dec. 96. n. 17., & per Decretum Sacrae Congregationis Concilii expeditum die 3. Decembri anno 1632. declaratum fuit, mulierem malis medicamentis procurantem aborsum Ecclesiastica immunitate non gaudere; August. Barbos. in Collectan. Apostolic. decis. verb. Immunitas, n. 11., & alios, quos citat Cortiad. d. dec. 96. n. 17. in fin.

Ad verba: Naõ sendo sua necessaria defesa: vide Matth. de Re crim. controv. 22., Conciol. Resolut. crim. verb. Defensio, resol. 3., & seqq., latissimè Calder. tom. 2. dec. 65., Harppr. in d. §. Item Lex, 5. Instit. de Public. Judic. ex n. 112., qui omnino hanc limitationem illustrant.

(b) Vide Ägid. in L. Ex hoc jure, p. 1. cap. 7. à n. 29. ff. de Just. & Jur. Thom. Vaz alleg. 13. n. 134. & 138., Matth. Tom. I.

de Re crimin. controv. 29. à n. 102., & controv. 32. à princ., & controv. 64. n. 69., Arouc. alleg. 84. Et de corpore delicti in hoc crimen faciendo, vide Matth. de Reg. Regn. Valent. cap. 8. §. 2. à n. 16. Et Reus hujus criminis reputatur tamquam homicida proditorius, & ideo non gaudet immunitate Ecclesiæ; Covas lib. 2. Var. cap. 20. n. 7. vers. Tandem bis prænotatis, Bovadilh. in Politic. lib. 2. cap. 14. n. 36. & 75., Gom. 3. Var. cap. 3. n. 7., Bajard. ad Clar. §. Homicidium, n. 23., Barbos. de Jur. Eccles. lib. 2. cap. 3. n. 94., Cortiad. tom. 2. dec. 96. num. 15., qui alios innumeros citat.

Et occidens carceratum cum veneno (ut multo tñies contigit inter consanguineos, qui venerare faciunt inquisitos consanguineos, ne diffamantur), an debeat puniri poena parricidii? vide Bajard. ad Clar. §. Homicidium, n. 28., qui in partem vergit negativam; sed affirmativè resolvunt Farinac. in Prax. crimin. p. 4. q. 120. n. 134., Guazin. de Defens. reor. defens. 5. cap. 6. n. 2., cum quibus pertransit Cortiad. dec. 96. n. 53., Sabell. d. §. Venenum sub n. 8. Et nota, quod per Legem Extravagantem, die 28. Februarii anno 1743. expeditam, jubetur, quod de simplici veneni propinatione Judices inquirant, etiam si non sequatur mors ex illa; quam Legem habes in Ord. lib. 1. tit. 65. Coll. 1. num. 3. Et de hoc crimen non conceditur venia in Mensa Senatus, ex Reg. Senat. Palat. §. 18.

(c) Vide de hoc crimen Menoch. de Arbitr. cas. 360. n. 41., Molin. de Just. & Jur. tract. 3. diff. 25., Gratian. For. cap. 598., & cap. 619., Farinac. in Prax. crimin. q. 123. à n. 1., Sperell. dec. 101. & 102., Thom. Vaz ad §. 3. Reformat. Just., Matth. de Re crimin. controv. 13. & 15., Conciol. Resolut. crim. 1., & seqq. verb. Affassinum., Fajard. Alleg. fisi. cal. 5. à n. 17., Cortiad. p. 2. dec. 95. & 101., Calder. dec. 14. Et an istud crimen assassinii ex solo affectu, seu conatu poena mortis puniatur, etiam si effectus non sequatur, vide Cortiad. dec. 101. n. 10. 11. & 12. cum multis, quos ibi citat, Harppr. in §. 5. Instit. de Public. Judic. n. 264. Et an Clericus assassinus absque Judicis Ecclesiastici remissione puniri valeat à Judice sæculari? vide Fermosin. p. 2. alleg. 5. Cardos. in Prax. verb. Affassinus, n. 9. Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 14., Merlin. Centur. 1. cap. 40., Cortiad. p. 1. dec. 21. à n. 87. Ad verba: Por dinheiro? nota, quod, ut assassinus dicatur, non est necesse, quod præcedat promissio, seu datio certæ quantitatis pecuniarum, sed sufficit promissio seu datio alicujus rei, quæ utilitatem recipienti afferat; ut si promissum sit sicario dari aliquanti in uxorem, vel aliquod officium: vel si ei promissum sit, quod mandans numquam defecturus erit in suis necessitatibus; ut infinitis DD. latissimè comprobant Cortiad. d. dec. 95. à n. 12., & seqq.

(d) Vide de materia Giurb. Observ. 33. Et qua poena puniatur ille, qui emiserit, seu projecerit jactum archibus contra aliquem, etiam si vulnus non sequatur, vide DD., quos refert Cortiad. tom. 1. dec. 34. n. 42., & tom. 2. dec. 99. sub n. 39., & dec. 101. n. 12., Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 8. §. 8. à n. 140., & de Re crimin. controv. 13. n. 16., Calder. dec. 65. n. 95., ubi in n. 91. dicit teneri poena mortis, etiam si scelopetum ignem non emiserit.

(e) Vide supr. notata verb.: Aleivosia he huma maledice, &c.

Crime de desafio , quem o cometter tem degredo para Africa até a mercê d'El-Rey, e perdimento de todos os seus bens, *liv. 5. tit. 43.* (a)

Crime de assuada , quem o cometter entrando em casa de alguem com ajuntamento de gente para lhe fazer mal , e o ferir a elle , ou a quem na casa estiver , tem pena de morte natural , *liv. 5. tit. 45. in princ.* (b)

Crime de tirar presos do poder da Justiça , quem o cometter incorre nas mesmas penas , em que incorrem os que resistem , e tiraõ armas contra a Justiça , *liv. 5. tit. 48.* (c)

Crime de Resistencia , se alguem o cometer contra algum Desembargador , ou Corregedor da Corte , ou Meirinho da

Corte , ou Alcaide de Lisboa ferindo algum dos sobreditos , querendo-o prender , tem pena de morte , *liv. 5. tit. 49. in princip.* (d)

Crime de Resistencia , quem o cometer contra algum Corregedor da Comarca , ou Ouvidor , e seus Escrivães , ou Meirinhos , e na resistencia os ferir , tem pena de degredo para sempre para o Brasil , e cortamento da maõ , *ibid. §. 1. (e)*

Crime de Resistencia , quem o cometer contra algum Juiz de Fóra posto por El-Rey ; Ouvidores , e seus Meirinhos , Juizes Ordinarios das Villas notaveis , e seus Alcades , tem pena de degredo por dez annos para o Brasil , e cortamento de maõ , *ibid. §. 2. (f)*

### Crime

(a) De hoc criminis vide plura ab omni eruditione deducta apud Larream *alleg. fiscal. 116. & 117.*, Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 2. §. 10. à n. 12., Conciol. Resolut. crimin. 1. & seqq. verb. *Duellum* , Calder. tom. 2. dec. 84. usqne ad 89., Cyriac. Controv. 101., Sanch. lib. 2. Sum. cap. 339., Sabell. in Sum. §. *Duellum*.

Et nota , quod duellantes , seu provocantes ad singulare certamen incident in excommunicationem , ex Concil. Trident. *Seç. 25. de Reformat. cap. 19.* , & ex Constitutionibus S. Pontific. Pii V., Gregor. XIII., & Clem. VIII. , quas refert August. Barbos. in *Collezan. ad eund. Concil. Trid. d. cap. 19. n. 2. 3.* , & per tot. , ubi latè agit de materia.

Et delinquentes in hoc crimen non gaudent Immunitate Ecclesiastica; de quo vide latè & omnino Cortiad. *dec. 98. à n. 13.*

Et si in confliktu deceferint, denegatur illis Ecclesiastica sepultura , ex Concil. Trident. d. cap. 19. , ubi August. Barbos. *n. 21.* , Sabell. in Sum. §. *Sepultura* , sub n. 3. , qui alias citant.

Et an mediatores , complices , & patrini diffidatorum easdem penas incurant , vide Cortiad. d. dec. 98. n. 16. Molin. de *Jur. & Jur. tract. 3. disp. 17. n. 3.*

Et per Leg. Extravag. latam die 30. Augusti anno 1612. jussit Rex , quod inviolabiliter penæ hujus Ordinationis contra provocantes ad singulare certamen observarentur ; & postea per aliam Legem expeditam die 16. Junii anno 1668. augmentatae fuerunt penæ , & denuò recommendata fuit observantia ejusdem Ordinationis in hoc criminis , ob reverentiam Sacri Concilii Tridentini : quæ Leges sunt in Ord. lib. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 1. & 2.

(b) Vide supra notata verb. *Aßuada tant. quer dizer, como fazer ajuntamento, &c., & ultra DD. ibi citatos vide Cortiad. dec. 104. per tot.*

(c) Vide Bovadilh. in *Politic. lib. 3. cap. 15. n. 130.* , Conciol. Resolut. crimin. 3. 4. & 5. verb. *Eximitio à curia.* Et an uxor eximens maritum , vel maritus uxorem , pater filium , & similes , puniantur pena ordinaria , vide eundem Conciol. Resolut. 2. Et intellige dispositionem hujus Legis , si arreptus è manibus Justitiae fuerit justè captus , fecus si fuerit injustè ; Phæb. p. 2. arest. 120. vers. In quo , ad med. ; & vide Farinac. in *Prax. crimin. tit. 4. q. 32. num. 38.*

Et qua pena puniatur Officialis negligens in capiendo delinquente , aut ex malitia , prece , vel præmio , aut ipsius spe corruptus , captum dimittit , seu liberum , vel capendum conniventer fugere facit , & permittit , vide Farinac. d. q. 32. n. 17. , Matth. de Reg. Regn. tom. 2. cap. 8.

§. 8. à n. 95. ad n. 106. , & cum aliis Cortiad. dec. 83. n. 20.

(d) Nota , quod Læsæ-Majestatis ex secundo capite reus fit qui occiderit , aut vulneraverit Officialem Justitiae munus judicandi habentem , ut habetur in tit. 6. hujus lib. , & bona amittit ex §. 28. ejusdem tit. , & §. 7. hujusce ; & vide August. Barbos. *Vot. 66. per tot.*

Et an Judici de facto procedenti impunè resisti possit , vide Almeid. *alleg. 11.* , Amaya in *L. Prohibitum* , §. Cod. de Jur. Fisc. , Basilik. dec. 10. , Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 14. à n. 5. , & seqq.

De resistentia per Clericos facta Officialibus Regiis , & an ab his capi possint , ut remittantur suis Superioribus , eosque Seculares Judices puniri valeant pena pecuniaria , vide apud multos quos refert Cortiad. tom. 1. dec. 34. à n. 109. , & dec. 236. per tot. , Peg. tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 23. cap. 4. n. 111. & 112. , & seqq. , ubi pro utraque parte multos DD. citat.

Et nota , quod , ut detur resistentia seu offendio , necesse est , quod Officialis , aut Judex virgam , & insigniam sui Officii deferat , ut ex multis comprobatur , & limitat Cortiad. p. 4. dec. 236. à n. 14. cum seqq. , Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 21. an. 51. , Mend. à Castr. p. 2. lib. 5. cap. 1. à n. 15. , Leit. de Jur. Lusit. tract. 3. q. 3. n. 57. , Peg. tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 58. §. 37. glof. 38. n. unic.

Nota etiam , quod in hoc crimen non gaudent Scholastici privilegio fori; Peg. tom. 12. ad Ord. lib. 2. tit. 47. ad princ. n. 17. , Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 14. n. 2. ; neque milites , Peg. ubi supr. n. 14. , Guerreir. d. n. 2. ; & ita declaratum fuit per Regium Decretum , quod est in Ord. lib. 5. tit. 49. Coll. 2. n. 1. post Leg. Extravag. , quæ est in Ord. lib. 5. tit. 48. Coll. 1. n. 1. ; neque Familiares Sancti Officii , neque Equites Militares , ut dicunt relati DD. in loc. citat.

(e) Intellige hanc Legem , etiam si resistentiam fuerit facta post finitum Officium , si ratione illius sit commissa ; Phæb. p. 1. arest. 113. , Mend. in *Prax. p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 20.* , Leit. de Jur. Lusit. tract. 3. q. 3. n. 63.

Ad verba : *E cortamento de maõ:* vide de hac pena Almeid. *Alleg. 16.* ; ubi quid si unam tantum habeat : & vide etiam Calder. *dec. 19. ex n. 19.*

(f) Ad verb. *Juiz de Fóra posto por El-Rey:* vide sequentem Notam Senatoris Oliveira : *In §. 2. notandum , que , quanto aos Juizes , diz a Ley , nosso Juiz de Fóra , de que se segue , que se for Juiz de Fóra posto por Donatario , não fica comprehendido neste §. , de quo vide eleganter Narbon. in L. 20. tit. 1. lib. 4. Recopilation. glof. 18. ex n. 92. pag. 531. , Mastrilh. ad Indult. cap. 36. à n. 13. , apud quos invenies an , & quando Officialles Baronum censemuntur Officialles Regis ; & vide Carlev. de Judic. tit. 1. disp. 2. n. 505.*

(a) Nota ,

- Crime de Resistencia contra os Juizes Ordinarios , Véreadores , Almotacés , Alcaldes das Villas , e Conselhos , Porteiros , Jurados , Vintaneiros , e Homens da Vara, tem pena de dez annos de degredo para Africa, e cortamento de maõ, *ibid.* §.3.(a)
- Crime de Resistencia feita aos Officiaes Ecclesiasticos se castiga com a mesma pena , que se impõem aos que resistem á Justica Secular , *liv. 2. tit. 9. §. 4.* (b)
- Crime de falsidade , quem o cometter em

Cartas , ou Alvarás d'El-Rey , tem pena de morte , e perdimento de bens , *liv. 5. tit. 52. in princip.* (c)

Crime de falsidade feita em signal de Desembargador, ou de alguma Cidade, Villa, ou Concelho , ou em escriptura pública , ou em signal público de Taballiaõ , ou Escrivaõ, tem pena de degredo para sempre para o Brasil, e perdimento de bens, *ibid.* §.1. (d)

Crime de fazer escripturas , ou actos falsos , tem pena de morte, *liv. 5. tit. 53. in princ.* (e)

### Crime

(a) Nota , quod ejusmodi poenae dantur adversus resistentes Birruariis , vulgo *Quadrilheiros*, ex Ord. lib. 1. tit. 73. §.11. Adverte tamen , quod nec illis , nec cæteris Officialibus inferioribus , de quibus loquitur hæc Lex , super resistencia creditur , nisi eam aliunde probent ; Farinac. in *Prax. crimin. p. 1. lib. 1. tit. 4. q. 32. n. 80.* Mend. à Castr. p.2. lib. 5. cap. 1. n. 16., latè Conciol. *Resolut. crimin. 4. verb. Birruarius.* Et utrum in hac Lege comprehendantur Advocati , ita ut ad hunc effectum dicantur Officiales Justitiæ : negativè dicit Cabed. p.1. dec. 214. n. 5.; ubi tamen dicit , quod offendio in eos atrocissima erit injuria ; Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. lib. 4. diff. 10. §. 2. n. 160.* Phæb. p.2. arest. 103., Leit. de *Jur. Lusitan. tract. 3. q. 3. n. 59.* Nec etiam Officiales Justitiæ reputantur ad effectum hujus Legis Partitores Orphanoruim; Phæb. p.1. arest. 114., Mend. in *Prax. p.2. lib. 5. cap. 1. n. 20.*; nec Publicani redditus concilii , Phæb. p.2. arest. 147. in fin., Mend. ubi supr. n. 19. Viatores autem , vulgo *Caminheiros* , ad effectum hujus Legis reputantur Officiales Justitiæ ; Phæb. p.2. arest. 147., Mend. d.n. 19., quidquid aequivocatione arrestus dicat Peg. tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 92. glof. 1. Et etiam Officiales Tabellionum , vulgo *Sobscrventes* , Phæb. p.2. arest. 169., & Tribuni plebis , vulgo *Mestéres* , Phæb. d. arest. 169. vers. *Vidi aliquando.*

(b) Nota, quod per hanc Legem videtur non adimi Jurisdictionem ab Ecclesiastico Judice , qui de Jure potest punire eos , qui illam offendunt ; Galeot. *Respons. fiscal. 1.*, Merlin. *Centur. 2. cap. 71.* Sed attenta hac Lege , in foro seculari debent puniri ; Gabr. Per. de *Man. Reg. cap. 53. sub n. 34.*, Themud. p. 3. dec. 263. ex n. 18., Oliv. de *For. Eccles. p.2. q. 23.*; & vide sequentem Notam Senatoris Oliveira : *Vide ea, que hic notat Peg., & ad Ord. lib. 1. tit. 9. §. 12. n. 465. & 515., Cortiad. p.3. dec. 177.*, e neste caso vi que Sua Magestade tendo noticia por carta do Corregedor de Lamego , que o Vigario Geral mandara prender huns Leigos , que resistivão ao seu Meirinho , mandon escrever ao Bispo , que os soltaſe ; e sem embargo das réplicas , que lhe fez , dizendo , que ao menos devia ser pelo meyo de recurso ao Juizo da Coroa , se lhe respondeo que Sua Magestade podia por si fazer o mesmo , que no dito Juizo ; e assim se executou no anno de 1687.

Et vide aliam Notam Senatoris Sardinha ad hanc Ordinationem. *Ad verba* : Por nossas Justiças , e não pelos Ecclesiasticos ; porque a offensa feita a Ministro Ecclesiastico , que não be Clerigo , não faz o crime Ecclesiastico , nem mixtifico , salvo sendo feita alguma offensa ao Juiz Ecclesiastico , em presença , porque pode multar sumariamente ; Salzed. in *Prax. cap. 93. in fin.*

Et iterum notat idem Senator , ibi : *Ad verba* : Officiaes , licet sint Clerici adhuc pro resistencia solùm in foro seculari plectitur Laicus offensor , quia sacrilegium , quod incurrit ratione persone , punitur per Ecclesiasticum ; offensa verò facta justitiæ , ut ministro , punitur per secularem ; ita judicatum no aggravo do Doutor Sebastião de Torres , do Vigario Geral de Coimbra , em Mayo de 1614. Pinheiro , Corrêa , Carvalho , e Fialho Chanceller: & hoc arestum referunt , Pereir. de *Man. Reg. d. cap. 53. n. 34. vers. In praxi* , & Themud. d. dec. 236. n. 18., ubi etiam adducit aliam decisionem anni 1647.

(c) Vide ad materiam hujus Legis Galeot. *Respons. fiscal. 15. ex n. 1.* ubi loquitur in terminis , Mend. in *Prax. p.2. lib. 5. cap. 1. n. 107.* Matth. de *Re crimin. controv. 5.* , ubi

de illo , qui falsis rescriptis Regis publicas intercepit pecunias ; Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. ad *Regim. Senat. Palat.* §.18. glof. 59. n. 1.

Et nota , quod non loquitur hæc Lex in falsificante sigilla Reginæ , seu Principis , & Antigraphorum , vulgo Védores da Fazenda , & cæterorum Officialium; ait in hoc crimine eos æqualiter commensurat Ord. lib. 5. tit. 116.

Hoc crimen esse gravissimum , & abominabile ; & non comprehendit in generali abolitione , & gratia delictorum , ob idque nobilitatem amitti , Balmased. de *Collet. q. 118. à n. 1.* , & testantur plurimi DD. , quos vide poteris apud Cortiad. tom. 1. dec. 34. à n. 102. & seqq. ubi in n. 106. agit de poena Clerici falso committentis.

Ad verba : *Tem pena de morte* ; verba Legis sunt morra por ipso ; ad quorum intelligentiam vide sequentem Notam Senatoris Oliveira : *Quidquid alias probare nitatur. Rebell. in manuscript. de Leg. natural. cap. 23. illat. 1. à n. 19. similes Ordinationes intelligendas esse de morte civili* ; attamen , saltem in hoc casu , videtur præcisè intelligendam esse banc Ordinationem de morte naturali , quia in §. 1. , ubi loquitur de falsitate leviori , poenam imponit exilio perpetui , cum publicatione bonorum , que poena , ipso fatente , mors est civilis. Et facit Ord. hoc lib. tit. 32. cum suis §§. Et vide notata supr. verb. *Crime de alcovitaria* , &c.

(d) Vide Menoch. de *Arbitr. cas. 306. n. 6.* Quid autem de falsificante mandatum Judicis ad intercipendas pecunias judicialiter depositas ; vide Matth. de *Re crimin. controv. 48.* , Sabell. in *Sum. §. Furtum, ex n. 22.* Quid autem si falsitate compertus pecunias non recipiat ? vide cum multis Cortiad. tom. 2. dec. 88. à n. 18.

(e) Poenam mortis Tabellioni acta falsa confienti ab hac Lege impositam , observari in Regno Cathaloniæ , Valentiæ , Sardinie , Neapolis , Siciliæ , & Castellæ , testatur cum multis DD. Cortiad. dec. 88. n. 26., qui tamen in n. 28. duobus tantummodo casibus dicit posse poenam capitalem imponi , scilicet , quando falsitas est magna ; vel quando est pluries iterata ; & eum vide in n. seqq. , quod etiam comprobatur , Calder. dec. 19. n. 39., Matth. de *Re crimin. contr. 38. à n. 14.* , Gom. in *L. 86. Taur. n. 6.* Et quid si instrumentum à Notario falsiter constitutum fuerit nullum : vide Altimar de Nullit. sent. rubr. 8. q. 15. n. 17., Oleam de Ces. Jur. tit. 2. q. 5. n. 4., Harppr. in §. Item Lex Cornelius , 7. Inst. de Public. Indic. n. 29.

Quando autem scriptura presumatur falsa , & quibus conjecturis falsitas probetur , vide latissimè August. Barbos. Vot. 68. ex n. 16., & seqq. usque ad fin. , Larream alleg. 96. per tot. , præcipue à n. 20. , Noguerol alleg. 26. à n. 121. , Gutierrez. in *Decision. Rot. dec. 70. à n. 9.* , Sabell. in *Sum. §. Falsitas* , n. 5., ubi multos de materia tractantes adducit ; Peg. For. cap. 19. per tot.

Et nota ad hanc Legem , quod ultra poenam criminalem tenetur Notarius ad damna , & interesse , quando convictus est de falsitate ; ut ultra Farinac. in *Prax. crimin. q. 155. n. 12.* , tenet Cortiad. dec. 88. n. 31. , Calder. dec. 19. n. 57.; & in DD. supra relatis multa alia invenies de materia falsitatis ; ad quam etiam vide Basilic. dec. 4. , Cyriac. dec. 637. , Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. diff. 4. §. 20.* , Molin. de *Just.* , & *Jur. tract. 2. diff. 700.* , Card. de *Luc. lib. 15. de Judic. disc. 26.*

(a) Vide

Crime de dar testemunho falso tem pena de morte, *liv. 5. tit. 54. in princ.* (a)

Crime de subornar testemunhas com dinheiro para jurarem falso, tem pena de açoutes, sendo a causa cível; e sendo crime, tem açoutes, e degredo de dez annos para o Brasil, *ibid. §. 1.* (b)

Crime de parto supposto se alguma mulher o cometter, fingindo ser prenhe, e dér o parto alheyo por seu, será degradada para sempre para o Brasil, e perca seus bens; e na mesma pena incorrerão os que para isso derem favor, e conselho, *liv. 5. tit. 55.* (c)

Crime de furto de valia de hum marco de prata tem pena de morte, *liv. 5. tit. 60.* (d)

Crime de entrar em casa alheya para furtar, abrindo a porta, janella, ou rompendo o telhado, e furtando valia de meyo marco de prata, tem pena de morte, *ibid. §. 1.* (e)

Crime de furto de quatrocentos reis para cima, até marco de prata, tem pena de açoutes com baraco e pregão; porém se for feito por tres vezes, em diversos tempos, tem pena de morte, aindaque pelos primeiros fosse já punido, *ibid. §. 2. e 3.* (f)

Crime

(a) Vide Harppr. in §. Item Lex Cornelias, 7. Instit. de Publ. Judic. n. 12., Fragos. de Regin. Reipubl. p. 1. diff. 13. §. 6., Sabell. in Sum. verb. Testis, n. 35., Cortiad. tom. 2. dec. 88. à n. 37., Calder. dec. 19., ubi latè; Antonel. de Regin. Eccles. lib. 6. cap. 27.

Et quid de inducente, & producente falsos testes? vide Farinac. de Falsit. q. 159. ex n. 34., Covas in cap. Quamvis de P. act. in 6. p. 1. §. 7. per tot. , & lib. 2. Var. cap. 9. n. 1., Gom. in L. 83. Taur. n. 7., Harppr. ubi supr. n. 9., Cortiad. d. dec. 88. n. 58., Calder. d. dec. 19. à n. 22.

Et quid de teste ipso, qui pro dicendo falso testimoniò pecuniam accepit, quamvis falsum non depontat? vide Conciol. Resol. crimin. 19., & adde Lanfranc. de Sallar. q. 86., Sabell. in Sum. d. §. Testis, n. 59.

Quid autem statuendum de eo, qui, ne contra aliquem testimonium daret, vel juratum iret, pecuniam accepit? puniendum extraordinariè esse dicit ex aliis Menoch. de Arbitr. lib. 2. Centur. 4. cas. 310. n. 12., ordinariè verò sentit Harppr. in §. Item Lex Cornelias, 7. n. 13. Instit. de Public. Judic., ubi in n. 14. idem cum multis sequendum autumat in teste, qui testimonii dicendi gratia pecuniam accepit, sed tamen depositum verum.

Et an Judex, coram quo testis falsum depositum, possit illum punire? vide apud Cabed. p. 1. dec. 77., latissimè Cortiad. tom. 1. dec. 21. à n. 46. cum seqq., ubi infinitos citat DD.

Quid autem si Clericus falsum deponat coram Judice seculari, an ab eo possit de falso puniri? vide hanc quæstionem latissimè perlustratam apud Cortiad. tom. 1. dec. 35. ex n. 38., & seqq., ubi diversas DD. refert sententias, sed pro vera, & magis communis opinione tenet cum multis in n. 41., quod non potest puniri per Judicem secularis, sed Judici Ecclesiastico remittendum esse; quod etiam cum multis comprobatur August. Barboli. de Jur. Eccles. lib. 1. cap. 39. §. 2. n. 90., & in Collectan. ad cap. Falsidicus, 1. de Crimin. falsi., Covas Præf. cap. 18. n. 8. versic. Sed, & locus, Bovadilh. lib. 2. cap. 18. n. 91., Ciarlin. Controv. Forens. lib. 1. cap. 48. à n. 10., Cortiad. tom. 1. dec. 35. num. 41.

(b) Vide supra proximè notata; vers. Et quid de inducente.

(c) Ad materiam partus suppositi vide latè Carranc. de Part. cap. 5., Laram de Vit. homin. cap. 8. ex n. 40., Basilik. dec. 7. à n. 52., Gom. in L. 83. Taur. n. 12., Molin. de Just., & Jur. tract. 2. diff. 701. à n. 1., Thom. Vaz alleg. 13. à n. 56., Portug. de Donat. tom. 2. cap. 33. à n. 8., Calder. dec. 61., Sabell. in Sum. §. Mulier, n. 37.

Et an hoc delictum probetur conjecturis? vide latissimè Farinac. in Prax. crimin. tit. de Falsit. q. 150. n. 245., & ex n. 247., Phæb. dec. 122., Basilik. d. dec. 7. à n. 53., Calder. d. dec. 61. à n. 18. Et quid de Obstetrica partum alienum callidè afferenti, ut supponi possit? vide Gonzal. Telles ad Text. in cap. 3. de Crimin. falsi. n. 5., Calder. d. dec. 61. ex n. 10.

(d) De materia hujus criminis, & de pena mortis propter illud imponenda, vide Menoch. de Arbitr. cas. 295.,

& seqq., Molin. de Just. & Jur. diff. 695. n. 7., Thom. Vaz alleg. 13. à n. 77., Gom. tom. 3. Var. cap. 5. n. 6., latè Berlich. p. 4. concl. 43. usque ad 46., & concl. 53. usque ad 56., Matth. de Re crimin. controv. 35. 41. 42. & 43., Basilik. dec. 13., Cortiad. tom. 2. dec. 106. ex n. 20.

Hoc crimen furti an producat actionem contra filium rem Patris surripiente? vide latè Giurb. Consil. 68., Harppr. in §. 1. Instit. de Obligat., que ex delict. nascent. n. 32., Calder. dec. 68. à n. 6.: de quo etiam, & de aliis domesticis, vide Berlich. p. 5. conclus. 54. Et qua pena puniendi sunt fures rei, cuius dominus non invenitur, vide Basilik. dec. 13., Berlich. p. 4. concl. 46.

Et nota, quod hoc crimen est atrox, grave, & enorme; immo est maius delictum, quam homicidium; Castilh. de Aliment. tom. 8. cap. 62. n. 3., Ciarlin. Controv. for. p. 2. cap. 207. n. 17., Cortiad. dec. 34. n. 89.; & ideo in Mensa Senatus non conceditur venia Reis de illo convictis, ex Ord. in Regin. Senat. Palat. §. 18.

Et an fures, qui propter defectum probationis pena ordinaria non plectuntur, possint ab eodem Judice criminali ad restitutionem rei furatae condemnari? Merlin. Centur. 1. cap. 19., Matth. de Regin. Regn. cap. 8. §. 8. à n. 21., Tristan, qui bene declarat, dec. 25. n. 33. & 34., Sabell. in Sum. §. Absolutio, n. 33.

Et an fures in quocumque loco, ubi cum re furata reperiuntur, possint puniri, vel potius ad delicti locum sint remittendi? vide Harppr. in §. 5. Instit. de Obligat., que ex delict. à n. 84., Carleval de Judic. tom. 1. diff. 2. ex n. 720., Conciol. Resolut. crimin. 8. verb. Furtum, Berlich. part. 5. concl. 45. à n. 42., Sabell. §. Furtum, n. 10.

(e) Vide Molin. de Just. & Jur. tract. 2. diff. 695. n. 29., Matth. de Re crimin. controv. 34. n. 19., Conciol. Resolut. crimin. 2. per tot. verb. Furtum, qui omnes resolvunt, furtum nocte commissum cum scalis, vel sine illis, ingrediendo per fenestras, acrius esse puniendum; de quo etiam vide Gom. tom. 3. Var. cap. 5. n. 12., ubi Aylton n. 13., latissimè cum multis Cortiad. dec. 106. ex n. 34., & seqq. Et vide sequentem Notam Senatoris Oliveira: Se forem muitos a furtar, aindaque hum so arrombase a porta, ou telhado, e entrasse na casa, todos incorrem na pena ordinaria; e assim o julgámos em 28. de Março de 1686., e se executou a pena de morte em tres Réos; & faciunt que Berlich. p. 4. concl. 55.

(f) Fur, qui tria, aut plura furtu commisit, dicitur famosus; Gom. tom. 3. Var. cap. 10. n. 2. verb. Ex quo deducitur, ubi Aylton n. 3., & plures, quos citat Cortiad. tom. 2. dec. 106. n. 19., Phæb. dec. 81. n. 11., idemque per generali consuetudinem furca suspensi debet, ut pluribus testatur idem Cortiad. d. dec. 106. n. 71., Calder. dec. 19. n. 44., & vide latè Thom. Vaz ad Reform. Just. ex n. 246., Berlich. p. 4. concl. 43. ex n. 88., Bucaron de Differ. inter Judic. Crimin., & Civil. differ. 55. n. 7., Harppr. in §. Pena, §. Instit. de Oblig., que ex delict. nascent. ex n. 69.

Et nota, quod, ad hoc ut dignosci possit iteratio furtorum, decretum fuit, quod ferro igneo sigillati fuissent latrones in primo crimine deprehensi, per Leg. Reform. Justit. §. 19., de quo vide Peg. ad Ord. tom. 4. pag. 41. n. 81.:

Crime de furto feito em Igreja , ou Mosteiro , tem pena de morte , aindaque o valor delle naõ chegue a marco de prata , *liv. 5. tit. 60. §. 4. (a)*

Crime de furto cometido aquelle , que compra coufa , que verisimelmente parece furtada , *ibid. §. 5. (b)*

Crime de furto cometido aquelle , que lança agoa , ou terra no paõ para furtar o accrescimo ; e se este for de dez mil reis , tem pena de morte ; e se for menos , he degradado para sempre para o Brasil , *liv. 5. tit. 59. (c)*

Crime de furto cometido aquelle , que toma alguma coufa por força , aindaque offereça o preço della ; e tem pena de morte natural , se a coufa tomada valer mais de mil reis , *liv. 5. tit. 61. in princ. (d)*

Crime de arrancar marcos , ou de os pôr , sem autoridade de Justiça , tem pena de açoutes , e de degredo para Africa ,

*n. 81. : quod etiam dispositum fuit in novissima Lega Extravag. , quæ est in Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 1. §. 8.*

Ad verba: *Aindaque pelos primeiros fosse já punido. Quid autem si primum furtum indulgentia Principis fuerit absolutum? vide Giurb. Consil. 90. n. 15. & 16., Harppr. supr. n. 131., Matth. de Re crimin. contr. 41. & 42. n. 28., ubi etiam, quid si primum furtum sit præscriptione abolitum, Berlich. dec. 79., Sabell. in Sum. §. Furtum, sub n. 13. versic. Quod furtum.*

(a) Vide Farinac. in Prax. crimin. tit. de Furt. q. 172. per tot., Harppr. ad §. Item Lex Julia peculatus , 9. à n. 12. Inslit. de Public. Judic. Cald. ad L. unic. Cod. Ex delict. defunctor. p. 2. n. 33., Basilic. dec. 2., Matth. de Re crimin. controv. 36. à n. 11. ubi à n. 79. agit de illo, qui sacrilegium in Sacratisimam Eucharistiam commisit; de quo vide etiam Pereir. de Revision. cap. 100. ex n. 23., Calder. tom. 3. dec. 157. n. 15., Matth. de Regim. Regy. cap. 8. §. 10. per tot., Peg. latissimè in Tract. Histor. & Juridic. pro execrand. furt. Sanctiss. Eucharist. Eccles. de Odivellas , per tot.

(b) Vide supra notata verb. *Compra de coufa alheya , quem a fizer , parecendo-lhe verisimelmente que he furtada &c.*

(c) Vide Cortiad. tom. 2. dec. 106. n. 50., ubi agit de Molinario miscente terram , sive arenam cum farina.

(d) Vide Molin. de Justit. & Jur. disp. 695. ex n. 31., & sequentem Notam Senatoris Oliveira. Ad tit. 61. nota , que succedeo entrar hum homem armado em casa de outro, acompanhando de outros tambem armados , e lhe tirou parte do dinheiro , que lhe devia , e pela outra parte do resto lhe levou alguns móveis , como em penhor , declarando-lhe que os podia mandar resgatar de casa de hum terceiro , aonde os depositaria; e na Relação pela primeira sentença foi este homem condemnado em pena de morte natural , aindaque com grande variedade nos votos: mas no meu juizo naõ foi a sentença bem dada , porque se naõ pôde entender que essa Ley proceda , sinal naquelle Reo , que foi tomar coufa por força , em que naõ pudesse ter direito , ou pertença alguma ; e com tudo por a querer para si mesmo , a tomou : e por isto diz a Ley , que , aindaque offereça , ou deixe o preço , naõ se escuza da pena ; porém o créder , que vay tomar a coufa do seu devedor , para se pagar por ella , ou se penhorar , naõ be aquelle , de quem trata essa Ley , e fica nos termos do Tit. ff. Ad Leg. Jul. de vi public. , a qual naõ be de morte natural : e por isto foi melhor a segunda sentença , que se deu sobre os embargos , em que o Reo foi relevado da pena de morte natural , e condemnado em degredo grave. Vide ad materiam Leg. Jul. de vi public. , & privat. Menoch. de Arbitr. cas. 394., Harppr. in §. Item Lex Julia , 8. Inslit. de Public. Judic.

fendo peão , *liv. 5. tit. 67. (e)*

Crime de trazer armas desfasadas tem pena de prisão , e de açoutes , *liv. 5. tit. 80. (f)*

Crime de fazer dados , ou cartas falsas , ou de jogar com elles , tem pena de açoutes , e de degredo por dez annos para o Brasil , *liv. 5. tit. 82. §. 3. (g)*

Crime de fazer carcere privado tem pena de açoutes , e de degredo para Africa , *liv. 5. tit. 95. in princ. (h)*

Crime de passar gados para fóra do Reyno tem pena de perdimento de bens , e de degredo para sempre para o Brasil , *liv. 5. tit. 115. in princ.*

Crime de pôr fogo em paés , vinhas , ou oliveiras , tem pena de degredo para Africa com baraco e pregão , álem de pagar o damno , *liv. 5. tit. 86. §. 5. (i)*

Crime , de que muitos saõ accusados , se despacha em hum só feito , e por hum mesmo Escrivaõ , *liv. 5. tit. 124. §. 11. (k)*

CUL-

(e) Vide supra notata verb. *Arrancar marcos , ou metete-los sem autoridade de Justiça , &c.*

(f) Poenæ hujus Ordinationis multum ampliatae fuisse per Leges Extravag. , quæ videri possunt in Ord. lib. 5. hocmet tit. Coll. 1. n. 1., & seqq.; & vide quæ supra notantur in verb. *Armas , &c.*

(g) Vide Farinac. q. 69. n. 103. Et de poenis ludentium aleas , seu taxillos , vide latè Ægid. in L. Ex hoc jure , p. 1. cap. 7. ex n. 33. ff. de Just. & Jur., Harppr. in princip. Instit. Quid. mod. re contrah. obligat. à n. 54., Covas in Reg. Peccatum , p. 2. relection. §. 4. de Regul. jur. in 6., Cortiad. dec. 262., Gabr. Per. dec. 88., Noguerol alleg. 82. n. 101. 102. & 103. Et nota , quod haec Lex comprehendit etiam Minores , omni restitutionis spe carentes , ut notat Cald. ad L. unic. Cod. Ex delict. defunctor. p. 1. n. 1. versic. Nec hoc mirum. Et utrum multuans ad colludendum secum , seu cum alio , repetere possit vide Ægid. ubi supr. à n. 41., Sabell. in Sum. §. Ludus , n. 6.

(h) Vide supra notata verb. *Carcere privado , quem o fizer , &c.*

(i) De crimine incendiarii vide Farinac. in Prax. crimin. tom. 3. q. 110., Berlich. p. 4. scil. 1. concl. 24. & 25., Basiliac. dec. 18., Conciol. & Romaguer. ad Stat. Eugub. lib. 4. rubr. 52., Leit. de Jur. Lusit. tract. 3. q. 3. à n. 32., Cortiad. tom. 2. dec. 105. à n. 9. Plura etiam de incendio , & quando quis ex illo teneatur , vide per Pacion. de Locat. cap. 30., Gratian. For. cap. 354., Hermosilh. ad L. 3. glo. 3. tit. 2. partit. 5., Cyriac. Contrav. 234. & 235.

Et nota , quod incendium , si contingat in prædio rusticō , non præsumitur causatum culpa domini prædii , nec conductoris illius: secùs si in prædio urbano ; tunc enim culpa levissima præsumetur , dum alia non fuerit probata ; Valasc. de Jur. emphyt. q. 27. n. 41., Mafcard. de Probat. tom. 2. concl. 892. n. 9., Britt. in cap. Propter. de Locat. n. 91. 92. & 93., qui dicunt Inquilinum ex illa culpa levissima non teneri ad integrum pensionem , nec ad damnum resarcientur , nisi contra Legem conventionis ipse , aut familia aliquid egerint , veluti , quia fecundum coacervaverint in loco periculooso , ex quo probabile sit incendium eventurum ; de quo etiam vide Guer. reir. tract. 4. de Ration. reddend. lib. 2. cap. 12. n. 34.

(k) Vide infra notata in verb. *Processo se faz hum só na causa em que muitos saõ accusados pelo mesmos. Et an verificetur haec resolutio in Clerico , & laico , qui simul delictum commiserunt: vide Barbos. de Jur. Ecclesiast. p. 1. cap. 39. §. 2. n. 94., Fachin. Contr. 9. cap. 21. Et vide notata verb. *Clerigos estando culpados em querelas , &c.**

(a) Vide

## C U L

**C**ULPA leve, e levíssima se imputa ao que recebe emprestado alguma coufa para seu uso; e por isso a deve guardar com toda a diligencia, como se fosse sua, *liv. 4. tit. 53. §. 2. (a)*

**CULPADO** em pôr fogo he preso, e paga o damno, e he degradado, *liv. 5. tit. 86. §. 5. (b)*

**Culpado** em jogar dados, ou cartas, até quatro mezes, pôde ser demandado, *liv. 5. tit. 82. §. 8. (c)*

**Culpado** em dar tabolagens em sua casa, tem pena de cincuenta cruzados, e de dez annos de degredo para o Brasil, *ibid. §. 4. (d)*

**Culpado** em fazer cartas, ou vender, ou jogar com cartas ou dados falsos, poderá ser accusado até hum anno, *ibid. §. 8.*

**Culpado** de crime capital, que se ausentou, perde seus bens, e se confiscaõ, *liv. 5. tit. 127. §. 11. (e)*

**Culpas**, que daõ os Escrivães na folha, que se corre, haõ de ser obrigatorias, *liv. 5. tit. 125. §. 8.*

**Culpas** dos Taballiaes, as verá o Corregedor da Comarca dos Lugares, onde for, *liv. 1. tit. 58. §. 1.*

**CUMPRA-SE** como se deve pôr nas Cartas, *ibid. §. 29.*

**CUNHADO**, que dorme com sua cunhada no primeiro grão de affinidade, he degradado por dez annos para o Brasil; e se for no segundo, tem degredo de cinco annos para Africa; e no terceiro, tem dous annos para Africa com baraço e pregão, ou pregão na audiencia, *liv. 5. tit. 17. §. 3. (f)*

**Cunhado** de outro Taballiaõ do Judicial naõ pôde ter Officio de Taballiaõ no mesmo Lugar, com pena de perder o Officio o que derradeiro o houver, *liv. 1. tit. 79. §. 45. (g)*

**Cunhados** dentro do quarto grão, naõ podem ambos ser Eleitores para os Officios da Governança, *liv. 1. tit. 67. in princip.*

**Cunhados** naõ se podem ajuntar nos Pelouros da Governança para servirem no mesmo anno, *ibid. §. 1. (h)*

**Cunhado** de algum Julgador naõ pôde ser Procurador perante elle, *liv. 1. tit. 48. §. fin.*

**Cunhado** de algum Julgador naõ poderá fa-

zer demanda perante elle, nem o tal Ju-

gador conhacerá della, *liv. 3. tit. 24. in prin. (i)*

**CURADOR** se dá aos bens do ausente, de que naõ se pôde saber se he morto, se vivo, e naõ tem mulher, ou pay, *liv. 1. tit. 90 (k)*

**Cura-**

(a) Vide de materia hujus Legis Harppr. in §. Item is. Instit. Quib. mod. re contrahit. oblig. ex n. 23., Gonzal. in cap. unic. de Commodat., Peg. For. cap. 3. ex n. 869.

(b) Vide supra notata verb. Crime de pôr fogo, &c.

(c) Vide supra notata verb. Crime de fazer dados, ou cartas falsas, &c.

(d) Vide Cortiad. dec. 262. n. 86., Farinac. d. q. 109. n. 146. Et infra verb. Damno feito em casa do Jogador, &c.

(e) Vide Gom. in L. 86. Tavv. n. 7. vers. Unum tamen, & Var. tom. 3. cap. 1. n. 8., Text. in L. 2. Cod. de Requirend. Reis, Cald. de Nomin. q. 5. n. 45., Thom. Vaz Alleg. 67. n. 17., Mend. in Prax. p. 2. lib. 5. cap. 4. n. 2.

(f) Vide supra notata verb. Crime de incesto com sua cunhada no primeiro grão, &c. Ad verba: *Com baraço e pregão, ou com pregão na audiencia*: Nota, quod Ordinatio nostra in hoc §. dicit: *Com baraço e pregão na audiencia*; sed in illa notavit errorem Senator Themudo in sequenti Nota. Ibi, pregão na audiencia: *Efta errada por culpa do Impresor; e ha de dizer, com baraço e pregão, ou com pregão na audiencia, segundo a diferença das pessoas; per hæc enim verba loquuntur fuit Lex Regia in §. 2. hujus Tit. : patetque manifeste hic error, quia alijs verba hujus §. 3. ibi, segundo a diferença das pessoas, stare non possunt, quia non convenient nisi predictis verbis, de quibus in §. 2., quibus etiam Lex Regia uiri voluit in hoc §. 3., licet incuria Impresoris omisso fuissent. Quod nota, quia quidam Senator contendebat solum hunc casum extare in his Ordinationibus, in quo imponitur pena de baraço e pregão em audiencia, quod est ridiculum; porque em audiencia naõ ha mais do que pregão, e o baraço e pregão he pelas rãas pùblicas ás pessoas vis, ou nos casos, em que se perde o nobreza aos nobres.*

Per hanc reflexionem istius Senatoris nobis impunit studium ad examen Originalis manuscripti, quod

servatur in Archivo Monasterii S. Vicentii extra muros Civitatis Lisbonensis; & in eo invenimus, quod verè fuit error impressionis; in illo namque deprehendimus omisso fuisse in antiqua impressione illa verba *ou com pregão*, cuius error inadvertenter pertransivit in sequentibus.

(g) Intellige hanc Ordinationem in marito fororis per contractum matrimonii, non autem sponsaliorum; Phæb. p. 1. art. 43. in fin. Et in Mensa Senatus Palatini solet dispensari super impedimento hujus Legis in locis tantummodo, ubi necessitas ita expostulat; ut notat hic Senator Oliveira.

(h) Vide Gabr. Per. dec. 80., Cabed. p. 2. dec. 84. n. 33., Phæb. dec. 66. n. 14., ubi refert judicatum in n. 15., quod nupti cum duabus fororibus affines dicuntur.

Ad verb. *Nao se podem ajuntar nos Pelouros da Governanca*: vide sequentem Notam Senatoris Sardinha. Intellige, ne conjugantur in una pila *Judices consanguinei*, in alia *Decuriones consanguinei*; nam *Decuriones Judicis consanguinei* non prohibentur de Jure, neque diversa *Officia Senatus*, & *Collegii exercere*; *Curia Pisan. lib. 4. cap. 1. n. 2.* : & ideò fortè non meminit *Procuratoris*, qui est unicus circa idem *Officium*; *Cur. Pisan. d. n. 2.* Et quod hæc *Ordinatio loquatur solum in consanguineis in eodem Officio*, videtur per argumentum ab *speciali*, ex *Ord. lib. 1. tit. 79. §. 45. ibi*: posto que sejaõ de diferentes *Officios*, quod in hac non declaratur.

(i) Vide omnino Guerreir. de Recusation. lib. 4. cap. 5. per tot.

(k) Vide Almeid. de Num. quinay. cap. 10. à n. 18., Cabed. 1. p. dec. 197., Phæb. dec. 42. Et hæc tutela defertur sicut successio ab intestato; *Cald. in L. Si curatorem, verb. Sine, n. 10., Surd. dec. 106. n. 7., Gutierrez. de Tute. p. 1. cap. 1. n. 12., & p. 5. cap. 17. n. 3.* Et vide notata supra verb. *Contador dos Resídios manda entregar a fazenda do que he ausente*, &c.

(a) Vide

**Curador** se dá aos bens do casado ausente, sendo primeiro sua mulher requerida para lho fazer saber, dando-lhe para isso tempo, *liv. 4. tit. 43. §. 7.*

**Curador** se dá ao Captivo em Terra de inimigos, se não tiver mulher, ou pay, tanto que for requerido por qualquer do Pôvo, *liv. 1. tit. 90. in princip. (a)*

**Curador** se dá á herança do defunto, a que não he achado herdeiro, ou a não quer o Mamposteiro dos Captivos, *ibid. §. 1. (b)*

**Curador** se dá ao prodigo, e mentecapto pelo Juiz dos Orfaos, o qual será o pay, ou sua mulher; e á falta destes, o avô, ou seu filho mais velho, varaõ de vinte e cinco annos, *liv. 4. tit. 103. §. 1. cum seqq. (c)*

**Curador do Prodigio**, ou desfasado não serve mais que dous annos, *ibid. §. 8. (d)*

**Curador** se dá ao Orfaõ pelo Juiz dos Orfaos, dentro de hum mez, ao qual fará entregar os bens por Inventario feito pelo Escrivaõ do seu cargo, *liv. 4. tit. 102.*

**Curador** se dá aos bens dos Orfaos, que estão fóra da Jurisdição do seu foro, pelo Juiz

do Lugar, onde estaõ os ditos bens, *liv. 1. tit. 88. §. 24. (e)*

**Curador** jura de calumnia nas demandas, que elle mover em nome daquelle, cuja fazenda administra, *liv. 3. tit. 43. §. (f)*

**Curador** á lide se dá ao Menor nos feitos, que se trataõ á sua revelia, ou de seu Tutor, ou Curador, e se lhe dá juramento, *liv. 3. tit. 41. §. 9. (g)*

**Curador**, por cuja culpa se dá sentença contra o Menor, se executa nos bens do Curador, e não nos bens do dito Menor, *liv. 3. tit. 41. §. 9.*

**Curádor**, quando se dá *ad litem* a algum Menor, se lhe nomêa, e se lhe dá juramento, *ibid. §. 9.*

**CURRAL** do Concelho, em que estiver besta, ou boy mettido pelo Rendeiro, quem o abrir, e tirar o animal, tem pena de degredo para fóra de Villa, e Termo, *liv. 5. tit. 87. §. ultim. (h)*

**CUSTAS** paga a Républica offendida das inquirições, que se tiraõ, quando os querelosos não accusão por pobreza, *liv. 5. tit. 117. §. 17. (i)*

### Custas

(a) Vide supra notata verb. *Captivo em Terra de inimigos, que não tiver mulher, &c.*

(b) Vide verb. *Herança do defunto, a que não he achado herdeiro, &c.* Et supra notata verb. *Captivos pertencem a elles as heranças vagas, &c.*

(c) Vide Gutierr. de *Juram. Confirm. p. 1. cap. 32.*, & de *Tutel. p. 1. cap. 19. à n. 3.*, Cald. in *L. Si curatorem, verb. Cum non absimilis, à n. 7.*, Gratian. *For. cap. 365. à n. 45.*, Guerreir. de *Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 3. à n. 61.* Ad verba, ibi: Será o pay; vide optimos Textus in *L. Divis. 14. ff. de Offic. Presid. L. Penult. in fin. ff. Ad L. Jul. de Parricid. L. ult. Cod. de Curat. furios.*, Cabed. *p. 1. dec. 99. n. 7.*, Fatinac. de *Poen. temperand. quæst. 94. n. 45.*

Et an Clerico mentecapto dandus sit Curator per Judicem Ecclesiasticum, seu per Secularem: vide Oliv. de *For. Eccles. p. 2. q. 32.*, Cortiad. *p. 3. dec. 157.*, Cabed. *p. 1. dec. 80. n. 2.*, Gutierr. de *Tutel. p. 1. cap. 16. n. 20.*; & coram quo Judice teneatur rationes reddere, vide Oliv. in *Addit. ad cap. 3. de Muner. Provvisor. n. 19.*, Guerreir. de *Privileg. Familiar. cap. 15. ex n. 13.*

De requisitis vero necessariis, ad hoc ut Prodigio interdicenda sit bonorum suorum administratio, vide omnino Hodie. *Forens. cap. 41.*, Egid. in *L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 6. ff. de Just. & Jur.*

Et an notoriè prodigo sit ipso jure interdicta bonorum administratio, seu opus sit sententia: vide Harppr. in *§. Furios. 3. Instit. de Curator. à n. 7.* Colleg. Argentoraten. *ad Tit. ff. de Curator. Furios.*, Scalon. de *Testam. lib. 1. cap. 8. à n. 39.*, Fachin. *Controv. lib. 2. cap. 63.*, Egid. in *d. cap. 6. ex n. 1.*, Guerreir. de *Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 3. à n. 70.* & 75.

Et nota, quod antequam Prodigio sit interdicta bonorum administratio, valent contradictus ab eo facti, ut probatur ex §. 6. hujusmodi Tit., ubi solùm prohibentur contractus, postquam ei bona interdicuntur: de quo vide Fermosin. in *cap. Veritatis. 8. de Dol. & Contumac. q. 4. cum seqq.*, Urceol. de *Transact. q. 36.*; potest tamen contra eos restituui, Guerreir. *d. cap. 3. n. 69. & 71.*

Et an saltem naturaliter teneatur Prodigus ex *Con-*

*tractu?* vide Boff. *tom. 3. Moral. tit. 3. à n. 216.*, Hering. de *Fidejusorib. cap. 5. n. 353.*, Egid. in *L. Ex hoc jure, d. cap. 6. à n. 20.*

(d) Consonat Ord. *lib. 4. tit. 102. §. 9.*

(e) Consonat Ord. *lib. 4. tit. 102. §. 8.*, Cald. de *Emption. cap. 14. n. 18.*, Gom. 2. *Var. cap. 14. n. 17.*, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 1. cap. 2. à n. 130.*, Guerreir. de *Invent. lib. 1. cap. 13. à n. 3.*

(f) Vide Guerreir. de *Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 10. n. 64.*, Altim. de *Nullitat. contract. tom. 8. rubr. 2. & 3. q. 1. secl. 1. sub n. 724. versic. Tutores.* Et si Tutor, vel Curator recusat jurare de calumnia, an noceat pupillo, vide DD., quos cita Sylv. *ad Ord. lib. 3. tit. 43. ad princ. n. 50.* & 51.

Et an Tutor teneatur deponere in causa sui pupilli: vide Cabed. *p. 1. dec. 137.*, Mend. in *Prax. lib. 3. cap. 2. append. 1.*, Guerreir. de *Muner. Judic. Orphan. tract. 5. de Proces. Civil. & Crimin. cap. 14.*

(g) Nota, quod dari Minoribus Curatores ad item, five sint Actores, five Rei, esse inventum à Legislatibus hujus Regni contra jus commune, dicit Valasc. de *Partit. cap. 7. à n. 44.*, quem etiam refert Sylv. *ad hunc §. n. 2.*

Et quid in Minore, qui ætatis veniam impetravit, an illi dandus sit Curator? dic opus ei non esse curatore, ex Ord. *lib. 3. tit. 42. §. 3.*, & ex notatis à Vela *Diff. s. 5.*, ubi à n. 35., solutionem dat adverlanti Text. in *L. Ait. Prætor.*, §. *Quid si autem, ff. de Jur. deliberand.*

Et quid dicendum, quando Minor patrem habet? vide Sylv. in *Commentar. ad hunc Tit. §. 8. à n. 31.*

Et an Judex Laicus Curatorem dare possit Clerico Minor, coram se litiganti? vide Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. disp. 4. n. 369.*, Cortiad. *p. 3. dec. 157. n. 9.* & 10., Cald. in *L. Si curatorem, in princ. n. 19.*, Cabed. *p. 1. dec. 80. n. 3.*, Concil. *ad Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 55. n. 26.*, Altimar. de *Nullitat. sent. tom. 2. rubr. 11. q. 4. n. 154.*, & de *Nullitat. contract. tom. 8. rubr. 2. q. 1. secl. 1. n. 657.*

(h) Vide supra notata verb.: *Bestia se alquem a tirar de Curral do Concelho, &c.*

(i) Vide Cald. *ad L. unic. Cod. Ex delict. defunct. p. 1. num. 72.*

- Custas paga o Juiz, que recebe a appellação, quando a causa cabe em sua alçada, *liv. 1. tit. 6. §. 20.* (a)
- Custas se julgaõ mais por arbitrio do Julgador, do que por rigor de justiça, *liv. 1. tit. 92. §. 11. ad fin.*
- Custas em dobro, quando alguem he nellas condemnado, quaes ha de pagar? *liv. 1. tit. 91. §. 19.*
- Custas se pagaõ á custa da parte, que requer, *liv. 2. tit. 52. in princip.* (b)
- Custas de Moedeiros, Bésteiros, e Espingardeiros se contaõ a quarenta reis por dia; e sendo preso, cincoenta reis, *liv. 1. tit. 91. §. 4.*
- Custas paga o Julgador do processado, que mandar fazer, depois que lhe for posta a suspeição, *liv. 3. tit. 21. §. 4.* (c)
- Custas das mulheres se contaõ, como de seus maridos, aindaque sejaõ viuvas, *liv. 1. tit. 91. §. 7.* (d)
- Custas dos Clerigos, e Beneficiados se contaõ, como aos Cavalleiros, *ibid. §. 8.* (e)
- Custas de Peão se contaõ a trinta reis, andando solto; e cincoenta, se for preso; e se he Official mechanico preso, a sessenta reis; e da mulher do
- Peão, a trinta reis, *ibid. §. 9.* (f)
- Custas do que anda a cavallo, he como do Escudeiro, que saõ trinta reis por dia, *ibid. §. 5. e 6.* (g)
- Custas daquelle, que manda requerer por outrem, se pagaõ confórme a qualidade do Requerente, *ibid. §. 10.*
- Custas do que he morador no mesmo Lugar, se contaõ dos dias sómente, que pelos termos do feito se mostrar que appareceo nas audiencias, ou deu inquirição, ou foi vêr jurar testemunhas, *ibid. §. 11.*
- Custas da parte, que vem de outro Julgado, lhe contaõ tambem dos dias da hida, e vinda, até sua casa, a seis legoas por dia, e mais naõ, *ibid. §. 13.* (h)
- Custas do que vejo de fóra a outro negocio, se contaõ, como do morador na mesma Terra; salvo, se jurar que vejo mais, por seguir o feito, que por outra coufa, *ibid. §. 13.* (i)
- Custas da pessoa, que traz besta, por ser velho, ou enfermo, se contaõ os alugueres della, *ibid. §. 18.*
- Custas paga o denunciador, quando o denunciado he absoluto, por se naõ provar o delicto, de que o accusou, *liv. 5. tit. 118.* (k)
- Custas

(a) Concordat Ord. *lib. 3. tit. 70. §. 7.*, Cabed. *dec. 46. n. 2.*, Gabr. Per. *dec. 65. n. 4. in fin.*, Peg. For. *cap. 16. n. 37.*

(b) Vide Peg. For. *cap. 16. n. 19. 21. & 30.*, ubi dicit, quod Scriba solū petere potest, & actionem tantum habet adversus quemlibet ex litigantibus pro expensis, quas fecisse dicitur. Regula enim in hac materia expensarum est, quod ubi quis petit aliquid fieri, illud fit ejus expensis, ut dicit idem Peg. *n. 115.*

(c) Vide Thom. Vaz *Alleg. 96. n. 7.*, Guerreir. de *Recusat. lib. 5. cap. 7. n. 19.*

(d) Vide Cabed. *dec. 98.*, & *dec. 213.* Vidua enim coruscatur radiis mariti, & iisdem fruitur privilegiis; *L. Fœmina, ff. de Senatorib.*, Barbos. *in L. Quia tale, n. 29. ff. de Solut. matrim.*, Reynos. *Observ. 3. n. 18.*, Thom. Vaz *Alleg. 44. à n. 15.*, Cabed. *ubi supr.*, & *p. 2. ares. 71.*, Corciad. *p. 1. dec. 8. n. 108.*, & *dec. 10. n. 121.*, & *dec. 30. n. 168.*, & *p. 3. dec. 14. n. 24.*, Peg. *tom. 12. ad Ord. lib. 2. tit. 59. §. 15. n. 2. & 3.*, & ibi refert judicatum *in n. 5.*

(e) Per hanc Ordinationem venit declaranda alia Ord. *lib. 4. tit. 92. in fin.*, scilicet, quod si Clericus in Minoribus fuerit Beneficiatus, non censeatur plebeus.

(f) Ad verb.: *Se for preso:* An expensæ solvi debeant solū ab eo, qui eum fecit incarcereare, vel ab eo, cuius causa detineatur? vide Cabed. *p. 1. ares. 8.*

(g) Nota ad hanc Legem, necesse esse consuetudinem equitandi, & equum habere; ut intelligit Phæb. *dec. 106. n. 10.*

(h) Ad verba: *Seis legoas por dia:* Hæc est legalis dieta apud nos; de Jure vero communi erant viginti millia passuum, ex *L. Itinere, ff. de Verb. signif.* Et hanc mensuram leucam explicat Leit. *de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. à n. 30.*, Peg. *tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 7. ad princip. n. 7. & 8.*, & *tit. 8. §. 1. n. 1.*, & *tom. 3. tit. 31. §. 1. n. 8. & 9.*, ubi dicit leucam constare è quatuor millibus passuum; sed in *tom. 14. in Addit. ad tit. 7. n. 6.*, dicit judicatum fuisse leucam Lusitanam habere 2844. braças de duas varas e meya cada braça.

(i) Ad verba: *Salvo se jurar.* Nota, quod non excluditur contraria probatio, *Cost. de Styl. annot. 13. n. 32.*

(k) Vide Farinac. *in Prax. crimin. q. 16. per tot.*, Larream *dec. 27.*, Castilh. *lib. 3. Controv. cap. 21. à n. 14.*, Concil. *Resol. crim. 1. verb. Accusator*, Arouc. *Alleg. 23.*, Barbos. *in L. Eun*, qui temere, *n. 161. ff. de Judic.*, Guazin. *de Defens. Reor. defens. 3. cap. 13.*, Peg. For. *cap. 16. n. 85.*, & *86.*

Si autem denuntiator non condemnetur in expensis, vel illi saltem jus non reservetur, non potest pro illis à denuntiato conveniri; Arouc. *Alleg. 68. n. 29.*, & *alleg. 47. n. 5.*; sed contrarium tenet Farinac. *d. q. 16. num. 30.*

Et vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. Se os Juizes da causa crime omittirem a condemnação de custas, e damnos ao denunciador, principalmente havendo-a o Réo pedido perante elles, naõ se pôde pedir por accão nova civilmente em outro processo; e assim se julgou na appellação de Lisboa, entre partes Domingos da Costa com Francisco Rodrigues da Costa, de que foi Escrivão Manoel Gomes Machado no anno de 1682.; porque aos Juizes criminales sómente pertencia declarar, que a denunciação naõ fora provada em forma, para que o denunciante merecesse a dita condemnação, e mayormente quando o denunciado naõ sabio aggravado da injusta pronunciaçō, mas por livramento ordinario: nos quaes termos se pôde dixer, que naõ sómente foi absoluto por falta de prova do denunciante, que saõ os termos de la Ley, mas também pela que elle deu: & faciunt ea, que Giurb. *dec. 65. n. 10.*, Castilh. *tom. 6. cap. 135. n. 16.*

Nota etiam, quod tunc condemnabitur denunciator, quando accusaverit, quin aliquam probationem, vel indicia pro se habeat; si enim habuerit pro se famam publicam, vel similes conjecturas, tunc, etiamsi non probet, excusabitur; Jul. Clar. *§. fin. q. 62. n. 8.*, cum aliis, quos citat Portug. *de Donat. Reg. p. 2. lib. 1. cap. 18. n. 18.*, ubi ita judicatum refert. Et an hæc Lex comprehendat fœminam malitiosè accusantem? vide Arouc. *in L. In multis, 9. ff. de Stat. homin. n. 5.*

(a) Deci-

Custas pessoeas naõ se vencem entre pay , e filho , genro e sogro , *liv. 3. tit. 67. §. 4.*

Custas do processo se contaõ sómente as que se fizeraõ no processo , e mais naõ , *liv. 1. tit. 91. §. 19.* (a)

Custas do processo paga o condemnado nos feitos crimes , em que o Promotor , ou Procurador d'El-Rey foi parte , *liv. 3. tit. 67. §. 3.* (b)

Custas do que está detido, por naõ achar navio, que o leve , se lhe contaõ tambem de todos os dias , que por essa causa se detiver , *liv. 1. tit. 91. §. 14.*

Custas dos Officiaes , que trabalhaõ em seus officios , como saõ Alfayates , Capateiros , e outros mesteres , se lhe contaõ dos dias , que appareceraõ em Juizo , ou deraõ inquirições , ou viraõ jurar testemunhas , e os dias de costume , *ibid. §. 15.* (c)

Custas dos Jornaleiros , que andaõ a jornal continuamente no Lugar da demanda , ou vivem por soldada, se lhes contaõ os mesmos dias , *ibid.*

Custas de pessoa honrada , que trouxer consigo algum homem de cavallo , ou de pé , que com elle viva , se lhes contaõ do homem de cavallo quinze reis por dia , e quinze para o cavallo ; e da de pé , a doze reis por dia , *ibid. §. 16.*

Custas da mulher honrada , que consigo traz servidores , homens , ou mulheres , se lhe contaõ só de hum servidor , posto que traga mais , e que esse seja de quatorze annos para cima , *ibid. §. 17.*

Custas daquelle , que traz muitos feitos com huma parte , ou diversas , se contaõ sómente do feito findo , *ibid. §. 18.*

Custas em dobro , ou tresdobro , se devem contar , quando o Juiz assi o ordenar , *ibid. §. 19.*

Custas em dobro , nellas he condemnado o que naõ aggravou bem como devia em petição , ou instrumento , *liv. 1. tit. 5. §. 7.*

(a) Decidit Lex Regia , quod si Judex condemnnet in expensis actorum , debent solùm calculari expensæ processus . Quid autem , si Judex non condemnnet in expensis processus , sed simpliciter dicat , quod condemnat in expensis , an in hoc casu debeant calculari non solùm expensæ processus , sed etiam sumptus personales tamquam in condemnatione comprehensi ? vide Sabell. in Sum. §. Damnum , num. 17. , Peg. For. cap. 16. à num. 102.

(b) Explicat Sylva in Commentar. ad hunc §. à n. 9. ; & vide infra verb. Custas naõ ha entre o Procurador d'El-Rey , &c.

Tom. I.

Custas se contaõ ás partes vencedoras de todas as barcas , que passarem a travez , de vinda , e tornada para suas casas , e de barcas de longo do rio , os dias de pessoa a seis legoas por dia , *liv. 1. tit. 91.*

### §. 20.

Custas dos que vierem por mar de Lugar , de que podiaõ vir por terra , se contaõ a seis legoas por dia ; e se vierem de Lugar , de que naõ podiaõ vir , senão por mar , se lhes conta todo o tempo , que andaráõ no mar , quanto á vinda , *ibid. §. 21.*

Custas do que vem requerer , e acha quem o agasalhe de graça , se lhe contaõ como se coméra á sua custa , *ibid. §. 22.*

Custas do Official , que está sempre na audiencia , como he o Procurador , Escrivão , e Porteiro , naõ se lhe contaõ os dias de pessoa , nem de costume , *ibid. §. 23.*

Custas dos Cavalleiros , e Escudeiros se contaõ dos dias , que aparecerem , *ibid. §. 25.*

Custas dos que em lugar de calvagaduras tra- zem azemelas , se contaõ de cada servidor como de homem de pé : e de cada azeme- la com seu Azemel por huma cavalgadu- ra , em quanto couber no numero das ca- valgaduras , *ibid. §. 26.*

Custas das cavalgaduras se contaõ até vinte a cada hum dos Mestres das Ordens , Ar- cebispos , Bispos , Condes , e Prior do Crato , *ibid. §. 24.*

Custas das cavalgaduras se contaõ ao Com- mendatario de Alcobaça até nove ; aos Abades Bentos até quatro , aos Com- mendadores móres , e outros Fidalgos até seis ; aos Desembargadores , Doutores , Licenciados , Mestres em Theologia fei- tos por exame em estudo gérал , ou Ca- valleiros , ou Escudeiros honrados , até quatro cavalgaduras , *ibid.*

Custas das cavalgaduras se contaõ aos vence- dores , fendo suas proprias , e naõ alheyas , e que costumaõ trazer consigo , quando vaõ fóra de suas casas , *ibid.*

### Custas

(c) Vide Cabed. 1. p. dec. 15. n. 6.

(d) Ad verba : De quatorze annos para cima ? Vide se- quentem Notam Senatoris Sardinha : Idem videtur à for- tiori in Actore Minore , qui non habet personam stanti in Judicio , nisi per Tutorem , ut in Ord. lib. 5. tit. 124. §. 15. , & lib. 3. tit. 41. §. 6. ; mas o contrario se julgou no feito crime de Antonio Machado , R. Diogo de Carvalho , em que se mandá- rao contar dias a seis filhas suas Menores de doze annos , que vie- rão accusar com sua Mão ; porque para mover o animo dos Juizes , e constar do seu desamparo agebat personaliter ; em o 1. de Abril de 1613. Judicibus Fialho , Barreto , Collaço , revogando a sen- tença de Fonseca , Juiz da Chancellaría.

Custas das cavalgaduras não são contadas a nenhuma pessoa das sobreditas, quando trouxer demanda no Lugar, onde he morador, *liv. 1. tit. 91. §. 25.*

Custas das cavalgaduras se contaõ aos sobreditos, quando a demanda for com pessoa igual a elles, ou de mayor condiçāo, *ibid. §. 25.*

Custas dos que vem de fóra para testemunhas se pagaõ conforme as custas de pessoa, e o mais que de seus officios, e mesteres perderem, *ibid. §. 29. (a)*

Custas em tresdoble paga nas demandas o que toma armas, que lhe naõ pertencem, ou se chama fidalgo, posto que seja vencedor, e quer seja oppoente, ou assistente, *liv. 5. tit. 92. §. 3.*

Custas naõ ha entre o Procurador d'El-Rey e seu Vassallo; e entre pay e māy, filho ou filha, genro e fogro, *liv. 3. tit. 67. §. 3. e 4. (b)*

Custas pessoas, e processaes, paga sempre o remettido ás Ordens, *ibid. §. 5. (c)*

Custas do livramento pagaõ os accusados pela Justiça, posto que sejaõ absolutos, *ibid. §. 6. (d)*

Custas do processo da execuçāo, ou de penhora, paga sempre o condemnado, *liv. 3. tit. 86. §. 31.*

Custas paga o Réo pela parte, em que foi condemnado no principal; e o Auctor pela parte, em que o Réo foi absoluto, *liv. 3. tit. 67. §. 2. (e)*

Custas pessoas paga o vencido, que naõ dá penhores bastantes, ou os esconde, *liv. 3. tit. 86. §. 14.*

Custas paga em tresdoble o Auctor, que de-

manda mais, do que lhe he dividio, *liv. 3. tit. 34.*

Custas dos autos paga sempre a parte, que he vencida, posto que tivesse justa causa de litigar, *liv. 3. tit. 67. (f)*

Custas pessoas naõ paga a parte, que teve justa causa de litigar, *ibid.*

Custas singelas paga a parte vencida na demanda, que fez sem alguma malicia, *ibid. §. 1.*

Custas do retardamento no caso da suspeição, o que as vence naõ he obrigado a torna-las á parte, posto que na sentença final seja vencedor do principal, e custas, *liv. 3. tit. 22. §. 4.*

Custas do retardamento, o que for condemnado nellas, naõ he ouvido, em quanto naõ as pagar, e as que recrescerem; e corre o feito á revelia, *liv. 3. tit. 20. §. 37. (g)*

Custas do retardamento se naõ tornaõ á parte, que venceo, aindaque depois seja vencida na causa principal, *ibid. (h)*

Custas do retardamento em dobro paga o Seguro, que quebra as Cartas, *liv. 5. tit. 130. §. 2.*

Custas do retardamento pagaõ as partes, ou seus Procuradores, por cuja culpa se retardão os feitos, *liv. 3. tit. 20. §. 37.*

Custas do retardamento paga o que vence feito contra algum preso, e naõ faz contar logo o feito, e assignar a sentença, *liv. 1. tit. 90. §. 39.*

Custas do retardamento em dobro paga o Contador, que naõ conta dentro em dous dias o feito do preso, *ibid.*

Custas do retardamento paga o Juiz, que processa autos, em que ha erro, se elle naõ o supre, *liv. 3. tit. 20. §. 10. (i)*

Custas

(a) Vide Ord. *lib. 3. tit. 55. §. 6.*, Cabed. *p. 1. dec. 15. n. 6.*

(b) Vide supra notata verb. *Costume antigo he neste Reyno naõ haver custas nas causas, em que he Auctor, ou Reo o Procurador dos Feitos d'El-Rey.*

(c) Vide supra notata verb. *Chamando-se ás Ordens algum accusado em feito crime, &c.*

(d) Peg. *For. cap. 16. n. 96.*, Joan. Pint. Rib. *in Relat. 3. n. 36.*, Thom. Vaz *Alleg. 95. n. 2.* Et nota, quod post pronuntiationem potest cogi Reus ad solutionem expensarum etiam ante sententiam, *Ord. liv. 1. tit. 65. §. 34.*; si vero sententia proferatur in Delegatione, vulgo *Alçada*, comprehenduntur in ea non solum expensæ processus, sed etiam sumptus, seu expensæ ejusdem Delegationis, Freir. *na Pratic. das Alçadas*. *cap. 12. n. 27.*, ut notat hic Senator Oliveira. Et vide supra notata verb. *Accusado por devassa pela Justiça, paga as custas de seu livramento.*

(e) De hac condemnatione expensarum secundum merita litigantium, vide Peg. *For. cap. 16. 2. n. 70.*, Berlich. *p. 1. concl. 78.*, Fragos. *de Regim. Reipubl. p. 1. lib. 5. disp. 12. §. 2. n. 52.*, & *disp. 13. §. 8.*, Fontanel. *dec. 95. cum seq.*, Petr. Barbos. *ad L. Eum*, qui temere, *ff. de Judic.*

(f) Quæ sit justa causa litigandi, examinat Menoch. *de Arbitrar. lib. 2. cas. 177.* Et etiam ab expensis debitibus ex stipulatione non excusat justa causa litigandi; Cortiad. *dec. 22. n. 102.*, Gratian. *For. cap. 33. n. 2.*, & *dec. 126. n. 17.* Et nota, quod in Ord. *liv. 5. tit. 92. §. 5.* est casus, in quo, etiam vincens solvit expensas triplicatas.

(g) Mend. *in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 2. n. 12.*, Peg. *For. cap. 16. n. 47.*, & *65.* Et nota, quod potest pars supplicare per petitionem gravaminis de Ordinatione non servata, si Judex non condemnaverit in retardatis; Barbos. *in L. Eum*, qui temere, *n. 15. 1. ff. de Judic.*, Gratian. *dec. 50.*, Mend. *d. loc. n. 13.*

(h) Vide Peg. *For. cap. 16. n. 67.*, ubi à *n. 69.* excitat questionem: An dispositio hujus Legis procedat in exceptionibus dilatoriis, sicut in peremptoriis? & partem affirmativam amplectitur, & pro ea refert judicatum in *n. 32.*

(i) Concordat Ord. *lib. 3. tit. 47. §. 2.*, ex qua patet, quod etiam Judices in expensis condemnantur, & ex Ord. *lib. 1. tit. 65. §. 9.*, & *§. 69.*, de quibus Peg. *For. cap. 16. n. 97.*, quem vide *cap. 3. n. 894. ad fin.*

(a) Limi-

- Custas do retardamento paga o Julgador, que procede em feito sobre bens de raiz, sem haver procuração da mulher, *liv. 3. tit. 63. §. 4.*
- Custas pessoaes em tresdobro paga o que põem embargos á execução da sentença, tendo-os já allegados antes della, ou depois, *liv. 3. tit. 87. §. 7.*
- Custas em dobro paga o que põem embargos á sentença, se não vence, *ibid. §. 8.*
- Custas em dobro paga o que põem embargos á Chancellaría, se não se recebem, ou se não provaõ, *ibid. §. 9. (a)*
- Custas em dobro paga a parte, que foi achada em malicia na demanda, *liv. 3. tit. 67. §. 1. (b)*
- Custas de sentença sobre acção, e reconvenção paga cada hum pela parte, que he vencido, *liv. 3. tit. 67. §. 2.*
- Custas, em que os Julgadores condenão as partes, não entraõ na alçada, que lhes he dada, *liv. 3. tit. 84.*
- Custas paga o litigante, que mostra carta de rogo para seu feito, *liv. 3. tit. 98.*
- Custas em dobro paga o parente do morto,
- que torna a accusar ao que estava livre por sentença *liv. 5. tit. 131. §. 1.*
- Custas da absolvicão da instancia paga o Auctor ao Réo, *liv. 3. tit. 20. §. 18.*
- Custas, se ha nellas erro conhece o Juiz da Chancellaría, *liv. 1. tit. 14. §. 4.*
- Custas de absolvicão paga o Auctor ao Réo, sendo-lhe recebida a exceção declinatoria, e provando-a, ou confessando-a o Auctor, *liv. 3. tit. 20. §. 6.*
- Custas de citação paga o Auctor, que muda a substancia da acção, para que citou, *liv. 1. tit. 1. §. 7.*
- Custas *pro rata* paga o que he absoluto em parte, e em parte condemnado, *liv. 3. tit. 67. §. 2.*
- Custas da absolvicão paga o Auctor, que veyo com libello, pelo qual não podia ter acção, *liv. 3. tit. 20. §. 16.*
- Custas da obsolvicão paga o Auctor, quando a sua procuração não he bastante, ou por direito não val, *liv. 3. tit. 20. §. 10.*
- CUTILADA** pelo rosto, se alguem a dá, ou a manda dar, tem pena de perdimento de sua fazenda, e de degredo para o Brasil para sempre, *liv. 5. tit. 35. §. 7. (c)*

(a) Limita, si pro se habuit opinionem alicujus Senatoris, qui exceptiones admittendas putavit, *Gam. dec. 324. in fin.*  
 (b) Barbos. in *L. Eum*, qui temerè, num. 49., & num. 237. ff. de *Judic.*, Mend. in *Prax. part. 2. lib. 3. cap. 2. n. 9.*, Harppr. ad §. 1. à num. 101. *in fin.* de *Pæn. temerè*

*litigant.*, *Fontanel. dec. 97.*, *Arouc. Alleg. 68. num. 28.*  
 (c) Hæc Lex fuit ampliata per Leg. Reform. Just., ubi in §. 13. decretum est, quod nobiles hoc crimen committentes, nobilitatem amittant, & tamquam plebei puniantur; quæ Lex est in Ord. lib. 5. tit. 130. Coll. 1. num. 1.

## Letra D.

### DA

- D**ADIVAS, vide verb. *Peitas.*  
 DADOS, vide verb. *Jogar dados.*  
 DAMNO de alguns, se for mayor que o proveito particular, se deve atender, para se evitar, *liv. 4. tit. 43. §. 10. e 14. juncto §. 9. in fin.*  
 Damno dado, ou feito, se próva pelo juramento da parte, a quem se fez; mas para

se faber quanto, se manda avaliar por dous Officiaes, *liv. 3. tit. 52. §. fin. (a)*

Damno, dando-o muitos, fica obrigado cada hum in solidum, *liv. 5. tit. 133. in princip.*

Damno, que sobreveyo na coufa vendida, he por conta do comprador, *liv. 4. tit. 8. (b)*

Damno, que sobreveyo na venda condicional, he por conta do comprador, *ibid. §. 2. (c)*

### Damno

(a) Concordat Ord. lib. 1. tit. 7. §. fin., & vide latè Hermofili. L.8. glof.6. & 7. tit. 3. part. 5., & L.10. glof.4. tit. 1. partit. 5. n. 357., Gratian. For. ctp. 772. n. 21., Urceol. conf. 84. n. 18., Romaguer. ad Conciol. in Statut. Eugub. lib. 6. rubr. 8. n. 13., Leotard. de Usur. q. 77. à n. 58., Gabr. Per. dec. 47. n. 15. Et hoc juramentum in item defertur etiam pro aestimatione rerum amotarum contra mulierem no-

lentem eas restituere marito; Farinac. in *Prax. crimin. tit. de Furt. q. 174. n. 108.* Nota verò, quod hoc juramentum non datur contra heredem furis; Mend. in *Prax. p. 1. lib. 4. cap. 8. n. 48.*

(b) Vide supra verb. *Comprador tem a perda, e damno da causa comprada, &c.*

(c) Vide supr. verb. *Comprador tem o damnificamento, &c.*

(a) Leit.

Damno feito em horta , ou pomar , naõ se sabendo quem o fez , o Juiz perguntará á custa da parte , e a seu requerimento , até oito testemunhas devassamente , *liv. 1. tit. 65. §. 32. (a)*

Damno de valia de quatro mil reis , o que o fizer em arvores , he açoutado , e degradado quatro annos para Africa ; e de valia de trinta cruzados para cima , he degradado para sempre para o Brasil , *liv. 5. tit. 75. (b)*

Damno feito em casa de Jogador , que dá tabolagem , naõ o poderá elle demandar , *liv. 5. tit. 82. §. 5. (c)*

Damno , que acontece na coufa vendida , que consiste em numero , peso , ou medida , antes de ser pesada , ou medida , pertence ao vendedor , *liv. 4. tit. 8. §. 5. (d)*

Damno , que teve algum companheiro por razaõ da companhia , se deve descontar della , *liv. 4. tit. 44. §. 10. (e)*

Damno feito em Estalagem he obrigado a paga-lo o Estalajadeiro , se deixar sahir da Estalagem pessoa alguma , antes de o notificar ao Juiz do Lugar , *liv. 5. tit. 64. (f)*

Damno feito nas casas , herdades , quintas , e gados de algum Desembargador , será emendado pela parte , que o fez , e pagará mais seis mil reis de encoutos , *liv. 2. tit. 59. §. 7.*

Damno , que teve o Menor por culpa do seu

Tutor , lho pôde demandar , *liv. 3. tit. 41.*

§. 9. (g)

Damno , que o fogo fez em paens , vinhas , olivaes , novidades , e arvores de fruto , colmeyas , coutadas de matos , soveraes , pacigos , quer sejaõ de partes , ou proprios dos Concelhos , ou baldios , se estima pelo Juiz , sendo a parte presente , a quem o damno tocar , e se arrecada pelos bens do damnificador , *liv. 5. tit. 86. §. 1. (h)*

Damno de fogo feito em matos , e pacigos dos Concelhos , e baldios , se estima , havendo respeito á perda , que os Concelhos recebem por falta das ditas coufas , que assi forem queimadas , *ibid.*

Damno , se o fogo o fizer , se tira logo devassa de quem o pôs , nos Lugares , que para isso mais convenientes parecerem ; e naõ havendo damno , nem se queixar disso alguem , naõ se tira devassa , *ibid. §. 2. e 4.*

Damno , que se seguir do pôr do fogo , paga da cadêa o que o fez , e he degradado dous annos para Africa ; e se he Cavalleiro , ou Fidalgo , paga o damno , e he castigado segundo o damno for , *ibid. §. 5.*

Damno , que fez o escravo em pôr fogo , paga o Senhor , ou dá o escravo para se vender , e do preço se paga o dito damno , e he o escravo açoutado publicamente , *ibid. §. 5.*

### Damno

(a) *Leit. de Inquisition. quest. 3. n. 150.* Sed limita hanc Legem in segetibus tritici , ordei , & similiuth ; Phæb. p. 2. art. 180. Et de istiusmodi furto olerum , herbarum , & pomorum , vide Berlich. p. 5. concl. 53. , Basilic. dec. 27. Et an possit viator hortos , aut vineas ingredi , & uvas , aut poma comedere ? vide Gratian. For. cap. 80. à n. 16. , Sabell. in Sum. §. Uva , n. 2. , Cortiad. dec. 212. ex n. 73. , Berton. de Neglig. & Omnis. artic. 12. n. 21.

(b) Vide supra verb. *Arvore de fructo.*

(c) Ex L. 2. in princ. , & §. Notandum , ff. de Aleatoribus ; Farinac. in Prax. crimin. quest. 109. n. 137. , Sabell. in Sum. §. Ludus , n. 5. , Molin. de Just. & Jur. disp. 521. Isti enim , qui ludos in domo retinent , maius delictum committunt , quam ludeentes , immo peiores sunt ipsis aleatoribus , Cortiad. dec. 262. à n. 86. ; & ideo præter poenas à jure impositas , impune damnum illis fieri permititur per hanc Legem. Cætera vide verb. *Tabolagem de jogo público* , &c.

(d) Vide supr. verb. *Coufa de peso , e medida , que se gasta* , &c.

(e) Damnum alicui ex sociis occasione societatis factum , commune esse tenent omnes ; ut videre est apud Felic. de Societ. cap. 19. n. 42. , & cap. 27. n. 12. , Altimar de Nullit. contract. tom. 4. q. 25. n. 115. , Valenzuel. cons. 147. ex n. 21. , Gam. dec. 239. Et vide supra notata verb. *Companhia , aindaque seja acabada* , &c.

(f) Vide Harppr. ad §. 3. Instit. de Oblig. , que ex quasi delict. &c. à n. 3. , latè Peg. For. cap. 3. ex n. 288. , Sabell. in Sum. §. Capones , n. 1. , & Resol. 37. n. 2. , Guttier. in Prax. crimin. q. 162. , latè Farinac. in Fragm. verb. *Capones* , p. 1. ,

Caldas in L. Si curatorem , verb. *Per quod* , n. 24. , Mascard. de Probat. concl. 832. , Clarus §. *Furtum* , n. 27.

Et nota , quod Caupo tenetur ad custodiā rerum viatoris in hospitium receptarum , quamvis seorsum merces illi non dentur custodiæ causa ; L. 5. ff. Naut. Caupon. , & stabular. , Gom. tom. 2. Var. cap. 7. n. 2. , Bovadilh. in Polit. lib. 3. cap. 4. n. 92. , Phæb. dec. 149. n. 28. , Peg. For. cap. 3. n. 284. & 299.

Et creditur hospitibus contra Cauponem super rebus illis ablatis , ut furtum solvat , & restituat ; Jul. Clar. d. n. 27. , Bovadilh. d. n. 92. prop̄ fin. Aylon ad Gom. tom. 2. Var. cap. 7. ad n. 2. vers. Nauta , Mascard. d. concl. 832. n. 10.

Quod amplia , etiamsi Caupo tradat claves hospitibus ; quia potest prædictus Caupo habere eas duplicitas ; Peg. d. cap. 3. n. 291. , Sabell. d. Resol. 37. n. 9.

Limita tamen , quando culpa ipsius viatoris res amissa , vel deteriorata est , vel saltem si concurrat culpa ejus ; ut v.g. si hippoperam in stabulo super equi dorso reliquerit , vel si pallium , aut pileum in cauponæ area , aliamve rem in loco non satis congruo reliquerit , vel similibus modis negligentiam commiserit ; Menoch. de Arbitrar. cas. 208. , Boecler. de Jur. hospitior. cap. 5. §. 5.

(g) Vide Guerreir. de Ration. Reddend. lib. 4. cap. 11. à n. 21. , & latissimè de Dat. Tut. , & Cur. lib. 6. cap. 35. per tot.

(h) De damno incendiæ causa proveniente , vide DD. quos congerit Peg. For. cap. 3. n. 4. , & tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 51. glo. 4. cap. 37. n. 5. , Sabell. in Sum. §. Incendium , n. 1. Et vide etiam quæ supra notantur verb. *Crimen de pôr fogo em paes , vinhas* , &c.

(a) Est

Damno de fogo , que tóca ao Concelho , o Procurador delle o arrecada , e entrega o dinheiro ao Thesoureiro , <i>liv. 5. tit. 86. §. 9.</i>	Dar ajuda , e favor a mercador , que quebra , para se encobrir , e salvar sua pessoa , e fazenda , tem pena de pagar as dívidas , que elle dever aos credores , e he castigado como participante no mesmo levantamento , <i>liv. 5. tit. 66. §. 6. (g)</i>
Damno feito pelo gado em vinhas , paõ , ou olivaes , o paga o dono do gado , e as coimas , segundo as Posturas da Camara , <i>liv. 5. tit. 87. (a)</i>	Dar ajuda para tirar ouro , prata , e dinheiro para fóra do Reyno , tem pena de morte , e de perdimento de sua fazenda , <i>liv. 5. tit. 113. (h)</i>
DAMNIFICAMENTOS da causa de raiz , que foi dotada ao filho , se traz o valor delles á collaçāo com a causa dotada , ou o valor , que a mesma causa tinha ao tempo , em que foi dada em casamento , se a damnificaçāo chegar á quarta parte do seu valor , <i>liv. 4. tit. 97. §. 13. (b)</i>	Dar ajuda ao escravo para fugir , sendo Christão he degradado para o Brasil para sempre , e sendo Mouro , ou Judeo , será captivo do Senhor do escravo , <i>liv. 5. tit. 63. §. 1.</i>
DAMNINHO , que mette gado , ou bestas ácintemente em paõ , vinha , olivaes , ou pomares no tempo , em que saõ coimelhos pelas Posturas da Camara , tem pena de degredo , <i>liv. 5. tit. 87. (c)</i>	Dar ajuda para dar cutilada pelo rosto , tem pena de degredo para o Brasil , e perdimento da fazenda , <i>liv. 5. tit. 35. §. 7. (i)</i>
DAR peitas ao Juiz , e Officiaes d'El-Rey , faz perder o direito da causa , e se applica logo á outra parte , <i>liv. 5. tit. 71. §. 4. (d)</i>	Dar peçonha para matar , ou manda-la dar , posto que se siga o efeito , tem pena de morte , <i>ibid. §. 2. (k)</i>
Dar conselho , ou favor para matar a El-Rey , he crime de Lesa-Magestade , <i>liv. 5. tit. 6. §. 1. (e)</i>	Dar a alguma pessoa a comer , ou a beber cousa para querer bem , ou mal , tem pena de morte , <i>liv. 5. tit. 3. §. 1. (l)</i>
Dar conselho aos inimigos d'El-Rey por carta , ou aviso em seu desfisco , ou de seu Estado , he crime de Lesa-Magestade , <i>ibid. §. 4. e 5. (f)</i>	Dar algum malfeitor á prisão , he meyo de alcançar perdaõ do malefício , em que foi socio , ou de outro qualquer que tenha cometido , <i>liv. 5. tit. 116. (m)</i>

## DECLA-

(a) Est Text. in *L. Quintus Mutius*, ff. ad *L. Aquil.*, Antonel. de *Loc. legal. lib. 3. cap. 20. q. 2.*, *Luc. ad Gratian. cap. 80.*, & vide omnino Portug. de *Donat. tom. 2. p. 3. cap. 9. ex n. 80.*, *Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 39. à n. 5.*, *Cortiad. dec. 215. ex n. 16.*, *Peg. ad Ord. tom. 5. pag. 255.*

Et an dominis agrorum liceat inventa pecora in prædiis capere , vel interimere ? negat Harppr. in §. *Fe-  
re*, 12. *Institut. de Rer. divisi. n. 133.*, & comprobatur ex hac Lege , vide taenam Hermosilh. ad *L. 9. glof. 3.*, & 4. n. 82. *tit. 2. partit. 5.*, *Cardos. in Prax. verb. Animal. n. 9.*, *Cortiad. d. dec. 215. n. 16.*, *Gratian. For. cap. 80. à n. 2.*, latè *Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 66. §. 28. cap. 1. per tot.*

Et si pecora damnum faciant in tritico , quod est in herba , an debeat fieri aestimatio , attento tempore , quo damnum fuit factum , an attento tempore tritici maturi ? vide Menoch. de *Arbitr. cas. 149. n. 21.*, *Clar. lib. 5. §. fin. q. 68. n. 43.*, *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 19. §. 1. n. 46.*, *Gratian. For. dec. March. 57. à n. 1.*, *Cancer. p. 1. Var. cap. 13. n. 14.*, *Hermosilh. ubi supr. n. 83.*, *Sabell. in Sum. §. Damnum. n. 7.*, *Romaguer. ad Concil. in Stat. Eugub. lib. 6. rubr. 10. n. 10.*, *August. Barbos. in Castigat. ad Ord. lib. 5. n. 81.*

(b) Ad verba : Chegar á quarta parte : Quid si non ascendet ad quartam partem ? dic standum esse juri communi , ut deteriorations solvantur ab eo , qui eas fecit , re aestimata secundum tempus dotis ; Valasc. de *Partit. cap. 10. n. 17.*; & vide ad materiam Barbos. in *L. Si-  
estimatis. 51. ff. de Solut. matrim. n. 5.*, *Guerreir. de Divi-  
sion. lib. 2. cap. 13. à princ.*

(c) Vide Molin. de *Just. & Jur. tract. 2. disp. 697. n. 20.*

(d) De pœnis corruptentis Judicem vide Velasc. de *Judic. perfect. rubr. 9. annot. 13.*

(e) Vide notata supra verbo : *Crime de Lesa-Magesta-  
de he tratar a morte de seu Rey* , &c.

(f) Vide supra notata verbo. *Crime de Lesa-Magesta-  
de he dar conselho aos inimigos d'El-Rey por Carta* , &c.

(g) Vide Thom. Vaz alleg. 13. n. 196.

(h) Vide supra notata verb. *Ajuda se alguém a dá para  
levar ouro, prata, ou dinheiro* , &c.

(i) Vide supra notata verb. *Cutilada pelo rosto, se al-  
guem a dá* , &c.

(k) Hoc delictum gravius in foeminae punitur ; Matth. de *Regim. Regn. cap. 8. §. 2. n. 16.*, *Sabell. in Sum. §. Venenum, sub n. 1.* Et de materia hujus Legis vide quæ notantur supra verb. *Crime de propinaçāo de veneno* , &c. Et præter DD. ibi citatos vide Sabell. §. *Venenum* , & *Conciol. Resolut. crim. 1. 2. & 3. verb. Venenum* , *Molin. de Ju-  
st. & Jur. tom. 4. tract. 3. disp. 24. à n. 1.*, *Cyriac. Controv. 485.*, & *alios* , quos refert Peg. tom. 2. ad *Ord. lib. 1. ad Regim. Se-  
nat. Palat. §. 18. glof. 62. n. 2.*

(l) Harppr. in §. *Item Lex Cornelius* , 5. *Instit. de Public. Judic. n. 64. & 65.*, *Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 53. n. 24. &  
25.*, *Gonzal. cap. 1. de Presumpt. n. 12.*, *Basil. dec. 7. ex n. 18.* Et de his poculis amatoris vide etiam August. Barbos. de *Potest. Episcop. p. 3. alleg. 51. n. 126.*, *PP. Salmanticens. tom. 5. tract. 21. cap. 11. punct. 10. §. 1. n. 141.*, *Fermosilh. in cap. Cum non ab homine, 10. de For. compet. q. 34. n. 8.*, ubi refert , quandam mulierem cuiusdam damnatam de haeresi , ex eo quia poculum amatorium cuidam homini donavit , ut eum ad sui amorem alliceret.

(m) Loquitur hic Lex de illo , qui socium , vel alium delinquentem capiendum cum effectu tradidit : unde non procedit in eo , qui solummodo delictum revelavit. An autem quis delictum committendum revelare teneatur ? vide Gom. 3. *Var. cap. 2. n. 8. versic. Pro cuius declaratio-  
ne* , ubi Ayllon , *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. diff. 12. ex n. 101.*, *Portug. de Donat. tom. 1. p. 2. cap. 25. ex n. 83.*

(a) Vide

## DE

**D**ECLARAÇÃO pôde fazer o Juiz na sentença definitiva, *liv. 3. tit. 66. §. 6.* (a)  
**D**eclaração pôde fazer o Successor, ou Subrogado do Juiz, que deu a sentença, *ibid.*  
**D**eclaração pôde fazer o Desembargador, que entrou em lugar de outro, *ibid.*  
**D**eclaração pôde, e deve tomar o Julgador ás partes no principio da demanda, por seu officio, ou a petição da parte, para boa ordem do processo, ou para decisão da causa, *liv. 3. tit. 32.* (b)  
**D**ECLARAR deve o Aggravante, para que Julgador agrava, *liv. 1. tit. 6. §. 5.* (c)  
**D**ECLINAR não se pôde do Juizo do Almotacé, *liv. 3. tit. 5. §. 9.* (d)

Declinar para as Ordens o que he Official d'El-Rey tem pena, *liv. 2. tit. 3. §. 1.* (e)  
**D**EDEFENSOR não he recebido a defender ao Réo em feito crime, *liv. 3. tit. 7. §. 2.* (f)  
**D**efensor he recebido a defender, e allegar o justo impedimento em ausencia do Réo accusado em feito crime, *ibid. §. 3.* (g)  
**D**EFESE se pôde pôr a todo o tempo pelo Réo, *liv. 5. tit. 1. §. 2.*  
**D**efesas não podem fazer os Prelados, ou Fidalgos, em prejuizo das Igrejas, *liv. 2. tit. 23.*  
**D**EGRADADOS não podem entrar na Corte, nem no seu arrabalde, *liv. 5. tit. 142.* (h)  
**D**egrados se trazem das cadêas do Reyno á de Lisboa em ferros com suas certidões dos nomes, signaes, idades, e sentenças, *liv. 5. tit. 143.* (i)

Dega-

(a) Vide Cardos. in *Prax. verb. Sententia*, n. 78., Altimar de Nullit. *sent. tom. 1. rubr. 3. q. 9. n. 3.*, Castilh. *lib. 6. Controv. cap. 185. n. 3.*, Fragos. de Regim. Reip. *p. 1. lib. 4. diff. 10. §. 4. n. 218. & 219.*; quod intellige, durante Judicis Officio, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 3. cap. 18. n. 3.*, Altimar *d. q. 9. n. 3.*; & dummodo declaratio verbis sententiae conveniat, Mend. *d. cap. 18. n. 6.*; & non infringat totam condemnationem, Mend. *ubi supr. n. 3.*, Gam. dec. 110. à n. 36. Et plura de declaratione sententiae vide per Surd. *conf. 289.*, Salgad. de Reg. protect. *p. 4. cap. 12.*; & vide etiam Cabed. in casu notabili *dec. 95. n. 5.*, qui dicit, Senatum remisisse acta ad Judicem Ecclesiasticum propter quædam verba obscura, quæ erant in sententia per eum lata. Et nota, quod in hoc praxis est, quod Judex jubeat copiam dare parti, quæ ex declaratione laedi potest, antequam suam declarat sententiam; Barbos. in *L. Siquis intentione*, n. 117. ff. de *Judic.*, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 3. cap. 18. n. 3.*, Gratian. *For. c. ap. 68. n. 26.*

(b) Matth. de Regim. *Regn. cap. 8. §. 4. per tot.*, concordat Ord. *lib. 3. tit. 20. §. 4.* Et haec declaratio debet fieri sine juramento, Cabed. *p. 1. arest. 36.* Et quando Judex velit facere has interrogations, potest cogere partes, ut personaliter compareant; Ord. *lib. 3. tit. 7. in princ.*

Et nota, quod Reus legitimè interrogatus tenetur respondere Judicis quæstis; Delben. de *Offic. S. Inquisition. p. 1. dub. 184. se. 7. 6. ex n. 16.*, Matth. de Regim. *Regn. cap. 8. §. 4. ex n. 8.* Et potest Judex per torturam compellere Reum, ut interrogationibus satisfaciat; Delben. de *Offic. S. Inquisit. tom. 1. rub. 192. se. 7. 34.*, Matth. de Regim. *Regn. cap. 8. §. 4. ex n. 13.*, Conciol. *Resolut. crimin. 6. verb. Tortura*: quod tamen non nisi in causis criminalibus intelligo, si veritas aliter haberi non possit; ast in civilibus, seu etiam in criminalibus levioribus non potest ad torturam deveniri, sed procedendum est secundum hanc Ordinationem. Caveant tamen Judices, ne sub spe impunitatis confessionem à Reo extorqueant; Farinac. in *Prax. crimin. q. 81. n. 276.*, & seqq., & ex n. 304., Velasc. de *Judic. perfect. rubr. 14. annot. 44.*, & in *Compend. de Judic. perfect. à n. 60. usq. ad 63.*, Sabell. in *Sum. §. Confessio*, n. 55.

(c) Vide supr. notata verb. *Aggravantes devem logo declarar, para que Juizo aggravaõ.*

(d) Vide infra notata verb. *Privilegio de Juiz do seu foro não val em caso de Almotaceria.*

(e) Vide omnino Gabr. Per. dec. 58. à n. 25., & de *Man. Reg. cap. 48. à n. 12.*, Fermosin. in *cap. Ecclesia de Constitut. q. 53. à n. 3.*, Delben. de *Immunitat. cap. 8. dub. 9.*, Scan. in *Propugnac. di/cept. 13. cap. 5.*, & alios DD. supra relatos in verb. *Chamando-se ás Ordens algum Official d'El-Rey*, &c.

(f) Vide Ord. *lib. 5. tit. 124. §. 14. & 15.*, Leit. de *Se- curit. q. 10. n. 48. & 49.*, Conciol. *Resolut. Crim. verb. Pro- curator, resolut. 1. & 2.*, Landim de *Modi proced. contra absen-*

*tes, quest. 10.*, Velam *Dissertat. 39. n. 34.*, Thom. Vaz ad *Reform. Just. §. 21. ex n. 266.* Et vide supra verb. *Accusado por feito crime, &c.*

(g) Vide latè Mend. in *Prax. p. 1. lib. 5. cap. 4. per tot.*, Peg. *tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. ex n. 1.* Et vide sequentem Notam Senatoris Sardinha. *Ad verba*: E defender, e allegar o justo impedimento; amplia, ut declinatorias omnes allegare posse, & dilatorias; Bartbol. in *L. penult. §. Ad crimen, ff. de Public. Judic. n. 18.*, & ibi Paulus in *L. Servum*, §. *Publicè, ff. de Procurator.*, Guid. dec. 338., Menoch. de *Arbitr. cas. 80. n. 75.*, Clar. q. 32. n. 19. vers. *Paxiter.* Amplia etiam in *peremptoriis*, Menoch. *ubi supr. n. 78.*, ubi dicit admitti ad impedientum, ne processus minus legitimè fiat. Et etiam allegare potest delinquentem non teneri comparere, quia inquisitio nulla sit, vel calumniosa; Hippolyt. *conf. 43. n. 39.*, & *conf. 49. n. 6.*, & *conf. 24. n. 6.*, Menoch. *d. cas. 80. n. 82.*, Guid. q. 338., Mend. à *Castr. lib. 5. cap. 4.* Et admittuntur testes, & notoriae probationes in continentis, Menoch. *d. cas. 80. à n. 79.* Item perfecto processu admittitur ad appellandum Procurator, & ad allegandam notoriam nullitatem; Menoch. *d. cas. 80. n. 80.* Item in capitalibus admittitur pater, filius, & dominus pro suo interesse, & damno; & latè ampliat ad alios consanguineos Gabr. *lib. 7. concl. 9. n. 47.*, Gail *lib. 2. de Pace*, *cap. 8.*, Mend. à *Castr. in Prax. lib. 5. cap. 4.*

Et quando Procurator, Defensor, vel Excusator, possit comparere in Judicio pro absente criminaliter inquisito de delicto publico capitali, & debeat admitti, & quando secùs; vide Cyriac. *Controv. for. 488.*, & Clar. in *§. fin. q. 32.* Nota autem, quod iste Excusator non teneatur satisfare de presentando Reum citatum in judicio; Valasc. *conf. 66. n. 14.* Et vide supr. notata verb. *Citado por feito crime pôde aparecer por seu Procurador, &c.*

(h) Fraff. de *Patronat. Reg. cap. 49. à n. 29.*, Scobar de *Pontific.*, & Reg. *jurisdic. cap. 29. ex n. 34.*, Berlich. *p. 4. concl. 72.* Et intellige hanc Legem de ingressu voluntario, non verò de necessario; Giurb. *conf. 81. n. 11.* Quid autem, si transiens ingrediatur? idem Giurb. *d. conf. 81. n. 14.*, Sabell. in *Sum. §. Exilium*, n. 6., Novar. *For. quest. 28. à n. 1.*, & *p. 1. quest. 3.*, ubi resolvit, quod ingressio non sufficit, nisi apprehendatur; & idem dicit Sabell. *d. §. Exilium*, n. 7., sed contrarium resolvit in *d. n. 7. versic. Contrarium*.

(i) Ad hanc Legem notat sequentia Senator Oliveira: Nas cadêas de Lisboa costuma o Regedor mandar recolher os que vem degradados por sentenças dos Bispos para galés, ou para as Conquistas, e os fazem embarcar; no que sempre tive, e tenho grande dúvida: porque os Bispos, ou seus Vigarios não tem jurisdição mais que para degradar para fóra do seu Bispado, e não para outros Lugares, que são de diversa jurisdição, conforme o Text. na *L. Relegatorum*, 7. §. Sicut autem, & seqq. ff. de *In- terdict.*, & *Relegat.* De quo etiam vide Scobar de *Pontific.* & Reg. *jurisdic. cap. 29. n. 34.*, Fraff. de *Patronat. tom. 1. cap. 49. ex n. 83.*

(a) Ad

Degradado ; que naõ cumpre o degredo , se lhe accrescenta a pena ; e se for degredo para sempre , tem pena de morte , *liv. 5. tit. 144. (a)*

Degradado pôde haver Alvará de prorogação por dous mezes , *liv. 1. Regimento do Paço , §. 17. (b)*

Degradado para fóra de Villa , ou Corte , naõ he obrigado a mostrar certidaõ do degredo , *ibid. (c)*

Degradado nos Lugares de Africa naõ pôde haver licença dos Capitaes para vir ao Reyno , nem tal licença se lhe guarda , *liv. 2. tit. 47. §. 4. (d)*

Degradados pobres saõ levados a cumprir seus degredos primeiro que outros , e embarcados tanto que houver embarcação , *liv. 5. tit. 141. §. 6. (e)*

Degradados , que saõ Cavalleiros , levaõ cadea no pé , quando vaõ embarcar para o degredo , *ibid. §. 8.*

Degradados haverão certidaõ do degredo cumprido , *ibid. §. 9.*

Degradados para a India , que naõ tiverem com que pagar as dívidas , depois de hum anno saõ levados na primeira Armada com cartas para o Governador , para que tudo o que ganharem , até a quantia , que se deve , seja enviada á Casa da India , para que a parte seja paga , *liv. 5. tit. 140. §. 5.*

Degradados para o Brasil , ou Africa , passado hum anno , naõ saõ detidos pelas dívidas , *ibid. §. 3.*

Degradados para galés , sendo Escudeiros , ou menores de dezaseis annos , ou maiores de cincoenta e cinco , se commutaõ para o Brasil , *liv. 5. tit. 141. §. 4.*

Degradados para Castro-Marim , se quizerem , podem ir servir a alguem nos Lugares de Africa , *ibid. §. 10.*

Degradados para Africa , depois de satisfeita a condenação , se estiverem dous mezes na cadea , e naõ acharem quem os tome em fiança , para se irem apresentar , seraõ soltos , *liv. 5. tit. 133. §. 2.*

Degradados para as galés , cujo degredo houver de acabar desde Outubro até o mez de Março , em que as galés estaõ desarmadas , sejaõ soltos , *liv. 5. tit. 141. §. 5.*

**DEGREDO** temporal he aquelle , que se dá para fóra de certo lugar , *liv. 5. tit. 124. §. 14.*

Degredo naõ pôde ser levantado , senaõ por El-Rey , *liv. 5. tit. 144. (f)*

Degredo de Africa se commuta para Castro-Marim , ao que naõ tem idade para cumprir o dito degredo , *liv. 5. tit. 141. §. 3.*

Degredo se dá em lugar de açoutes , com baraco e pregoão , aos que tem privilegio , *liv. 5. tit. 139. §. 1.*

**DELICTO** do Menor de vinte annos se castiga com a mesma pena , como se fora de vinte e cinco annos , *liv. 5. tit. 136. (g)*

Delicto cometido pelo Menor de dezasete annos , fica no arbitrio do Julgador dar-lhe a pena total , ou diminui-la , *ibid. (h)*

Deli-

agit de quæstione , an uxor teneatur maritum relegatum sequi ; de qua etiam vide Gutierr. Canonic. quæst. lib. 3. de Matrimon. cap. 23. ex n. 11., Boss. de Matrimon. cap. 6. §. 2. num. 45.

(f) Vide Barbos. ad Ord. lib. I. tit. 3. §. 10. n. 2., Peg. in Comment. ad eandem Ord. glos. 25. n. 14., ubi multos alios citat.

(g) Vide Matth. de Re Crimin. controv. 8. à num. 5., & controv. 16. à num. 8., & controv. 41. à num. 10., Fragos. de Regin. Reipubl. p. 1. diff. 12. §. 14. ex num. 90., Gom. 3. Var. c. 1. num. 62., Clar. lib. 5. §. fin. q. 60., & 44., Caldas in L. Si curatorem , verb. Vel adversarii dolo , ex n. 50., Farinac. in Prax. crimin. tit. de Pæn. temp. q. 92. à n. 41., Cyriac. Controv. 354. n. 27.

Et nota , quod in delicto commisso contra jus Divinum , aut Gentium , non succurritur mulieri , minori . aut rustico ; Parex. de Instrument. ed. t. tit. 9. resol. 5. n. 12.

Nota etiam , quod Parochus absque incursu irregularitatis potest exhibere librum Baptismi ad instantiam Justitiae ; ut per illum aetas delinquentis patefiat , quamvis ex hoc sequatur , quod Reus poenam capitii patiatur ; ut declaravit Cardinalium Sacra Congregatio , prout refert Calder. lib. 1. in annotat. ad dec. 16. n. 48.

(h) Vide Menoch. de Arbitr. c. 1. n. 2. , & latissime de materia Sabell. in Sum. §. Minor , à n. 2. Et an Minor in delictis restituatur , vide Gom. lib. 3. Var. cap. 1. à n. 55., Bovadilh. in Politic. lib. 4. cap. 5. n. 40., Parex. de Instrument. edit. tit. 9. resol. 5., Cyriac. Controv. 268. n. 29.

Ff (a) Vide

(a) Ad materiam hujus Legis vide Berlich. part. 4. concl. 72., Giurb. conf. 47. à n. 21., Clar. lib. 3. §. fin. q. 71. n. 13., Conciol. Resol. crim. verb. Exilium , resol. 1., Cor. tiad. dec. 85. à n. 13., Calder. p. 2. dec. 59. à n. 9., Sabell. in Sum. §. Exilium , n. 8.

Et nota , quod potest Princeps veniam concedere in hoc delicto contraventionis exilii , absque partis remissione ; Calder. p. 1. dec. 32. n. 30., sed intellige cum Cabed. p. 1. dec. 75. n. 6., Mend. à Castr. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 20., Barbos. ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 9. n. 2., Peg. in Comment. ad 1. §. n. 15.

Et quid in relegato ad triremes pro tempore , vel in perpetuum , si ab eis aufugerit : vide Cortiad. dec. 86. n. 63. & 64.; sed per Leg. Extravag. latam die 26. Septembr. anno 1603. decretum fuit , quod proscripti ad triremes , si ab exilio aufugerint , mortis flagitio subjiciantur ; ut videre est in Ord. lib. 5. tit. 141. Coll. 1. n. 3.

Et an Judices , qui condemnarunt Reum ad exilium , sint competentes ad infligendam poenam mortis , propter contraventionem ejusdem exilii , vide quod statutum fuit in Placito Senatus , inserto in Ord. lib. 5. tit. 144. Coll. 3. n. 2.

(b) Vide verb. : Alvará de prorogação , que se concede aos degradados , &c.

(c) Vide Mend. à Castr. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 20., Barbos. ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 12.

(d) Concordat Ord. lib. 5. tit. 144. §. 1.

(e) Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Rerum divis. n. 130. ubi Tom. I.

- Delição feito no ermo , se prova brádando sobre o delinquente , nomeando-o , e mostrando logo as feridas, *liv. 5. tit. 135. §. 2.* (a)
- DELINQUENTE** , que tem desembargo para haver Carta de Seguro , pôde andar com elle até tres dias , *liv. 1. tit. 7. §. 14.* (b)
- Delinquente , que mora na Corte , pôde alli ser accusado , *liv. 3. tit. 6. §. 4.* (c)
- Delinquente , que mora na Corte , pede Carta de Seguro ao Corregedor della , *liv. 1. tit. 7. §. 10.*
- Delinquente , que foi condemnado á revelia , se pôde apresentar na prisão dentro de hum anno e dia , e se pôde livrar de novo , *liv. 5. tit. 126.* , e §. 7. (d)
- Delinquente , que se acolhe a casa de algum Poderoso , será tirado della , sem lhe ser posto impedimento algum , *liv. 5. tit. 104. §. 3.* (e)
- DEMANDA** naõ recebe nenhum Julgador sem escriptura , no caso , em que ella se requer , *liv. 3. tit. 59. §. 4.* (f)
- Demandas sobre serventia , passados tres meses sem se fallar a ella , se naõ pôde mais continuar , nem tornar a ella , *liv. 1. tit. 68. §. 42.* (g)

(a) Vide supr. verb. Brádando alguma mulher sobre alguém , &c.

(b) Está revogada ; vide verb. *Carta de Seguro tem tres dias para se tirar* , &c.

(c) Vide verb. *Accusado pôde ser na Corte* , &c.

(d) Vide verb. *Condemnado em caso crime á revelia* , &c.

(e) Concordat Ordin. *lib. 1. tit. 73. §. 7.* , Salcedo in *Theatr. honor. glof. 29.* , Cortiad. dec. 237., Lagun. de *Fru-*  
*Etib. p. 1. cap. 22. ex n. 11.* ; & vide Leg. *Extravag. ad Regi-*  
*mentum Birruariorum* , vulgo *Quadrilheiros* , expeditam die  
12. Martii , anno 1603. , quae est in Ord. *lib. 1. tit. 73. Coll. 1.*  
*n. 1. §. 7.* Quod tamen limita in dominibus Legatorum ,  
Arouc. in *L. 8. §. 1. ff. de Rerum division. n. 72.* , Salced. *ub. supr.*

(f) Intellige quod ad probandam conventionem , potest tamen conventus vocari ad Judicium , ut respondeat ; an convenerit de scriptura facienda , nec ne: si tamen confiteatur , cogendus est scripturam facere , si neget , absolvetur ; probat Ordin. *lib. 4. tit. 19. §. 2.* , Valasc. de *Jur. emphyt. q. 7. n. 36.* Quod procedit in casibus , in quibus scriptura non fuerit de substantia ; si enim fuerit de substantia , nec ad solam confessionem , vel negationem vocabitur ad Judicium ; Ord. d. §. 2. , Valasc. *ub. supr. vers. Add.* , & vide Thom. Vaz *alleg. 72. n. 13.*

(g) Vide Mend. in *Prax. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 136.* , Valent. *Illustr. tract. 1. lib. 2. cap. ult. n. 5.* , Lancelot. de *Attentat. p. 2. cap. 1. limit. 2. à n. 10.* , August. Barbos. ad *cap. ult. de Nov. oper. nunt.* , Cardos. in *Prax. verb. Nuntiatio. n. 8.* , Conciol. & Romaguer. ad *Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 70. n. 7.* Sed data legitima causa , potest prorogari terminus , ut probat hæc Ordin. , Gabr. Per. dec. 61. n. 9. , Ciarlin. *Controv. lib. 1. cap. 30. n. 17.* , Urceol. *For. cap. 30. n. 35.* , & 36.

Et nota ex *L. unic. Cod. de Nov. oper. nunt.* , quod , si lis prosequatur , & intra tres menses non finiatur , audiatur ædicator , si offerat satisfactionem de opere demoliendo , juxta Text. in d. *L. unic. versic. Sin vero, Cap. pen.* , & fin. de *Nov. oper.* , ex quibus suppletur ista Ordin. , que nihil de cautione dicit , nam praxis hoc introduxit ; & vide Gratian. *For. cap. 384.* , Mend. in *Prax. Lusitan. p. 2.*

Demandas se naõ pôde fazer ao devedor por mais do que deve , ou antes do tempo de sua obrigaçao , ou pelo que o Auctor já em si tem , debaixo das penas , *liv. 3. tit. 34. 35.* , e 36. (h)

Demandas sobre força , roubo , guarda , deposito , ou soldada , se determina sumariamente , *liv. 3. tit. 30. §. 2.* (i)

Demandas sobre o recolher dos frutos , qual das partes os colherá , naõ tem ferias , *liv. 3. tit. 18. §. 3.* (k)

Demandas sobre alimentos naõ tem ferias , *ibid. §. 6.* (l)

Demandas intentadas pela mulher , que ficou prenhe , para que a mettaõ de posse em razaõ da criança , que tem no ventre , se pôde pôr nas ferias , *ibid. §. 7.* (m)

Demandas sobre os bens de algum devedor , que se finasse , sem ter herdeiros , requeirendo o crêdor , que o mettaõ de posse dos taes bens , ou se entreguem a pessoa fiel , que os guarde , tal demanda naõ tem ferias , e se pôde pôr no tempo dellas , *ibid. §. 9.*

Demandas sobre dar Tutores , ou removelos , ou escusa-los , naõ tem ferias , *ibid. §. 5.* (n)

Deman-

*lib. 1. cap. 2. num. 136.* , & Legem Extravagantem latam die 24. Julii , anno 1713. , quæ est in Ord. *lib. 1. in Regim. Senat. Palat. Coll. 1. num. 1. in versic. qui incipit : Li-*  
*cencia para se continuarem algumas obras* , &c.

(h) Vide supra verb. *Açção intentada em mais do que se deve* , &c. Et præter DD. ibi citatos , vide latè August. Barbos. in *Collect. ad Text. in L. unic. Cod. de Plus petit.* , Conciol. ad *Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 17. per tot.* , Sabell. in *Sum. §. Petitio* , *per tot.* , Cancer. *lib. 2. V. ar. cap. 6. à n. 23.* Vide etiam supra notata in verb. *Actör* , que demanda em Juizo mais do que Ibe he devido , &c. , & verb. *Actör* , que demanda seu devedor antes de tempo , &c.

(i) Concordat Ord. *lib. 4. tit. 48. in princip.* Ad verbum *Força* : Procedit non solùm interdicto recuperande , sed etiam in interdicto retinendæ , quando agitur de vi turbativa ; Gabr. Per. de *Man. Reg. cap. 21. n. 16.*

Ad verbum *Depósito* : Ex hac dispositione sequitur , quod in causis super depositi relaxatione , seu etiam restituzione , non datur appellatio ; de quo vide Salgad. de *Reg. protet. p. 2. cap. 16.* , Peg. *Forens. cap. 13. num. 150.*

Ad verbum *Soldada* : Similiter in ejusmodi causis appellatio non admittitur ; Salgad. de *Reg. protet. p. 3. cap. 2. à num. 79.* , Lanfranc. de *Salar. quest. 107.*

(k) Declarat Pereir. de *Revision. cap. 91. n. 19.* hanc Legem procedere in feriis ordinariis inferiorum Judiciorum ; secùs quod ad processus , qui in Curia , vel in Senatu expediendi sunt.

(l) Vide supr. notata verb. *Alimentos se podem demandar nas ferias* ; & vide Altimar de *Nullitat. sentent. rubr. 9. q. 40. num. 52.*

(m) Et an venter fit mittendus in possessione Majoratus , ad quem masculus vocatur ? vide Carol. de Luc. de *Linea legal. artic. 6. n. 11.* Et de materia hujus §. vide *Tir. ff. de Ventr. in possess. mittend.*

(n) Vide Conciol. ad *Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 28. n. 13.* , Altimar de *Nullitat. sent. rubr. 9. q. 40. n. 38.* , Guerreir. de *Muner. Judic. Orphan. tract. 3. lib. 3. cap. 4. n. 19.* , & tract. 5. *lib. unic. cap. 20. n. 43.*

(a) Vide

- Demandado sobre algum ser Mayor , ou Menor , ou sobre captiveiro , ou liberdade , se pôde mover nas férias, *liv. 3. tit. 18. §. 8.*
- Demandado sobre cometimento de paz ou trégoa , ou sobre causa , que pertença á prol commun , ou sobre castigo , que se haja de dar a traidores , e ladroēs , se pôde mover no tempo das ferias, *ibid. §. 10.* (a)
- Demandado sobre forças novas , suspeiçoēs , e execuções de sentenças , se podem mover em tempo de férias , *ibid. §. 11.* (b)
- Demandado sobre despejo de casas he summa-  
ria , *liv. 3. tit. 30. §. fin.* (c)
- Demandado , quando El-Rey a manda espaçar  
ao que vai á guerra , ou armada , naõ he este obrigado a dar fiança , *liv. 3. tit. 37.*  
§. 5. (d)
- DEMANDADO por reivindicaō dentro de anno e dia , será obrigado a responder perante o Juiz do seu foro , ou do Lugar , onde a causa está , qual o Auctor mais quizer , *liv. 3. tit. 11. §. 5.* (e)
- Demandado pôde ser para algum Lugar o que nelle fez algum negocio , trato , ou administraō , *ibid. §. 3.* (f)
- Demandado por escriptura pùblica , ou Alvará , que tenha força della , tem dez dias para allegar , e provar suas exceições , *liv. 3. tit. 25.* (g)
- Demandado sendo algum por escriptura de dote com certidaō do matrimonio , se procede na causa por dez dias , *ibid. §. 5.* (h)
- Demandado sendo algum como herdeiro , por escriptura pùblica feita com seu antecessor , naõ tem lugar a assignaō de dez dias , *ibid. §. 10.* (i)
- Demandado por escriptura , ou Alvará , de que naõ mostra paga , ou quitação nos dez dias , he condemnado por sentença *ibid. in princ.* (k)
- Demandado por alguma causa , que nomêa outro por Auctor , se este naõ vem a defende-lo , lhe paga as custas , e lhe torna o preço , *liv. 3. tit. 45. §. 3.* (l)

## Demand-

quando Judex terminum præfinivit , Mend. in *Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 56.*, Peg. *For. cap. 1. n. 221.*, Cabed. *d. dec. 28.*

Nota etiam , quod hi decem dies assigantur , quando proprium exhibetur instrumentum , & non quando producitur ejus exemplar ; Barbos. *ad banc Leg. n. 12.*, Peg. *For. cap. 1. n. 155.*, Arouc. *alleg. 80. n. 76.*, Phæb. *p. 1. arest. 4.*, Parex. *de Instrum. Edit. tit. 1. resol. 3. à n. 3.*, Vaz *alleg. 76. n. 8.*, Mend. à Caſt. *p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 4.*, Sylv. *in Commentar. ad banc Ord. in princ. n. 48.* Et vide supr. verb. *Alvarás reconhecidos em Juizo* , &c.

(h) Vide Portug. *de Donat. Reg. lib. 1. Prelud. 2. n. 75.*, ubi notabilem intelligentiam præstat ; & in *n. 78.* firmat dispositionem hujus Ordinationis procedere in quolibet alio instrumento conditionali , quod per aliam scripturam purum fieri potest ; Cabed. *p. 1. dec. 33. n. 10.*, Mend. in *Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 17.*, Peg. *For. cap. 1. n. 162.*, vide etiam Moraes *de Execut. lib. 3. cap. 4. n. 6.*, Caſtillo. *de Aliment. cap. 36. §. 3. à n. 35.* Et an similiter ad dotis restitutionem agi possit hac via summaria decem die- rum : vide Moraes *de Execut. lib. 2. cap. 8.*

(i) Mend. in *Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. n. 18.*, & *p. 2. cap. 22. n. 22.*, Cabed. *p. 1. dec. 33.*, Vaz *alleg. 76. n. 74.*, ubi ampliat in *n. 75.* in viro & uxore in scriptura nominatis ; sed vide Mend. *ubi supr. p. 2. d. cap. 22. n. 19.*, Ad- dit. *ad Reynos. obser. 13. in fin.*, & idem Thom. Vaz ampliat etiam *n. 80.* in stipulatione in favorem tertii ; vide etiam de materia hujus Legis Peg. *For. cap. 1. §. 3.*, qui alias refert ; Gabr. Per. *dec. 79. n. 4.*, Arouc. *alleg. 20.*, & *ad L. 15. n. 3. de Legib.*, ubi refutat allegationes addu- cetas à Mend. à Caſt.

Quid autem in cessionario : vide Oleam *de Ceſſ. jur. tit. 6. quæſt. 4.*, Arouc. *in locis citat.* Et quid in subrogato in locum Institutoris , vel Exercitoris , seu alias officii ; an possit per decendium conveniri : vide Gabr. Per. *dec. 28. n. 8. vers. Atque ideo* , & seqq.

(k) Explicat Sylv. *in Commentar. ad banc Ord. in princip. n. 103.* Et quid si opponatur usura , aut simonia : vide Cortiad. *p. 3. dec. 181. à n. 29.*

(l) Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 32. n. 20.*, Va- laſc. *de Parit. cap. 37. n. 1.* An autem ante sententiam , & evictionem possit emptor agere , si rem inveniat alienam , vel onere affectam , vel quid simile : Urceol. *de Transact. q. 42.*, & Consult. *for. cap. 25. à n. 28.*, & *cap. 26. & 55. & 65. & 66.*

Et quo tempore incipient currere decem dies , quando acta sunt in Senatu cum petitione gravaminis ; Cabed. *p. 1. dec. 30. n. 2.*, Mend. à Caſt. *p. 1. lib. 3. cap. 22. §. 5. n. 54.*, & *p. 2. eod. loc. n. 59.*, Sylv. *in Commentar. ad banc Ord. in princ. n. 83.*

Et nota , quod hi decem dies non currunt , nisi postquam Advocato datur copia actorum , si eam petivit , Tom. I.

Demandado por alguma Igreja sobre bens , que diz o Réo serem seus , em quanto ao util senhorio , pertence o conhecimento ao Secular , *liv. 2. tit. 1. §. 6.* (a)

Demandado por alguma causa , e noméa outro por Auctor , que o venha defender , lhe assigna o Juiz o tempo conveniente para isso , *liv. 3. tit. 45.*

Demandado pôde ser na Corte o que nella fez algum quasi contrato , posto que nella naõ seja achado , *liv. 3. tit. 6. §. 4.* (b)

Demandado o Orfaõ , ou Viuva perante o Corregedor do Civel da Cidade de Lisboa , pôde declinar para o Juiz da dita Cidade , *liv. 3. tit. 5. §. 3.* (c)

Demandado por assignaçao de dez dias , que vejo com embargos , que lhe naõ forao recebidos , pôde appellar , e agravar , *liv. 3. tit. 25. §. 1.* (d)

Demandado por assignaçao de dez dias , que vem com embargos á Chancellaria , posto que elles sejaõ recebidos , passa a sentença por ella para effeito de se executar , *ibid. §. 3.* (e)

Demandado por assignaçao de dez dias , que

vem com embargos de incompetencia , ou exceiçaõ dilatoria , se procede nellas sumariamente , abbreviando-se os termos , o mais que pudér ser , *ibid. §. 6.* (f)

Demandado por escriptura pública , naõ aparecendo , lhe assignaõ todavia os dez dias ; e passados elles , he condemnado , e executado , *ibid. §. 7.* (g)

Demandado por accaõ , que nasce de alguma sentença , se lhe podem assignar dez dias , *ibid. §. 8.* (h)

Demandado por Alvará , se o reconhecer em Juizo , se lhe assignaráõ os dez dias , *ibid. §. 9.* (i)

DEMANDAR contra sua vontade , naõ he ninguem strangido , *liv. 3. tit. 11. §. 4.*

Demandar pôde cada hum sua injuria e interesse , em caso , que era de querela , *liv. 5. tit. 117. §. 21.*

Demandar pôde cada hum sua injuria , posto que haja outras penas contra o delinquente , *liv. 5. tit. 39. §. 4.*

Demandar perante Juiz Ecclesiastico por causa , que pertence á Jurisdiçao d'El-Rey , tem pena , *liv. 2. tit. 1. §. 14.* (k)

Deman-

(a) Quia dominium utile est quid profanum , & diversum à dominio directo Ecclesiae ; Sabell. in *Sum. verb. Emphyensis* , à n. 36. , Gabr. Per. dec. 14. n. 1. in fin. , quid quid aliter censem Conciol. alleg. 14. , ideoque ejus cognitio pertinet ad judicem seculariem , & secundum Leges seculares debet regulari , Phæb. dec. 160. à n. 23. , Valasc. conf. 134. à n. 13. , & conf. 147. n. 17. , Gabr. Per. dec. 31. n. 5. , & de Man. Reg. cap. 28. , Mend. à Castr. p. 2. lib. 2. cap. 1. n. 17. , Cortiad. dec. 199. à n. 5.

(b) Vide verb. *Citado pôde ser na Corte* , &c.

(c) Cabed. p. 1. art. 27. Et nota , quod istae declinatoriae , quas Lex Civitatis Judicibus annuebat , hodie debent fieri ad Praetores civilium causarum ; quia subrogati fuerunt in locum Judicum Civitatis , per Regium Decretum , quod refertur in Extravag. lata die 8. Maii , anno 1745. , quæ est in Ord. lib. 1. tit. 2. Coll. 1. n. 6.

(d) Vide Leit. de Juv. Lusit. tract. 1. quest. 3. n. 28. Et hanc appellationem recipiendam esse in effectu tantummodo devolutivo declarat nostra Lex ; de quo vide Peg. For. cap. 1. n. 287. , & cap. 15. n. 86. , ubi refert judicatum : quod tamen limita , si tertius appellat ; tunc enim in utroque effectu appellatio recipietur , ut declarat idem Peg. d. cap. 15. n. 10. , Sylv. in *Commentar. ad hanc Ord. in princ. n. 116.*

(e) Mend. in *Prax. p. 2. lib. 3. cap. 22. n. 4.* , Arouc. alleg. 15. n. 6.

(f) Nota ad hanc Legem , quod , dum non fuerint finitæ exceptiones incompetencie , aut aliæ quæcumque dilatoria , non currit decemdiuum , Them. Vaz alleg. 76. à n. 54. , Mend. in *Prax. p. 1. lib. 3. cap. 22. num. 57.* , & p. 2. cap. 22. n. 61. , Costa ad *Lambr. annot. 48. n. 3.* , Peg. For. cap. 1. n. 225. , quidquid per contrarium in judicato tenat Cabed. p. 1. dec. 30. n. ult. , quem omnes supra citati reprobant.

Et an sit admittenda exceptio litis pendantis , seu preventionis à Reo opposita , vide Mend. in *Prax. 1. p. lib. 3. cap. 3. n. 13.* , & cap. 22. n. 28. , Peg. For. cap. 1. n. 248. , qui plures alios citat.

(g) Peg. For. cap. 1. ex n. 7. , Thom. Vaz alleg. 76. à n. 44.

(h) Moraes de Execut. lib. 2. cap. 6. ex n. 6. , Thom. Vaz alleg. 76. n. 63. ad fin. Et de actione in factum , de qua in hoc §. agitur , & coram quo Judice fit proponenda , vide Giurb. dec. 96. n. 2. Et licet res judicata innovet primam obligationem , novamque adjiciat actionem , fit tamen deterior conditio ejus , qui sententiam obtinuit , tenet Valeron de Transalt. tit. 5. quest. 4. n. 11. , Salgad. in *Labyrint. credit. p. 3. cap. 1. §. unic. n. 24.* & seqq.

(i) Quid si chirographum non habeat causam : Egid. in *L. Ex hoc jure* , p. 1. cap. 11. num. 33. , Berlich. p. 1. concl. 80. à n. 80. , Thom. Vaz alleg. 76. n. 13. , Peg. For. cap. 1. num. 6. Et quid in chirographo ejus , qui postea in furorem incidit ? Reynos. *Observ. 13.*

Quid etiam in chirographo mercimonii cum clausula *por conta e risco do senhor fulano* ? vide Arouc. alleg. 64. Et quid contra eum , qui albam chartam scripsit , vulgo *deu signal em branco* ? vide Giurb. *Observ. 49. n. 19.* , Sabell. in *Sum. §. Scripture* , n. 9. vers. *Quod subscriptio* , Matth. de *Re crimin. controv. 76. n. 65.*

Et nota , quod ad recognitionem debet personaliter fieri citatio , & non per Edicta ; Thom. Vaz alleg. 76. n. 68. , Peg. For. cap. 1. n. 8. , sed contrarium observari testatur hic Senator Oliveira.

(k) Carleval de *Judic. lib. 1. tit. 2. à n. 1121.* , Cortiad. dec. 168. & 169. , Fermoſin. in *cap. Licet* , de *For. competent. quest. 3.* , & seqq. , Oliv. de *For. Eccles.* p. 3. q. 14. à n. 114. , Phæb. dec. 118. n. 2. , Gabr. Per. de *Man. Reg. cap. 35.* , Barbos. in *L. 1. artic. 3. n. 139. ff. de Judic.* , Egid. in *L. Ex hoc jure* , p. 2. cap. 13. claus. 5. n. 16. Limita hanc Legem in Lacio , qui se obligavit in Judicio Ecclesiastico presentare Reum in causa matrimoniali ; quia in isto casu potest coram Judice Ecclesiastico conveniri ; Themud. p. 3. dec. 257. Et nota , quod sicut Regis Vassallus non potest se submittere Jurisdictioni Judicis Ecclesiastici , ita & eodem modo non potest se subjicere Jurisdictioni alterius Principis secularis , cuius subditus non est ; Barbos. in *d. L. 1. artic. 3. à n. 165.* , usq. ad 170. ff. de *Judic.* , Gabr. Per. dec. 2. n. 4. , Phæb. dec. 28. n. 15. , Egid. in *L. Ex hoc jure* , d. cap. 13. claus. 5. n. 21. , Oſor. de *Patron. Reg. resol. 78. n. 15.*

Quid

Demandar se pôde a pedraria, que vem da India, posto que venha mettida em lugar, que pareça que se queria defraudar o direito della, *liv. 1. tit. 51. §. 2.*

**DEMARCAÇOES**, e medições se devem fazer, citadas as partes, com quem os bens partirem, e confrontarem, *liv. 1. tit. 16. §. 2. (a)*

Demarcaçãoes, e confrontaçãoes se devem declarar nos artigos, em que se demanda herdade, ou casa, *liv. 3. tit. 53. in princ. (b)*

Demarcaçãoes, e confrontaçãoes se devem declarar dos bens, que se escreverem nos Inventarios, *liv. 1. tit. 88. §. 4. (c)*

Demarcação se faz pelo Provedor dos meias nas veyas dos metaes, que se descobrem, *liv. 2. tit. 34. §. 2.*

Demarcação, que se dé assi das minas novas, como das velhas, fica sempre ás pessoas, que as registarem, *ibid. §. 9.*

**DENUNCIAÇÃO** sendo maliciosamente intentada, paga o denunciante as custas, perdas, e danos, *liv. 5. tit. 118. (d)*

Denunciação de obra nova faz tornar tudo o que de novo se fizer, ao primeiro estado;

e depois toma o Juiz conhecimento da contenda, *liv. 3. tit. 78. §. 4. (e)*

Denunciação de obra nova se faz lançando pedras no que está edificado, *ibid. §. 4., e 5. (f)*

Denunciação em segredo se pôde dar contra os blasfemadores, *liv. 5. tit. 2. §. 5.*

**DENUNCIADOR** he condemnado nas custas, quando o denunciado he achado sem culpa, *ibid. §. 5. (g)*

**DEPOENTE** pôde pedir tempo para deliberar como ha de depôr, *liv. 3. tit. 53. §. 1.*

Depoente, que nega o antecedente, não he obrigado a responder ao consequente, *ibid. §. 6.*

**DEPÓR** não deve a parte duas vezes aos artigos, *ibid. §. 12. (h)*

Depôr deve a parte aos artigos fundados em direito particular, *ibid. §. 9.*

Depôr deve o Réo sobre artigos pertencentes, *ibid. §. 2. (i)*

Depôr deve o Réo ao artigo, que presumptivamente he pertencente, *ibid. §. 3.*

Depôr deve o Réo ao artigo, que he pertencente junto com outro, *ibid. §. 4.*

Depôr

re demoliendo suis expensis, si appareat eum non habere jus ædificandi, & de solvendo damnum, vel interesse, quod denuntiatur incurrit; L. *Prætor* ait, §. *Signis patratus*, ff. de *Operis nov. nuntiat.*, L. *Stipulatio*, ff. eod. tit. in *princip.*, ubi Glos. ponit formam satisficationis, Gom. L.46. *Taur.* n.33. ad fin.

Hodie tamen de jure novo Codicis, denuntiatur non tenetur recipere talen satisficationem, nisi elapsis tribus mensibus, L. *unic. Cod. de Novi oper. nuntiat.*, Gom. ubi supr. n.34., Fragos. d. diff. 21. n.18., Romaguer. ad *Conciol. ad Statut. Eugub.* d. rubr. 70. n.16., Peg. ubi supr. n.14., Sylv. in *Commentar. ad hunc §. n.41.*

Isti autem tres menses incipiunt currere à die, quo offertur satisfatio, Gom. d.n.34. in fin. Et vide Extravag., quæ est in Ord. ad *Regim. Senat. Palat. Coll.* I. n. 1. in ver. sc. qui incipit: *Licença para se continuarem algumas obræ.*

(f) De hac citationis forma ad novum opus nuntiandum, vide Gom. in L.46. *Taur.* num. 31., Cardos. in *Prax. verb. Nuntiatio novi operis*, n.4., Cortiad. dec.259. n.6., Peg. tom.6. ad Ord. lib.1. tit.68. §. 23. glos. 26. n.12., Sylv. ad Ord. lib.3. tit.78. §.4. n.4.

(g) Concordat Ord. lib. 5. tit. 118. §. 2., Cabed. p. 1. arest. 52., Thom. Vaz alleg. 95. n. 8. Et vide supra notata verb. *Custas paga o denunciador*, &c.

(h) Positionibus, quibus semel fuit responsum, non tenetur pars iterum respondere, propter timorem perjurii; Michalor. de *Posit. q. 51. & 52.*, Sabell. in *Syn. P. Positio*, n.22.; nam etiam in juramento decisorio non tenetur quis jurare, sed satisfacit referendo juramentum; in hoc autem jurejurando non cogitur iterum jurare, ne pejeret, sed actor probet, vel succumbat; & in hoc fundatur Ord. lib.3. tit.52., ut notat hic Senator Sardinha.

(i) Michalor. de *Posit. cap. 19.*, Posth. *Observ. 83.* n.8. Et dicuntur impertinentes, qui nullo modo causæ adminiculantur; adminiculares autem dicuntur, quando quoquo modo directè, vel indirectè ad causam conferunt; Mend. in *Prax. p. 2. lib.3. cap.12. n.41.* Et quid si respondeat cum qualitate? vide Michalor. de *Posit. cap. 58.*, Phæb. p.2. arest. 30. vers. *Scias autem.*

(a) Maf.

Quid autem, si Baroni concessa sit omnimoda Jurisdictio, an similiter Vassallus Jurisdictionem alterius Principis superioris prorogare valeat? vide Giurb. *consult. 95. n.13. & 14.*, Parex. de *Instrum. edit. tit.2. resol. 6.* à n.235., & à n.256., Cortiad. dec.11. n.56. Vide etiam notata supra verb. *Citando alguém para o Ecclesiastico no caso, que pertence ao Secular*, &c.

(a) Concordat Ord. lib.1. tit.50. §.2., Text. in L. *Titius heres*, ff. de *Aet. empt.*, August. Barbos. in L. *Siquis super*, 3. n. 2. *Cod. Fin. regnnd.*, Mend. à Castr. p. 2. lib. 4. cap. 3. §. 3. n.27., Bovadilh. in *Polit. lib.5. cap. 9. n.11.*, Altimar de Nullitat. *confract. tom. 4. rubr. 1. q. 15. n. 135.*

(b) Consonat Ord. lib. 1. tit. 88. §. 4. Et sufficit declarare duo confinia; per illa enim demonstratur identitas rei; Valenzuel. *conf. 77. n.46.*, Cyriac. *Controv. 192. n.12.*, Gratian. *For. cap. 3. n. 12.*, Sabell. in *Sum. §. Identitas*, n. 1. Et sufficere unam demonstrationem claram, etiamsi cæteræ non reperirentur, vel fuissent falsæ, tenet cum aliis Peg. de *Maiorat. d. cap. 6. n. 286.*

Quomodo autem debeant probari confinia, vide Mend. à Castr. p.1. lib.4. cap.3. n.14., Altimar de Nullitat. sent. rubr. 1. q. 15. à n.142., Noguerol alleg. 18. n.6., Valenzuel. *conf. 100.* à n. 36., Card. de Luc. lib. 15. tit. de *Judic. disc. 24. ex n. 10.*, & alios, quos citat Hermosilh. L. 24. glos. 2. tit.5. part. 5. n.55., latè August. Barbos. in *cap. Cum causam*, 13. de *Probat. ex n.2.*, Peg. de *Maiorat. tom. 1. cap. 6. ex num. 273.*

(c) Consonat Ord. lib.3. tit. 53. in *princip.*, Guerreir. de *Inventar. lib.1. cap. 9. in princip.*

(d) Vide supra notata verb. *Custas paga o denunciador*, &c.

(e) De novi operis nuntiatione vide aliqua per Antonel. de *Temp. leg. l. lib. 3. cap. 9.*, plenissimè verò Valenc. *Illustr. lib.2. tit.1. per septem cap.*, Cortiad. dec.259., Fragos. de *Reg. Reipubl. p. 1. diff. 21. ex n.16. vers.* Differunt, & num. seqq., Conciol. ad *Stat. Eugub. lib.2. rubr. 70.*, Peg. tom.6. ad Ord. lib. 1. tit.68. glos. 26. à n. 1.

Et nota, quod potest ille, qui vult opus ædificare, offerre satisficationem pro se, & hæredibus de ope-

- Depôr não deve o Réo sobre artigos contrários, *liv. 3. tit. 53. §. 5.*
- Depôr não he obrigado o Réo sobre artigo fundado em Direito, *ibid. §. 7. (a)*
- Depôr se deve sobre artigo fundado em Direito de algum Reyno, Cidade, ou Villa, *ibid. §. 8. (b)*
- Depôr não he alguéem obrigado sobre artigos méramente negativos, e criminosos, *ibid. §. 10., e 11. (c)*
- Depôr deve a parte, sendo requerida: e se recusar depôr, será havido por confessio, *ibid. §. 13. (d)*
- Depôr pôde ser a parte constrangida, antes da dilação assignada, a requerimento da outra parte, *liv. 3. tit. 54.*
- Depôr deve o Julgador sobre a suspeição, que lhe for posta, aindaque a parte diga, que não quer o seu depoimento, *liv. 3. tit. 21. §. 4. (e)*
- DEPOIMENTO** foi introduzido, para que pela confissão feita sobre os artigos, seja a parte relevada de dar a elles pró-
- Depo-
- va, *liv. 3. tit. 53. in princip.*
- Depoimento não se recebe ao artigo incerto, que trata de feito alheyo, *ibid. (f)*
- Depoimento, se dá delle vista á parte na mão, se ella a pede, *liv. 3. tit. 54.*
- Depoimento sobre a suspeição se faz pelo Julgador dentro em tres dias; e não o dando no dito termo, fica suspeito, *liv. 3. tit. 21. §. 11. (g)*
- Depoimento se toma depois do juramento de calumnia, e depois da lide contestada, *liv. 3. tit. 53. §. 13.*
- DEPOSITARIO** ha de ser do mesmo Lugar, e abonado, *liv. 1. tit. 62. §. 26., e liv. 2. tit. 52. §. 7.*
- Depositario he aquelle, em cuja mão se consigna alguma cousta, *liv. 4. tit. 49. §. 1. (h)*
- Depositario, que recusa entregar o deposito, deve ser preso, até que o entregue da cädâa, *liv. 4. tit. 76. §. 5. (i)*
- Depositario, que sendo requerido não entrega dahi a nove dias o deposito, deve ser preso, *liv. 4. tit. 49. §. 1. (k)*

(a) *Mascard.de Probat.tom.3.verb.Positiones, concl. 1183. à n.48., & seqq., Michalor.de Posit.cap.56. per tot., Sabell. in Sum. §.Positio, n.6., Barbos. in L. Eum, qui temerè, §. fin. ff. de Judic. n.20., latè Guerreir. de Recusation. lib.6. cap.7. per tot.*

(b) *Vide Guerreir. de Recusat. lib.6. cap.7.n.10., Sylv. in Commentar. ad hunc. §.n.5.*

(c) *Mend. in Pr. ix. p. 2. lib. 3. cap.12. n.46. in fin., August. Barbos. in cap. 2. n. 9. de Confess. lib.6., Gom.3. Var. cap.12. n.5., Thom. Vaz alleg. 71. n.3., Cortiad. dec. 18. n.87., Cancer. p. 1. Var. cap.21. sub n. 55., Sabell. in Sum. verb. Accusator, n.17. ubi, quod in criminalibus, non solum accusatus, sed etiam accusator deponere non tenetur. Et an usurarius cogatur deponere ad articulos super usura; Leotard. de Usur. quaest. 93. à n. 65.*

(d) *De materia vide Michalor. de Position. cap.45. cum seqq.usq.ad 48., & cap.60., Posth. de Manut. obseru. 45. à n.43., Matth. de Reg. Regn. cap.10. §.2. à n.87. ubi, quod adversus hujusmodi confessionem admittitur probatio; Paz in Prax. 1. tom. primæ part.8. temp. n.119., Mend. in Prax. p.2. lib.2. cap.9. n.6., & lib.3. cap.12.v.45. & 46., Peg. For. cap.2. n.18., Sabell. in Sum. §. Positio, n.18., & seqq.*

*Et an Archiepiscopi, seu Episcopi in Foro seculari litigantes respondere cogantur sub pena hujus Legis, vide Matth. de Regim. Regn. Valent. cap.10. §.2. à n.37.*

(e) *Cortiad. dec. 18. ex n. 82., Guerreir. de Recusat. lib.6. cap.5. Et debet deponere in termino trium dierum, ut in §.11.; eo enim elapsio non admittitur purgatio mortae, Mend. in Prax. p.2. lib.2. cap.7. n. 11. & 12.*

*Et an Judex recusatus teneatur super suspicionibus turpibus, vel criminis continentibus sibi objectis, depositionem suam exhibere: vide Covas Practic. cap. 26. n.3., Gratian. For. cap.100. n.47., Cancer.p.1. Var. cap.21. sub n.55., Cortiad. d. dec.18.n.87., Fontanel dec.23. à n.7., qui omnes resolvunt non teneri Judicem ad similes articulos deponere, Thom. Vaz alleg.71. per tot.*

(f) *Michalor. de Position. cap.16. n.12., & seqq., Conciol. ad Statut. Engub. lib.2. rubr.6. n.17.*

(g) *Pereir. de Revision. cap.24. n. 25., Guerreir. de Recusat. lib.6. cap.5. n.8. & 9., & vide supra lit. (e)*

(h) *Per istam consignationem, seu depositionem, non transit in depositarium aliquod dominium, nec possessio, nec jus quodlibet in re; Gom. tom.2. Var. cap.7.*

*n.2. versic. Item adde, & ibi Aylon n. 3. vers. Adde omnes, Barbos. in L. Si mora, n.82. ff. de Solut. matrim., Carleval de Judic. lib. 1. tit. 3. disp. 31. n. 6., Castilh. lib. 3. Controv. cap.16. n.15. & 23., Cardos. in Prax. verb. Depositum, n.2. & 13., Salgad. in Labyrinth. credit. p.1. cap.11. n.19. & 20., & p.3. cap.11. n.17. Et ideo statim, & sine dilatatione, tenetur restituere depositum, actione depositi; Gom. d. cap.7. n.2. in princ., ubi Aylon n.3., Hermofilh. ad Leg.5. glos. 1. à n.1. tit.3. part.5., Castilh. d. cap.16. à n.1. Quod amplia etiam si depositum ad tempus datum sit; Barbos. in L. Usuræ, 2. n.7. Cod.Deposit., Hermofilh. d. L.5. glos.4. tit.3. partit.5. à n.1., Molin. de Just. & Jur. disp.529. in princip. Et antequam illud reddat, nullam causam allegare potest, nec aliquis tertius admitti debet ad restitutionem impediendam; Cardos. in Prax. verb. Depositum, n. 13., Hermofilh. d. glos.1. à n.2., August. Barbos. in L. Siquis, 11. n.2. 3. 4. & 5. Cod. Deposit., Petr. Barbos. in L. D'ivorio, §. Ob donationes, n. 17. ff. de Solut. matrim., Peg. tom. 12. ad Ord. lib.2. tit.52. §.6. glos.8. n.9.*

(i) *Debet capi illico, & non expectatis novem diebus, non obstante Ord. lib. 4. tit. 49. §.1., quæ loquitur in suo casu; Barbos. in Addit. ad Ord. lib.4. n.192. & 193., Et vide Peg. ad Ord. tom.3. lib.1. tit. 28. glos.1. n.4., & For. cap.3. n.78., & seqq., Phæb. dec.89.n.6. & 8. Si enim constet de deposito per publicum instrumentum, seu per aliam probationem, quæ de Jure fidem faciat, proceditur executivè contra depositarium, quia depositum habet executionem paratam, sicut res judicata; August. Barbos. cum multis, in L. Siquis, n. 6. Cod. Deposit., Castilh. lib.3. Controv. cap.16., Hermofilh. ad L.5. glos.4. tit.3. part.5. n.2., Carleval de Judic. lib.1. tit.3. disp.6. n.2. vers. Sed virtute. Et fit compulsion, captis pignoribus, & per capturam; Gom. tom.2. Var. cap.12. n.22. vers. O Et avus casus, Salgad. de Reg. protec. p.1. cap.11. n.50. & 51., & in Labyrinth. credit. p.1. cap.41. n.39., Cancer. p.2. Var. cap.3. n.19. vers. Et sic, & n.140. & 141., & p.3. cap.8. à n.34., Olea de Cib. Jur. tit. 5. q. 8. n. 8. Audietur tamen depositarius, si exceptiones probet in continent; Reynos. Observ. 45. num. 6.*

(k) *Mend. à Castr. p.1.lib.3.cap.21. §.10.n.57.vers. Praxis, Altim. de Nullit. tom.4. queft.21. n.79., Peg. For. cap.3. n.95., & vide supra proximè notata.*

(a) *Vide*

Depositario, que recebeo o deposito por mandado do Juiz, naõ se pôde escusar, por dizer, que o entregou ao tal Juiz; mas o deve entregar; e naõ o entregando até nove dias, he preso, e naõ he solto, até que o entregue, *liv. 4. tit. 49.*

§. 1. (a)

Depositario, que usa do deposito sem vontade de seu dono, deve ser preso; e naõ he solto, até que da cadêa entregue a coufa com o damno, posto que dê fiança, *liv. 4. tit. 76.* §. 5. (b)

Depositario naõ pôde allegar compensaçao, senão em caso semelhante, *liv. 4. tit. 78.*

§. 1. (c)

Depositario naõ pôde entregar, nem emprestar o deposito ao Juiz, *liv. 4. tit. 49.* §. 1.

Depositario, que nega o deposito, haverá pena de bulraõ, e illiciador, *liv. 4. tit. 76.*

§. 5. (d)

Depositario naõ pôde fazer cessaõ de bens, *ibid.* (e)

Depositario da Corte recebe o dinheiro da condemnaçao das partes, e esportulas dos Julgadores, *liv. 1. tit. 28.* §. 2.

Depositario da Corte recebe o dinheiro das

condemnaçoes applicadas á Redempçao dos Captivos, *ibid.*

Depositario da Corte recebe todo o dinheiro, prata, ouro, joyas, e quaequer penhores, que por via da Justiça se manda depositar, *ibid. in princ.* (f)

Depositario recebe todo o dinheiro, e penhores, que qualquer pessoa quizer depositar para guarda de seu direito, *ibid.*

Depositario da Corte, do que recebe, se carrega tudo em receita pelo Escrivao do seu cargo em hum livro para isso numerado, e cujas folhas vaõ assignadas no principio de cada livro, *ibid.*

Depositario da Corte assigna em cada assento da receita com o Escrivao tudo o que lhe for entregue, *ibid.*

DEPOSITO algum naõ pôde receber nenhum Official da Justiça, ou Fazenda, *liv. 4. tit. 49.* (g)

Deposito se faz do dinheiro da execuçao, quando a parte vem com embargos, *liv. 3. tit. 86.* §. 3.

Deposito se faz do dinheiro da execuçao, quando a parte vem com embargos, e o vencedor naõ dá fiança, *ibid. §. 15.*

Depo-

(a) Vide Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 23. n. 57., Reynos. Obserr. 45. n. 8., Moraes de Execut. lib. 1. cap. 4. cap. 8. Et procedit haec dispositio etiam in deposito confidentiali; Phæb. dec. 185., Peg. For. cap. 3. n. 96. Si autem depositarius sit nobilis, & depositum non restituat, an homagium habere debeat, vel in carcere detrudendus sit? resolve cum Salgad. in Labyrinth. credit. p. 1. cap. 13. n. 24. & 41., & cap. 41. n. 39., & de Reg. Proct. p. 4. cap. 5. à n. 50., Mend. in Prax. ares. 26. post 1. p., Olea de Ces. Jur. tit. 5. q. 8. n. 9., Bovadilh. lib. 3. cap. 15. ex n. 24.

(b) Vide Text. in L. 3. Cod. Deposit. I. Si furtum, ff. de Condit. furtiv., §. Furtum, Inſtit. de Oblig., que ex delict., Molin. de Juſt. & Jur. tom. 2. diſ/p. 524., Hermosilh. L. 8. tit. 3. gloſ. 1. n. 13., Menchac. Illuſtr. controv. lib. 3. cap. 97. n. 2., Paz in Prax. p. 4. tom. 1. cap. 2. n. 34., Guttier. Pract. lib. 2. quæſt. 25., Cald. ad L. Si curatorem, verb. Sine curatore, n. 108., Farinac. in Prax. p. 1. quæſt. 27. n. 42., Bovadilh. in Politic. lib. 3. cap. 15. n. 30., ex quibus aperte constat, quod utens re deposita furtum committit.

(c) Vide Caſtilh. de Alim. cap. 67. n. 13., & lib. 3. cap. 16. n. 11., Molin. de Juſt. & Jur. diſ/p. 526. n. 4., Cald. For. lib. 1. quæſt. 14. n. 3., Barbos. in L. Diuortio, §. Ob donationes, n. 13. & 14. ff. de Solut. matrim., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 23. n. 4. versic. Dixi, Guerreir. de Diuision. lib. 8. cap. 7. à n. 8., August. Barbos. in L. Sigis, 11. Cod. Deposit. à n. 5., Gom. 2. Var. cap. 7. n. 2. verſ. Item non habet, Reynos. Observ. 45. n. 8. Et vide supra notata verb. Compensaçao naõ pôde allegar o depositario.

(d) Depositarius negans depositum, furtum committit, actioneque furti conveniri potest; Barbos. in Colleſtan. ad Text. in cap. 1. de Deposito, n. 6., Escobar de Ratiocin. cap. 20. n. 2. & 9., Farinac. de Furt. q. 168. n. 3., Cancer. lib. 3. Var. cap. 8. n. 8.; Hermosilh. L. 8. tit. 3. gloſ. 1. n. 9. Et si patiatur se condemnari ad restitutionem depositi, efficitur infamis; Barbos. in L. Qui depositum, n. 3. Cod. Deposit., Gom. tom. 2. Var. cap. 7. n. 2. verſ. Item si depositarius, Cancer. ubi / upr. d. n. 38., Hermosilh. ubi / upr. n. 8. tit. 22. in fin. princ.

(e) Vide verb. Cessaõ de bens naõ pôde fazer o depositario.

(f) Vide de materia Fragos. de Regimin. Reip. p. 1. diſ/p. 22. n. 15., Otter. de Official. p. 2. cap. 11. Et an possit pecunias dare ad cambium, vel cum illis negotiare? vide Noguerol alleg. 5. n. 18., Ord. liv. 2. tit. 51. §. 1.

Et nota etiam, quod depositarius de mandato Judicis solvens depositum ex falso instrumento recipit in se periculum; Olea de Ces. Jur. tit. 5. quæſt. 9. à n. 20., & ita judicatum na causa de Manoel da Silva Duarte contra Francisco Lopes Franco, de que foi Escrivao Luiz de Freitas Sampayo, anno de 1685., ut notat ad hanc Ordin. Senator Oliveira.

Depositarius autem, si Judex injuste removeat depositum, an liberetur, si non contradicat? vide Hermosilh. ad L. 3. tit. 3. gloſ. 1. n. 5., ubi latè cum multis.

Et nota etiam, quod si ejusmodi depositarius sequester decoixerit, periculum erit debitoris, nisi creditor sit in culpa, ut ait, & judicatum refert Gam. dec. 189., Affict. dec. 172., & sequitur Peg. in rubr. hujus tit. n. 5.

Et ad hancmet Ordin. notat Senator Oliveira. In causa autem occurrenti cogitabam, an Dominus Rex, qui non idoneum depositarium proposuit, teneretur de suo pecunias solvere partibus, qua illas de mandato Judicis coacte deposituerunt? Et in partem affirmativam inclino; nam si Judex depositarium non idoneum constituiens tenetur, ut ex Bald., & Barth. tenet Azeved. in L. 13. tit. 9. lib. 3. n. 6., Otter. de Official. p. 2. cap. 11. n. 14. in fin., non invenio causam, cur idem non sit quoad Regem, qui non solum depositarium proponit, sed etiam jubet, ut apud alium pecuniae, si uimobilia non deponantur, ex quo etiam privat partes libertate eligendi depositarium, & etiam recusu contra Judicem, sis cum proponere vel approbare vellet.

Et an debitor, qui auctoritate Judicis deposituit, ex eo quia creditor oblatam sibi pecuniam accipere recusavit, possit ante acceptationem creditoris revocare depositum, & à depositario exigere pecuniam? vide Oleam de Ces. Jur. tit. 1. quæſt. 1. à n. 18.

(g) Fragos. de Regim. Reip. p. 1. diſ/p. 22. n. 17., Molin. de Juſt. & Jur. stract. 2. diſ/p. 525. n. 5. Limita in casu Ord. lib. 3. tit. 22. in fin. princ.

(a) Limi-

Depósito em maõ de outra pessoa , que naõ for o Thesoureiro da Corte , naõ desobriga a parte , que está obrigada a depositar , *liv. 1. tit. 28. §. 1.* (a)

Depósito se faz da coufa julgada por assignação de dez dias , a que o Réo vejo com embargos , que lhe forão recebidos , *liv. 3. tit. 25. in fin. princip.* (b)

Depósito , que passar de sessenta mil reis , se deve provar por escriptura pública , *liv. 3. tit. 59.*

DERRIBAR se pôde a casa , que está encostada ao muro , havendo guerra , ou cerco , *liv. 1. tit. 68. §. 41.* (c)

Derribar naõ pôde ninguem a casa para vender a pedra , e madeira della , *liv. 2. tit. 26. §. 27.* (d)

DESAFIO naõ se entende para haver a pena delle , se alguem disser em rixa nova , que reptá , e desafia a outrem , ou que o requer para se com elle matar , ou que o fará conhecer alguma coufa maõ por maõ , ou com muitos , se depois de ditas naõ se seguir mais algum acto de desafio , *liv. 5. tit. 43. in princip.*

Desafio se algum peão fizer a algum Fidalgo , requerendo , e reptando , que se mate com elle , álem das penas ditas , será açoutado publicamente , *ibid. §. 1.*

Desafio , e repto , que alguem fizer nestes

Reynos a outra pessoa , posto que fóra esteja delles , se o reptador for natural delles , tem a mesma pena , *ibid.*

Desafio naõ pôde ninguem aceitar sob as mesmas penas , *ibid.*

Desafio naõ pôde ninguem fazer reptando a outro , sob pena de perder todos seus bens para a Corôa , e ser riscado dos livros d'El-Rey , e ser degradado para Africa até mercê d'El-Rey , *liv. 5. tit. 43. in princip.* (e)

Desafio naõ pôde ninguem apadrinhar , nem assegurar ou acompanhar sob as mesmas penas , *ibid. §. 1. (f)*

DESAFFORADOS contratos naõ pôde ninguem fazer , nem elles valem , *liv. 4. tit. 72.* (g)

Desafforado contrato he , quando hum promette dar , ou fazer alguma coufa a tempo certo , sobre certa pena , e naõ a dando ao dito tempo , que logo seja executado , sem ser mais ouvido , nem citado , *ibid.*

Desafforar-se naõ pôde alguem do Juizo da India e Mina nos negocios , que a elle tocão , *liv. 1. tit. 52. §. 3.* (h)

DESASISADO , vide verb. *Furioso.*

DESAPOSSADO naõ deve ser algum da coufa , que pela Justiça vender obrigado , antes que lhe seja pago o preço della , *liv. 4. tit. 11. §. ultim.* (i)

#### DESCA-

(a) Limita , de consensu creditoris , Arouc. *ad L.2. §.1. n. 290. ff. de Rer. division.*

(b) Mend. *in Prax. p.2. lib.3. cap.22. n. 4.*, ubi contra Phæb. insurgit ; & vide Arouc. *alleg. 15. n. 18.*, & in ea- dem alleg. refert omnes casus , quibus Reus satisfare tenetur.

(c) Vide supra notata verb. *Casa junto ao muro, &c.*

(d) Vide Portug. *de Donat. Reg. tom. 2. cap. 39.*

(e) Usus detestabilis duellorum , fabricante diabolo , introductus fuit , ut , cruenta corporum morte , animarum etiam perniciem lucraretur ; & ideo ex Christiano orbe penitus exterminatus fuit per Sacrum Concil. Trident. *seß. 25. de Reform. cap. 19.* : de quo vide latè Gutierr. *in Prax. crim. q. 104. per tot.*, Matth. *de Reg. Regn. Valent. cap. 11. §. 5. à n. 56.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 1. diff. 2. §. 10. n. 15.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 2. cap. 14. n. 40.*, ubi resolvit Ecclesiasticam immunitatem duellantibus solummodo denegari , quando secundum Leges ad duelum prescriptas se invicem ad certamen provocantur ; ut scilicet , si campum designent , sonituque tubæ , & inter limitata valla digladientur , si Patrini , Judicesque afflant , ut aequent arma , solem dividant , &c. ; sed contrarium sequitur Sanch. *ad Praecept. Decalog. lib. 2. cap. 39. n. 24.*, ubi dicit Decretum Concilii Tridentini debere intelligi non solùm de duello solemani , sed etiam de singulari certamine. Et nota , quod duellum dicitur causa justa , ut quis incarcerated possit , propter pericula evitanda , Mend. à Castr. *p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 35.* Et duelli pœna non incurritur ex epistola injuriosa , & plena convitiis , Præb. *p. 1. art. 150.* Et vide quod dispositum fuit in Leg. Extravag. , quam invenies in Ord. *lib. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 1.* , & apud Peg. *in Addit. ad Ord. lib. 1. tit. 65. n. 67.* , &

Guerreir. *de Privileg. Familiar. cap. 13. n. 24.* Vide etiam supra notata verb. *Crime de desafio , quem o commetter , &c.*

(f) Auxilium , & favorem præstantes in duello , vel se quoquo modo gerentes in eo , puniuntur eadem pœna , qua ipsi duellantes , vigore Bullarum Pontificalium Clementis VIII. , Pii IV. , ac Gregorii XIII. , & Concil. Trident. *seß. 25. cap. 29. de Reform.* , ita dicit Sabell. *in Sum. §. Auxilium , n. 7.*

(g) Vide supra notata verb. *Contratos desafdados, &c.*

(h) Nota , quod per Legem Extravagantem , die 3. Augusti anno 1729. expeditam , fancitum fuit , ut nullæ sint sententiae super rebus ad Judicium Indiæ & Minæ pertinentibus , si latae sint in processibus in alio Judicio , quam Indiæ & Minæ , exaratis ; ut constat ex Ord. *lib. 1. tit. 51. Coll. 1. n. 6.*

(i) Vide Giurb. *Observ. 30. n. 5.*, Reboll. *de Oblig. just. p. 2. lib. 9. quæst. 18. n. 44.*, Valasc. *conf. 22. n. 5.*, Gusman de Eviçt. *d. q. 52. n. 57.*, August. Barbos. *in L. Invitum, 11. n. 14. Cod. de Cont. empr.*, Mieres de Majorat. *p. 4. q. 1. n. 116.*, Phæb. *dec. 94. n. 3.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 3. cap. 3. n. 21.*, Cortiad. *dec. 246. n. 85.*

Nota autem , quod in casibus , in quibus quis cogitur vendere , cegendus quidem est , quamvis res sit majoratus ; Salgad. *in Labyrinth. p. 4. cap. 9. n. 110.*, Gusman de Eviçt. *d. q. 52. n. 41.*, August. Barbos. *in d. L. Invitum, 11. n. 10.*, Mostaz. *de Caus. piis, tom. 2. lib. 5. cap. 2. à n. 7.*, Hermofilh. *L. 3. glof. 1. n. 49. tit. 5. p. 5.*, Cortiad. *d. dec. 246. n. 45.*

Et ad hunc locum scribit sequentia Senator Oliveira. Note-se a este §. 4. , que no anno de 1687. em hum feito do Conde da Atalaya com os Frades de S. Paulo , de que fci Escrivão Manoel Soares , se julgou que sendo por Atavará de Sua Ma-

DESCAMINHADA se diz a coufa , que se tira fóra do Reyno , quando se acha no derradeiro Lugar , que está junto ao extremo , *liv. 5. tit. 112. §. 5. (a)*

Descaminhados de coufas de Guiné , ou India , se levaõ perante o Juiz da India , *liv. 5. tit. 106. §. 2. (b)*

Descaminhados das coufas da India , e Guiné , que se tomaõ , se dá parte dellas aos que as trazem , *ibid. §. 3.*

Descaminhados da India , e Guiné conhece delles o Juiz da India , e Mina , *liv. 1. tit. 51. §. 5. (c)*

Descaminhada se diz a coufa , que vai para fóra do Reyno , sendo achada no Mar , ou em barcas , *liv. 5. tit. 113.*

DESCENDENTES por linha feminina naõ sucedem nas Terras da Corôa , *liv. 2. tit. 35. §. 4. e 14. (d)*

DESCOBRINDO alguem o contrato usurario , que fez , lhe será perdoada a pena , *liv. 4. tit. 67. §. 10.*

Descobrindo alguem o contrato simulado , que fez , lhe será perdoada a pena , *liv. 4. tit. 71. §. 2.*

Descobrindo alguem , que comprou desembargo , lhe será perdoada a pena , e haverá amétade da pena da outra parte , *liv. 4. tit. 14. §. 2.*

Descobrindo alguem conjuraõ contra El-

Rey , antes d'elle o saber , será perdoado , *liv. 5. tit. 6. §. 12. (e)*

Descobrindo alguem quem deu cutilada pelo rosto , será perdoado , posto que fosse participante no delicto , *liv. 5. tit. 35. §. 7.*

Descobrindo alguma mulher o incesto , que com ella se cometee , se lhe perdoa a culpa , vindo queixar-se logo , *liv. 5. tit. 17. §. 4. (f)*

Descobrindo o que deu peita ao Official de Justiça dentro de hum mez , será perdoado , *liv. 5. tit. 71. §. 5. (g)*

Descobrindo alguem quem deu cutilada pelo rosto , ou a mandou dar , ou quem foi em sua ajuda , leva amétade das fazendas dos culpados , *liv. 5. tit. 35. §. 7.*

DESCOBRIDOR das coufas defesas , que se tirão fóra do Reyno , leva a terceira parte , *liv. 5. tit. 112. §. 9. (h)*

Descobridor de sodomitas leva amétade da fazenda delles , *liv. 5. tit. 13. §. 4.*

Descobridor do que passa gado para fóra do Reyno , leva a terceira parte do dinheiro , que se applica á Camara , *liv. 5. tit. 115. §. 8.*

Descobridor dos malefidores , haverá perdaõ do mesmo malefício , de que foi participante , ou de outro semelhante , *liv. 5. tit. 116. (i)*

### Desco-

gestade o dito Conde obrigado a vender huma propriedade para o Convento dos ditos Frades , se lhe devia pagar a quinta parte mais da justa estimação della , na forma desta Ordenação , a qual faltando em caso tão favoravel , como o da liberdade de hum Chrístão captivo em poder de Infieis , se devia com maior razão praticar em todos os outros ; o que he muito para se notar , e advertir em caso semelhante .

Sed quod non magis beat venditori conferri , quam justum pretium ; & quomodo estimari beat , vide Rosam *conf. 12.*, Cortiad. *d. dec. 246. ex n. 85. & 90.*

(a) Salced. *in L. 2. tit. 13. lib. 3.* Recopil. *n. 36. pag. 207.* Et de commissis in mercibus prohibitis , de quibus in hoc Tit. , & aliis seq. vide Salced. *de Contraband. per integr. tract.* , Solorzan. *de Jur. Indian. lib. 4. cap. 11. n. 64.* , Portug. *de Donat. tom. 2. cap. 34.*

(b) Vide supra notata verb. *Coufas descaminhadas de Guiné , e da India , &c.*

(c) Nota , que nem o Familiar do Santo Officio pôde declinar para o seu Juizo do Fisco nas causas , que pertencerem ao Juizo de India , e Mina ; assim se julgou no Senado , e com razão ; porque nem o Desembargador pôde declinar , como diz Mend. à Castr. *p. 1. lib. 1. cap. 2. n. 14.* , sendo que o seu privilegio he maior : e quanto aos Familiares , assim o resolveo Sua Magestade , sem embargo da replica , que sobre isto fez o Conselho geral do Santo Officio , ita notat ad hanc Ord. Senator Oliveira.

(d) Vide Souf. *in L. Feminæ , p. I. r. 40.* , ubi muitos casus percurrit , Valasc. *conf. 120. n. 3.* , Cabed. *p. 2. dec. 27. n. 2.* Et masculus ex foemina à succeßione exclusa non potest admitti ; Mieres de Majorat. *p. 2. quest. 6. n. 7.* , Peregrin. *de Fideicom. artic. 26. n. 2.* , Molin. *de Primogen. lib. 3. Tom. I.*

*cap. 5. n. 47.* , Surd. *conf. 185. n. 3. lib. 2.* : ex quo infertur , quod exclusa matre à succeßione majoratus , filius ex ea succedere non potest ; de quo vide Pereir. *dec. 59. n. 1. & 2.* , Larream *dec. 54.* , Giurb. *de Fœud. §. 2. gl. 6. n. 86.* , Barbos. *lib. 1. Vot. 7. ex n. 16.* , & *lib. 2. Vot. 70. à n. 12.* , Rox. *de Incompatibil. p. 1. cap. 6. ex n. 320.* , Fragos. *de Regim. Rep. p. 3. dis. 9. §. 9. à n. 8.* , Card. *de Luc. de Fideicomis. disc. 25. cum seqq. usq. ad 33.* , Ros. *conf. 69. à n. 199.* , Peg. *de Maiorat. cap. 16.* , Torr. *de Maiorat. cap. 25. à n. 263.* , & fusilli. *in cap. 38. §. 17.* , Arouc. *in L. In multis , 9. ff. de Stat. homin. n. 66.* , Altograd. *Junior controv. 68. & 69.* Et vide verb. *Bens da Corôa , nelles à falta de varão não sucede a femea.*

(e) Vide Larream *Alleg. fiscal. 65.* , Cabed. *p. 2. dec. 82. n. 14.* ; non tamen revelare tenetur , si probare non possit , Basilic. *dec. 6. à n. 19.* , Larrea *supr. n. 58.* , & vide Portug. *de Donat. tom. 1. lib. 1. p. 2. cap. 25. n. 86.*

(f) Farinac. *in Prax. crimin. quest. 149. n. 152.*

(g) Vide Regimen Patrimon. Regal. *cap. 194. §. 1.* Et quando pœnam evitet ille , qui corruptionem revelavit , vide Velasc. *de Judic. perf. & rubr. 9. annot. 13. n. 4. & 5.*

(h) Similis Ord. *lib. 5. tit. 107. §. 23. & 24.*

(i) Hæc Lex loquitur de illo , qui socium , vel alium delinquentem capiendum cum effectu tradidit ; unde non procedit in eo , qui solummodo delictum revelavit . Et an quis teneatur revelare delictum nondum commissum , sed committendum , vide Gomes *tom. 3. Var. cap. 2. n. 8. verific. Pro cuius declaratione , ubi Aylon , Fragos. de Regim. Reipubl. *p. 1. dis. 12. ex 101.* , Portug. *de Donat. tom. 1. p. 2. cap. 25. ex n. 83.* Et nota , quod illi , qui revelare crimen debent , non aliter revelare tenentur , quam si ejus probationem habeant ; Gomes *d. cap. 2. n. 8. verific. Advertendum , Cyriac. Controv. 171.**

Gg (a) Vide

Descobridor dos que vaõ contra o Regimento das couças de Guiné, e Mina, leva o terço do que El-Rey levar, *liv. 5. tit. 107.*  
§. 23.

DESCOBRIR segredo d'El-Rey, de que se lhe siga damno, ou prejuizo, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 9. (a)*

Descobrir segredo d'El-Rey he delicto, de que resulta infamia, e privaçao de ser mais do Conselho, *ibid.*

Descobrir o segredo da Justiça, ou os votos da Relação, quem o fizer he privado do Officio, e inhabil para nunca mais o haver, e terá a pena de prejuro, *ibid. §. 2. (b)*

Descobrir veaya de ouro, ou prata, tem de premio vinte cruzados, *liv. 2. tit. 34. (c)*

Descobrir navio, ou casa, em que se ache moéda, que vem de fóra do Reyno batida do cunho deste, tem de premio tudo o que por sua industria for achado, e amé-tade da fazenda, que por o tal caso se perder; e se lhe perdoa qualquer pena de delicto, que tenha cometido, como naõ seja de morte natural, ou cível, ou de re-

(a) Vide Molin. *de Inst. & Jur. tract. 4. diff. 3., & seqq.*, Valenzuel. *Conf. 162.*, Escobar. *de Puritat. p. 1. q. 6. §. 5.* n. 28., Bovadilh. *in Polit. lib. 2. cap. 5. n. 32.*

(b) Phæb. *p. 2. aresf. 41.*, Cabed. *p. 1. dec. 6. n. 15.*, Escobar. *de Puritat. p. 1. q. 6. §. 5. ex n. 11.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 2. cap. 5.*, & *lib. 3. cap. 7. n. 52.*, & *lib. 4. cap. 2. n. 29.* Et nota, que por muitos Decretos tem Sua Magestade recomendado a observancia do segredo nos Tribunaes, os quaes estaõ na Ord. *liv. 5. tit. 9. Coll. 2. n. 1.*, e seq. E ao Regedor, e Governador do Porto, e Presidentes dos Tribunaes toca inquirir dos Ministros, e Officiaes, que naõ guardaõ segredo, e proceder contra os culpados; e daquelles, contra quem naõ convier proceder, dar conta a Sua Magestade, *d. Coll. 2. n. 1.*, e *n. 6.*

(c) Inventor minerae, seu venæ, & fodinæ auri, vel argenti non facit inventum suum, quia ad Regem pertinent, & inter Regalia numerantur, ex Ord. *lib. 2. tit. 26. §. 16.*, Castilh. *de Tertiis, cap. 41. à n. 17.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 3. diff. 5. n. 18.*, Lagun. *de Fruſt. p. 1. cap. 10. n. 57.*, Cabed. *p. 2. dec. 55.*, Portug. *de Donat. Reg. p. 3. cap. 12. n. 10.*, Cortiad. *p. 4. dec. 261. n. 17.*

(d) Portug. *de Donat. tem. 1. p. 2. cap. 25. ex n. 91.*

(e) Super hac Ordinatione recordatus fuit Senador Themudo hujus dubitationis in sequenti Nota; *Ibi*: Desembargador do Paço mais antigo, quid se forem papéis da Mesa: parece que naõ falla nelles, senão no que julga fóra da Mesa: perém os papéis da Mesa, que elle naõ passa, por ter votado nelles, parece que os naõ pôde passar ninhumb da Mesa, porque pôde haver caso, em que venha a votar nelles.

(f) Patet ex hac Lege, quod Ecclesiastici in hoc casu possunt vocari à Rege, & quod tenentur compare; quia cum perturbent Jurisdictionem Regiam, judeciantur, ut rationem reddant; Gabr. Per. de Man. Reg. *p. 1. cap. 4. n. 3.*, & *cap. 12. n. 5.*, Soares Granat. *Adversus Angliae error. lib. 4. cap. 34. n. 26.* Et qualiter non comparentes possint ejici à Regno tanquam inobedientes, vide Bovadilh. *in Politic. lib. 2. cap. 18. n. 63.*

Ad verba: Para desistirem de tomar a jurisdição Real; nam Judices seculares nunquam poterunt reponere ea,

sistencia, naõ tendo parte, *liv. 5. tit. 12.*

§. 6. (d)

DESCOBRIMENTO de minas em terras apropriadas, naõ se fará sem licença do Provedor dos metaes, *liv. 2. tit. 34. §. 1.*

DESEMBARGADOR DO PAÇO mais antigo, passa as Cartas, e Sentenças, que em alguns casos dér o Chancellér mór, ou nos feitos, em que for Auctor, ou Réo; e tendo dúvida, as glosa, e determina na Mesa, *liv. 1. tit. 2. §. 21. (e)*

Desembargadores do Paço ouvem os Prelados, e Juizes Ecclesiasticos, com o Procurador da Coroa, quando forem chamados por El-Rey para desistirem de tomar a Jurisdição Real, *liv. 1. tit. 12. §. 6. (f)*

Desembargadores do Paço daõ Provisão para os Taballiaẽs darem Instrumentos das notas, com salva, e presente a parte, *liv. 3. tit. 60. §. 6. (g)*

Desembargadores do Paço naõ tomaõ petições para perdoar delictos, sem haver perdaõ de todas as partes, a quem tocar, *liv. 1. tit. 3. §. 9. (h)*

### Desem-

que Ecclesiastici egerunt; namque ipsimet reponere debent; Salgad. *de Reg. protecț. p. 1. cap. 2. à n. 300.*, & *de Supplicat. p. 1. cap. 10. n. 61.* Quid autem si Judge Ecclesiasticus beat, aut decadat? Salgad. *de Reg. protecț. p. 1. cap. 2. à n. 24.*, & *de Supplicat. d. cap. 10. à n. 62.*

(g) Esta derogada esta Ordenação por huma Extravagante de 20. de Abril de 1647., na qual se determinou, que basta jurarem as partes perante qualquer Julgador, que naõ sabe da primeira escriptura, para que se lhe possa mandar dar outra da Nota, sem ser necessário recorrer ao Desembargo do Paço, vide Ord. *lib. 1. tit. 78. Coll. 1. n. 2.*

(h) Non tamen requiritur illius delatoris remissio, qui tanquam quilibet de populo crimen detulit, ut ait Portug. *de Donat. p. 2. cap. 18. n. 15.* Et an idem sit dicendum, quando Officialis denuntiat? idem Portug. à n. 16. cum seqq., & in n. 30. probat non esse necessaria partis remissionem in indulto pro bono pacis, & in utilitatem publicam.

Et nota, quod in crimine, cui solo jure positivo imponitur supplicium, non est necessaria partis remissio ad consequendam veniam; Matth. *de Regim. Regn. cap. 2. §. 1. à n. 105.*

Nota etiam, quod per hoc nomen parte intelligitur ille, qui damnum, aut injuriam patitur ex delicto, licet non accuset; Ord. *liv. 5. tit. 137. §. 2. in fin.*, Portug. *cap. 18. n. 14.* & 44., Larrea *dec. 26. n. 6. cum multis.*

Et an denuntiator sit pars, vide Amay. in L. 1. Ced. de Pen. fiscalib. à n. 74., Fermosin. alleg. Fiscal. 12. n. 8., Larream *dec. 27.*, Portug. *de Donat. d. cap. 18. ex n. 15.*

Ad verb. *De todas as partes*: vide sequentem Notam Senatoris Sardinha: *Ibi*: De todas as partes; aindaque sejaõ ausentes. E como se entendaõ todas as partes, vide Ord. lib. 5. tit. 131. §. fin. até o segundo grão; e em Março de 1627. vejo Carta, que se viu na Casa da Supplicação huma Consulta do Chancellér da India, se valia o perdaõ dado nella, sem perdaõ de alguma parte, que estivesse neste Reyno, visto o costume, que havia na India, de se perdoarem, e a Ord. *liv. 5. tit. 124. §. 9.*, que manda correr o livramento, quando a parte está fora desse Reyno.